

MANUAL DE PRÁTICAS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS DO MERCADO SEGURADOR



Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador

DIRETORIA DE REGULAÇÃO PRUDENCIAL E ESTUDOS ECONÔMICOS (DIRPE)
Coordenação Geral de Regulação Prudencial e Contábil (CGPEC)
Coordenação de Regulação de Contabilidade e Provisões Técnicas (COREC)

Versão julho/2026

Vigência julho/2026

Sumário

I - Objetivo	5
II - Alcance	5
III - Alterações em relação a versões anteriores	5
1. Legislação Contábil Aplicável ao Mercado Supervisionado pela Susep	10
1.1 Demonstrações Contábeis	18
1.1.1 Exercício Social	18
1.1.2 Elenco e Codificação das Contas	18
1.1.3 Demonstrações Contábeis Individuais	20
1.1.3.1 Republicação das Demonstrações Contábeis	25
1.1.3.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	28
1.1.4 Relatório Consolidado Prudencial	32
1.1.5 Demonstrações Contábeis das Operações de Securitização das Sociedades Seguradoras de Propósito Específico (SSPE)	37
1.1.6 Forma de Envio das Demonstrações Contábeis	38
1.1.7 Notas Explicativas	41
1.1.8 Disposições transitórias para adoção da Circular Susep nº 678/2022	50
2 Auditoria Independente	62
2.1 Auditor Contábil Independente	62
2.1.1 Responsabilidades	62
2.1.2 Importância do Trabalho	63
2.1.3 Atuação e Certificação do Auditor Contábil Independente	64
2.1.4 Requisitos de Independência do Auditor Contábil Independente	65
2.1.5 Materialidade nos Trabalhos de Auditoria Contábil Independente	67
2.1.6 Relatórios Produzidos pelo Auditor Contábil Independente e Exigidos das Supervisionadas	70
2.1.7 Substituição Periódica do Auditor Contábil Independente	74
3 Escrituração Contábil das Principais Operações de Seguro, Resseguro, Previdência, Capitalização e Securitização	75
3.1 Escrituração Contábil das Principais Operações de Seguro e de Cobertura de Risco das Operações de Previdência	76
3.1.1 Emissão de Prêmio/Contribuição e Vigência do Risco	78
3.1.2 Redução ao Valor Recuperável de Ativos	84
3.1.3 Ocorrência, Aviso e Pagamento de Sinistros	91
3.1.4 Salvados e Ressarcidos	96
3.1.5 Transferências de Carteiras	100
3.1.6 Cosseguro Aceito e Cedido	102
3.1.7 Orientação sobre a contabilização das principais operações do seguro DPVAT	110
3.2 Escrituração Contábil das Principais Operações de Previdência	114
3.2.1 Reconhecimento e Aplicação das Contribuições	115
3.2.2 Constituição e Atualização da PMBAC	117
3.2.3 Reconhecimento do Excedente Financeiro	119
3.2.4 Reconhecimento da Insuficiência de Provisões Técnicas Apurada pelo Teste de Adequação de Passivos (TAP)	123
3.2.5 Reconhecimento da taxa de estruturação e manutenção de planos de previdência e de seguros de pessoas (antiga “taxa de gestão”)	124

Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador

3.2.6 Reconhecimento do Resgate	125
3.2.7 Pagamento de Benefício	127
3.2.8 Portabilidades Externas	132
3.3 Escrituração Contábil das Principais Operações de Resseguro	136
3.3.1 Orientações para Registro e Diferimento dos Prêmios Operações de Resseguro	139
3.3.2 Escrituração do Resseguro na Ótica da Seguradora	156
3.3.3 Escrituração do Resseguro na Ótica do Ressegurador Local	165
3.4 Escrituração Contábil das Principais Operações de Capitalização	175
3.4.1 Principais Definições	175
3.4.2 Reconhecimento Inicial dos Títulos de Capitalização, dos Demais Pagamentos e dos Recebimentos dos Recursos Financeiros	176
3.4.3 Constituição das Provisões Técnicas de Capitalização	179
3.4.4 Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)	181
3.4.5 Provisão de Receita Diferida (PRD)	183
3.4.6 Provisão Complementar de Sorteios (PCS)	184
3.4.7 Provisão para Distribuição de Bônus (PDB)	185
3.4.8 Outras Provisões Técnicas (OPT)	186
3.4.9 Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)	187
3.4.10 Provisão para Resgates (PR)	189
3.4.11 Reconhecimento da reativação de Título cancelado por inadimplência ou por solicitação antecipada que se encontra na provisão de resgate antecipado	193
3.4.12 Transferência De Carteira	193
3.4.13 Reconhecimento de Outras Operações Relacionadas a Títulos de Capitalização	194
3.5 Escrituração Contábil das Principais Operações de Securitização	196
3.5.1 Escrituração na SSPE	196
3.5.2 Escrituração nas Operações de Securitização	199
3.5.3 Escrituração nas Operações de Securitização na cedente	204

I - Objetivo

O objetivo deste documento é estabelecer orientação para a elaboração das demonstrações contábeis exigidas pela Susep de suas supervisionadas.

II - Alcance

Este documento deve ser observado pelas entidades supervisionadas por esta Autarquia quando da elaboração de suas demonstrações contábeis. Sua vigência se inicia a partir de julho de 2026.

Entende-se por entidades supervisionadas as sociedades seguradoras, as entidades abertas de previdência complementar, as sociedades de capitalização, os resseguradores locais e as sociedades seguradoras de propósito específico.

III - Alterações em relação a versões anteriores

i. Em relação à versão do exercício de 2019:

- a) alteração do fato gerador do registro contábil do prêmio de reintegração passando do momento da liquidação para o momento do aviso de sinistro (vide itens 3.3.1.1.2.1 e 3.3.1.1.2.2) com vigência para 01/01/2021;
- b) alteração na forma de registro contábil das operações do DPVAT no Consórcio por força da publicação das Resoluções CNSP nº 377/19 e nº 378/19 (vide item 3.1.7.1)
- c) alteração na forma de registro contábil das operações do DPVAT pelas Consorciadas, após a revogação dos artigos 153 e 154 da Circular Susep nº 517/15 por força da publicação da Circular Susep nº 595/19 (vide item 3.1.7.1).

ii. Em relação à versão de fevereiro do exercício de 2020:

- a) incorporação da Orientação 002/2012 da CCS no item “1.1.3 Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas”;
- b) incorporação da Orientação 003/2012 da CCS no item “1.1.3 Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas”;
- c) incorporação da Orientação 011/2011 da CCS na letra “f) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)” do item “1.1.3 Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas”;
- d) alteração no “VII - Salvados e Ressarcimentos” do item “1.1.5 Notas Explicativas” para proporcionar esclarecimentos adicionais;
- e) incorporação da Orientação 003/2011 da CCS ao final do item “1.1.5 Notas Explicativas”;

- f) incorporação da Orientação de 2013 da CCS que trata sobre “Redução ao Valor Recuperável: Instrumentos Financeiras de bancos em intervenção” no item “3.1.2 Redução ao Valor Recuperável de Ativos”;
- g) exclusão do texto “e eventuais provisões não técnicas quando houver a ocorrência de iminente aporte de capital no consórcio por motivo de insolvência do mesmo.” no item “3.1.7.2 Registro Contábil das operações do Consórcio DPVAT pelas consorciadas”;
- h) inclusão do item “4 Orientações da CCS de 2013” contendo as orientações da Comissão Contábil da Susep de 2013; e
- i) renumeração do Item 4 para 5 por ocasião da inclusão acima citada.

iii. Em relação à versão junho do exercício de 2020 (alterações marcadas em amarelo):

- a) atualização do Quadro 1 - Comparativo dos Princípios de Contabilidade com as Características da Informação do item 1 Legislação Contábil Aplicável ao Mercado Supervisionado pela Susep;
- b) inclusão do item 2.1.5 Materialidade nos Trabalhos de Auditoria Contábil Independente;
- c) atualização do item 2.1.6 Relatórios Produzidos pelo Auditor Contábil Independente;
- d) inclusão do item 2.1.7 Substituição Periódica do Auditor Contábil Independente;
- e) atualização do item 3.1.7 Orientação sobre a contabilização das principais operações do seguro DPVAT;
- f) inclusão do item 3.4 Escrituração Contábil das Principais Operações de Capitalização (vigência a partir de janeiro de 2022); e
- g) exclusão do item 4 Orientações da CCS de 2013 e do item 5 Referências.

iv. Em relação à versão julho do exercício de 2021:

- a) atualização das remissões em função do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019 que ocasionou a revogação da Resolução CNSP nº 321/15 pela de nº 432/21, bem como da Circular Susep nº 517/15 pela de nº 648/21.
- b) atualização das referências ao Elenco de Contas e aos Modelos de Publicação, que, anteriormente, constavam dos Anexo X e XI, respectivamente, da Circular Susep nº 517/15 e, atualmente, será divulgado por meio de manual específico no site da SUSEP;
- c) inclusão de parágrafo no item 2.1.5 *Materialidade* explicando que as supervisionadas classificadas nos segmentos S3 e S4 não tem obrigatoriedade em elaborar o relatório citado no item para as demonstrações financeiras intermediárias.

- d) inclusão de parágrafo no item 1.1.3 *Demonstrações Contábeis Individuais*, dispensando a publicação das demonstrações financeiras, na imprensa oficial e em outro jornal de grande circulação para supervisionadas com receita bruta anual de até R\$ 78 milhões.
- e) inclusão do item 1.1.4 *Relatório Consolidado Prudencial*, orientando as supervisionadas sobre as informações que devem ser enviadas para cumprir as exigências da Circular Susep nº 650/21.
- f) atualização da versão do Pronunciamento Técnico CPC 00 (Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis) para a versão "R2", que substitui a "R1", em diversos pontos do documento. Dentre as principais mudanças do CPC 00 R2 para o CPC 00 R1, destacam-se:
- definição dos principais usuários das informações das demonstrações financeiras;
 - descrição do objetivo e o escopo das demonstrações financeiras e da entidade que relata, assim como aborda a premissa da continuidade operacional;
 - atualização das definições de ativos, passivos, receitas e despesas;
 - inclusão de capítulo que aborda reconhecimento e “desreconhecimento” de ativos e passivos nas demonstrações financeiras, detalhando seus critérios;
 - esclarecimento sobre os conceitos de "Prudência" e da "Essência sobre a Forma", itens que não foram abordados na R1, trazendo uma abordagem mais ampla sobre estimativas com elevado nível de incerteza;
 - descrição das diferentes de bases de mensuração utilizadas e explicação sobre os fatores a serem considerados ao selecionar uma determinada base, tendo a mensuração um destaque muito maior nessa revisão;
 - orientação sobre os princípios e objetivos da apresentação e divulgação e sobre a inclusão das receitas e despesas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado abrangente, além de abordar sobre a classificação dos ativos e passivos.
- g) Exclusão do “ICPC 04 - Alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (revogado)” e “ICPC 05 - Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - Transações de Ações do Grupo e em Tesouraria (revogado)” do quadro 4, pelo fato destas interpretações terem sido revogadas.

- h) exclusão dos parágrafos relativos ao tema créditos tributários no item *1. Legislação Contábil Aplicável ao Mercado Supervisionado pela Susep*, devido à exclusão dos dispositivos regulatórios que impediam a convergência ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.
- i) atualização dos parágrafos referentes à contabilização da cessionária no item *3.1.5 Transferências de Carteiras*, por ocasião da alteração regulatória ocorrida por meio da edição da Circular Susep nº 648/21.
- j) inclusão de parágrafo ao final do item *3.1.2.1 Redução ao Valor Recuperável de Prêmios a Receber* referente à redução ao valor recuperável de ativos de resseguro e de retrocessão, caso o resultado final do TAP seja positivo, por ocasião da alteração regulatória ocorrida por meio da edição da Circular Susep nº 648/21 (art. 140).
- k) inclusão de uma alternativa de contabilização no item *3.4.2.2 Recebimento Efetivo dos Recursos Financeiros* que trata das sociedades de capitalização com a finalidade de conciliar o registro com a emissão para quando os títulos são emitidos/registrados no momento do recebimento do pagamento destes.

v. Em relação à versão janeiro do exercício de 2022:

- a) inclusão de exemplos de consolidação no item *1.1.4 Relatório Consolidado Prudencial*;
- b) inclusão do item *1.1.5 Demonstrações Contábeis das Operações de Securitização das Sociedades Seguradoras de Propósito Específico (SSPE)*;
- c) atualização do *1.1.6 Forma de Envio das Demonstrações Contábeis*;
- d) correção do nome da conta contábil 34411 no lançamento referente à Comissão sobre Emissão dos Títulos de Capitalização do item *3.4.2.1 Reconhecimento Inicial dos Títulos de Capitalização*;
- e) correção do nome da conta contábil 11371 no lançamento referente à Operações de Capitalização para PU, PM e PP, Recebimento do Recurso Financeiro e Conciliação Com a Emissão do item *3.4.2.2 Recebimento Efetivo dos Recursos Financeiros e conciliação com emissão*; e
- f) inclusão do item *3.5 Escrituração Contábil das Principais Operações de Securitização*.

vi. Em relação à versão fevereiro do exercício de 2023:

- a) atualização no item “1.1.7 Notas Explicativas” por ocasião da edição da Circular Susep nº 678/2022, que alterou a Circular Susep nº 648/2021;

- b) inclusão do item “1.1.8 Disposições transitórias para adoção da Circular Susep nº 678/2022”;
- c) alteração da nomenclatura “taxa de gestão” para “taxa de estruturação e manutenção de planos de previdência e de seguros de pessoas” para convergência com a regulação vigente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- d) atualização no item “3.1.2 Redução ao Valor Recuperável de Ativos” por ocasião da edição da Circular Susep nº 678/2022, que alterou a Circular Susep nº 648/2021;
- e) atualização no item “3.4 Escrituração Contábil das Principais Operações de Capitalização” por ocasião da edição da Circular Susep nº 678/2022, que alterou a Circular Susep nº 648/2021; e
- f) atualização no item “3.2.7.1 Pagamento Único” por ocasião da Circular Susep nº 678/2022, que alterou a Circular Susep nº 648/2021.

vii. Em relação à versão dezembro do exercício de 2023:

- a) inclusão do item “3.5 Escrituração Contábil das Principais Operações de Securitização”:

viii. Em relação à versão julho do exercício de 2025 (alterações marcadas em amarelo):

- a) inclusão do item “1.1.3.1 Republicação das Demonstrações Contábeis”;
- b) inclusão do item “1.1.3.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)”;
- e
- c) inclusão do item “3.5.3 Escrituração nas Operações de Securitização na cedente”

1. Legislação Contábil Aplicável ao Mercado Supervisionado pela Susep

O modelo institucional adotado no mercado supervisionado pela Susep advém do Decreto-Lei nº 73/66, que possui força de lei complementar, da Lei Complementar nº 109/2001 e da Lei nº 14.430/2022. Essa legislação estabelece que compete ao Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) emitir as normas contábeis aplicáveis ao mercado de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguro no Brasil. No entanto, a Resolução nº 432/21, seguindo suas antecessoras, delega essa atribuição à Superintendência de Seguros Privados (Susep) no art. 96, estabelecendo que as supervisionadas da Autarquia deverão observar as normas contábeis, segundo regulamentação específica editada pela Superintendência.

São entendidas como sociedades supervisionadas nesse contexto de normas contábeis apenas as sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar (EAPC), sociedades de capitalização, resseguradores locais e sociedades seguradoras de propósito específico, não sendo exigidas as normas listadas acima dos corretores de seguros, resseguradores admitidos e resseguradores eventuais.

O reconhecimento, a mensuração e a evidenciação das operações realizadas no âmbito das sociedades e entidades supervisionadas pela Susep, portanto, são estabelecidos atualmente na Circular Susep nº 648/21 e na Resolução CNSP nº 453/2022.

Ademais, diante da mencionada delegação de competência, a Susep é a responsável pelo *enforcement* (recepção) dos pronunciamentos, interpretações e revisões emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o que igualmente é realizado por meio da Circular Susep nº 648/21, arts. 136 a 145.

Por fim, a constituição das supervisionadas na forma de sociedades por ações as sujeitas aos ditames da Lei nº 6.404/76 de forma subsidiária, a qual possui regras contábeis diversas, entre elas, elaboração e publicação de demonstrações contábeis, avaliação de ativos, passivos, constituição e reversão de contas do patrimônio líquido.

O Quadro 1 apresenta o arcabouço normativo contábil aplicável atualmente ao mercado supervisionado pela Susep.

Quadro 1 – Normas e Orientações Contábeis Aplicadas ao Mercado Segurador

NORMAS	DESCRIÇÃO
Resolução CNSP nº 432/21	Delega à Susep o poder de normatizar a contabilidade aplicável às sociedades e entidades supervisionadas (art. 96).
Circular Susep nº 648/21	Estabelece as normas contábeis (CAPÍTULO VIII) e de auditoria contábil independente (CAPÍTULO IX) aplicáveis às supervisionadas,
Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador	Estabelece orientação para a elaboração das demonstrações contábeis exigidas pela Susep de suas supervisionadas.
Manual - Elenco de Contas e Modelos de Publicação	Listagem das contas a serem utilizadas pelas supervisionadas. Estabelece a aglutinação máxima das contas para fins de publicação das demonstrações contábeis das supervisionadas.
Lei nº 6.404/76	Dispõe sobre as Sociedades por Ações

As Normas Básicas prevalecem sobre o Elenco de Contas, que prepondera em relação aos Modelos de Publicação. Estes, por sua vez, predominam sobre as recepções dos padrões internacionais de contabilidade emitidos pelo CPC e recepcionados pela Susep.

A escrituração contábil das supervisionadas pela Susep deve obedecer às normas estipuladas pelo CPC, desde que não sejam contrárias ao estabelecido nas Normas Básicas, no Elenco de Contas e nos Modelos de Publicação.

Importante destacar que a Resolução CFC nº 750/93, alterada pela Resolução CFC nº 1.282/10, que versava sobre *Princípios de Contabilidade* foi revogada a partir de 1º/1/2017 pela **Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual**. Isso significa que a partir daquela data, há no Brasil apenas um arcabouço com conceitos e princípios mais gerais a serem seguidos, qual seja a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (CPC 00 (R2)) emitido pelo CPC. A seguir apresentamos um quadro com os Princípios de Contabilidade da Resolução CFC nº 750/93 revogados e os conceitos equivalentes enunciados pelo CPC 00 (R2). Observe que há certa similaridade entre os dois arcabouços conceituais, sendo o CPC 00 (R2) mais abrangente em alguns casos.

Quadro 2 - Comparativo dos Princípios de Contabilidade com as Características da Informação Contábil

PRINCÍPIO/ CONCEITO	ORIGEM	DESCRIÇÃO
Entidade	Res. CFC nº 750/93	Reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. O patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.
	CPC 00	Capítulo em construção pelo IASB. Atualmente há apenas menção à Entidade que Reporta.
	Aplicação Prática	A contabilidade de uma supervisionada não deve ser afetada por fatos contábeis de seus acionistas. Na contabilidade empresarial, somente devem ser registrados os fatos que se refiram ao patrimônio da companhia. Por exemplo, a despesa da conta de telefone particular do acionista não deve ser registrada como despesa da supervisionada.
Continuidade	Res. CFC nº 750/93	A entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta essa circunstância.
	CPC 00	4.1. As demonstrações contábeis normalmente são elaboradas tendo como premissa que a entidade está em atividade (<i>going concern assumption</i>) e irá manter-se em operação por um futuro previsível. Desse modo, parte-se do pressuposto de que a entidade não tem a intenção, nem tampouco a necessidade, de entrar em processo de liquidação ou de reduzir materialmente a escala de suas operações. Por outro lado, se essa intenção ou necessidade existir, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em bases diferentes e, nesse caso, a base de elaboração utilizada deve ser divulgada.
	Aplicação Prática	A premissa da continuidade operacional é a regra geral a ser adotada por todas as supervisionadas. Somente nos casos de decretação de liquidação extrajudicial ou de homologação pela Susep de ato societário que deliberou pela liquidação ordinária da supervisionada é que as demonstrações contábeis podem ser elaboradas em bases distintas. Nem a decretação dos regimes especiais de direção fiscal ou intervenção, nem a suspensão de autorização para funcionamento são suficientes para o abandono da premissa da continuidade operacional, embora esses fatos devam estar evidenciados em nota explicativa da demonstração contábil.
Oportunidade	Res. CFC nº 750/93	Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.
	CPC 00	QC29. Tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões. Em geral, a informação mais antiga é a que tem menos utilidade. Contudo, certa informação pode ter o seu atributo tempestividade prolongado após o encerramento do período contábil, em decorrência de alguns usuários, por exemplo, necessitarem identificar e avaliar tendências.
	Aplicação Prática	Assim que uma supervisionada identificar falta de aderência das premissas utilizadas na mensuração das provisões técnicas com a realidade, deve ser providenciada a adequação das premissas para que as demonstrações contábeis reflitam de forma mais fidedigna a situação econômica e financeira da supervisionada.
Registro pelo Valor Original	Res. CFC nº 750/93	Os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.
	CPC 00	Mensuração dos elementos das demonstrações contábeis 4.54. Mensuração é o processo que consiste em determinar os montantes monetários por meio dos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado. Esse processo envolve a seleção da base específica de mensuração.

		<p>4.55. Um número variado de bases de mensuração é empregado em diferentes graus e em variadas combinações nas demonstrações contábeis. Essas bases incluem o que segue:</p> <p>(a) Custo histórico. Os ativos são registrados pelos montantes pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos montantes dos recursos recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias (como, por exemplo, imposto de renda), pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa se espera serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.</p> <p>(b) Custo corrente. Os ativos são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que teriam de ser pagos se esses mesmos ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data do balanço. Os passivos são reconhecidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam necessários para liquidar a obrigação na data do balanço.</p> <p>(c) Valor realizável (valor de realização ou de liquidação). Os ativos são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que poderiam ser obtidos pela sua venda em forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos seus montantes de liquidação, isto é, pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que se espera serão pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações.</p> <p>(d) Valor presente. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado, dos fluxos futuros de entradas líquidas de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado, dos fluxos futuros de saídas líquidas de caixa que se espera serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.</p> <p>4.56. A base de mensuração mais comumente adotada pelas entidades na elaboração de suas demonstrações contábeis é o custo histórico. Ele é normalmente combinado com outras bases de mensuração. Por exemplo, os estoques são geralmente mantidos pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização, os títulos e valores mobiliários negociáveis podem em determinadas circunstâncias ser mantidos a valor de mercado e os passivos decorrentes de pensões são mantidos pelo seu valor presente. Ademais, em algumas circunstâncias, determinadas entidades usam a base de custo corrente como resposta à incapacidade de o modelo contábil de custo histórico enfrentar os efeitos das mudanças de preços dos ativos não monetários.</p>
	Aplicação Prática	<p>Visa a afirmar a prevalência da moeda do país e, conseqüentemente, o registro somente nela. Quaisquer transações em moeda estrangeira devem ser transformadas em moeda nacional no momento do seu registro.</p>
Competência	Res. CFC nº 750/93	<p>Os efeitos das transações e outros eventos devem ser reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento. Pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.</p>
	CPC 00	<p><i>Performance financeira refletida pelo regime de competência (accruals)</i></p> <p>OB17. O regime de competência retrata com propriedade os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação nos períodos em que ditos efeitos são produzidos, ainda que os recebimentos e pagamentos em caixa derivados ocorram em períodos distintos. Isso é importante em função de a informação sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação, e sobre as mudanças nesses recursos econômicos e reivindicações ao longo de um período, fornecer melhor base de avaliação da performance passada e futura da entidade do que a informação puramente baseada em recebimentos e pagamentos em caixa ao longo desse mesmo período.</p> <p>OB18. Informações sobre a performance financeira da entidade que reporta a informação durante um período que são reflexos de mudanças em seus recursos econômicos e reivindicações, e não da obtenção adicional de recursos diretamente de investidores e credores (ver item OB21), são úteis para avaliar a capacidade passada e futura da entidade na geração de fluxos de caixa líquidos. Essas informações servem de indicativos da extensão em que a entidade que reporta a informação tenha aumentado seus recursos econômicos disponíveis, e dessa forma sua capacidade de gerar fluxos de caixa líquidos por meio de suas operações e não pela obtenção de recursos adicionais</p>

		<p>diretamente de investidores e credores.</p> <p>OB19. Informações sobre a performance financeira da entidade que reporta a informação durante um período também podem ser indicativos da extensão em que determinados eventos, tais como mudanças nos preços de mercado ou nas taxas de juros, tenham provocado aumento ou diminuição nos recursos econômicos e reivindicações da entidade, afetando por conseguinte a capacidade de a entidade gerar a entrada de fluxos de caixa líquidos.</p>
	Aplicação Prática	Reconhecimento da receita de prêmio ou da cobertura de risco de produtos de previdência conforme a cobertura securitária oferecida pela supervisionada.
Prudência	Res. CFC nº 750/93	Determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior valor para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido. Pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em algumas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados.
	CPC 00	Retirado estrutura conceitual atual. O IASB está trabalhando em um novo conceito para prudência, o qual terá uma interpretação associada à cautela (<i>caution</i>), ou seja, cuidado na aplicação de julgamento em condições de incerteza.
	Aplicação Prática	A seguradora possui uma causa judicial que é ré (agente passivo) e outra que é autora (agente ativo). A seguradora não pode realizar o registro contábil da contingência ativa, porém, de forma obrigatória, deve avaliar a necessidade de reconhecimento da contingência passiva.

Fonte: Atualizado de Caldas, Curvello e Rodrigues (2016).

Além das normas supracitadas, a técnica contábil da escrituração das operações de seguro deve atender aos seguintes aspectos formais estabelecidos pela Circular Susep nº 648/21:

- a) a escrituração deve ser completa, mantendo-se em registros permanentes todos os atos e fatos administrativos que modifiquem ou venham a modificar, imediatamente ou não, sua composição patrimonial;
- b) o simples registro contábil não constitui elemento suficientemente comprobatório, de modo que a escrituração deve ser fundamentada em documentos hábeis para a perfeita validade dos atos e fatos administrativos;
- c) a contabilização será centralizada na sede da supervisionada, utilizando-se registros auxiliares de contabilidade, com observância das disposições previstas em leis, regulamentos, resoluções do CNSP e circulares da Susep; e
- d) as conciliações das rubricas contábeis com os respectivos controles analíticos deverão ser realizadas mensalmente e mantidas atualizadas.

A escrituração inadequada da contabilidade ou de seus respectivos registros auxiliares, o fornecimento de informações inexatas, a falta ou atraso de conciliações contábeis e a escrituração mantida em atraso por período superior a vinte dias subsequentes ao encerramento de cada mês são infrações contábeis que sujeitam a supervisionada, seus administradores, gerentes, membros do conselho de administração e assemelhados a penalidades previstas na Resolução CNSP nº 393/20, conforme segue:

Art. 20. Não escriturar as operações nos livros e registros da contabilidade, com atualidade ou fidedignidade, nos termos da legislação.

Sanção: multa de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Art. 21. Não manter na matriz e nas filiais, sucursais, agências e representações os registros exigidos, com escrituração completa das operações realizadas, em conformidade com a legislação.

Sanção: multa de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Parágrafo único. Incorre, também, na sanção aquele que:

I - não mantiver conta corrente exclusiva de intermediação de resseguro; ou

II - não mantiver conta em moeda estrangeira, quando obrigatória, ou utilizá-la em desacordo com a legislação. (CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, 2011).

As seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, resseguradores locais, sociedades de capitalização e as sociedades seguradoras de propósito específico devem manter registros auxiliares de contabilidade gerados, consolidados, totalizados e conciliados, mensalmente, na forma estabelecida pela Susep.

A documentação comprobatória dos registros contábeis efetuados deverá ser arquivada pela companhia por, pelo menos, cinco anos e deve ser observado o normativo da Susep referente a guarda de documentos.

Quando solicitadas, as companhias devem enviar à Susep os dados e prestar quaisquer informações no prazo máximo de cinco dias úteis, contado do recebimento do pedido.

A Circular nº 648/21 recepciona os seguintes pronunciamentos e interpretações contábeis emitidos pelo CPC:

Quadro 3 - Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC recepcionados

CPC 00 (R2)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa
CPC 04 (R1)	Ativo Intangível
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas
CPC 06 (R2)	Operações de Arrendamento Mercantil
CPC 07 (R1)	Subvenção e Assistência Governamentais
CPC 08 (R1)	Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações
CPC 11	Contratos de Seguro
CPC 12	Ajuste a Valor Presente
CPC 13	Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08
CPC 14	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação (Fase I) - Transformado em OCPC 03
CPC 15 (R1)	Combinação de Negócios
CPC 16 (R1)	Estoques
CPC 18 (R2)	Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto
CPC 19 (R2)	Negócios em Conjunto
CPC 20 (R1)	Custos de Empréstimos
CPC 21 (R1)	Demonstração Intermediária
CPC 22	Informações por Segmento
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
CPC 24	Evento Subsequente
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
CPC 26 (R1)	Apresentação das Demonstrações Contábeis
CPC 27	Ativo Imobilizado
CPC 28	Propriedade para Investimento
CPC 31	Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada
CPC 32	Tributos sobre o Lucro
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados
CPC 35 (R2)	Demonstrações Separadas
CPC 36 (R3)	Demonstrações Consolidadas
CPC 37 (R1)	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
CPC 39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
CPC 40 (R1)	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
CPC 41	Resultado por Ação
CPC 43 (R1)	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41
CPC 45	Divulgação de Participações em outras Entidades
CPC 46	Mensuração do Valor Justo
CPC 47	Receita de Contrato com Cliente
CPC 48	Instrumentos Financeiros

Quadro 4 - Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis

ICPC 06	Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior (revogado a partir de 1º/01/2018)
ICPC 07	Distribuição de Lucros in Natura
ICPC 08 (R1)	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
ICPC 09 (R1)	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial
ICPC 10	Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43
ICPC 11	Recebimento em Transferência de Ativos de Clientes (revogado a partir de 1º/01/2018)
ICPC 12	Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares
ICPC 13	Direitos a Participações Decorrentes de Fundos de Desativação, Restauração e Reabilitação Ambiental
ICPC 16	Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais
ICPC 19	Tributos
ICPC 20	Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação

Todos os pronunciamentos aplicáveis ao mercado supervisionado encontram-se recepcionados, no entanto, em alguns casos foram feitas ressalvas ou requisitos adicionais ao padrão originalmente emitido pelo CPC.

A seguir, elencamos algumas especificidades estabelecidas pela Circular nº 648/21:

- a) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável: adoção do conceito de perdas esperadas para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos de qualquer natureza, indo além do modelo de perdas incorridas estabelecido pelo normativo;
- b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa: especificação de que são equivalentes de caixa os investimentos que, na data de aquisição, tenham prazo de vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias;
- c) CPC 11 - Contratos de Seguro: estabelecimento de regras específicas para a realização do Teste de Adequação de Passivos;
- d) ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento (CPC 27, 28, 37 e 43): proibição da adoção do custo atribuído (*deemed cost*) previsto nos itens 22 e 51 normativo.

1.1 Demonstrações Contábeis

1.1.1 Exercício Social

Em consonância com a Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), a Circular Susep nº 648/21 estabelece que o exercício social das supervisionadas será de um ano e vai um pouco além da primeira quando define que este coincidirá com o ano civil e terá data de encerramento em 31 de dezembro.

1.1.2 Elenco e Codificação das Contas

O elenco de contas é composto por um conjunto de rubricas que receberão os registros dos fatos administrativos, tendo como função principal servir de suporte para a construção das principais demonstrações contábeis elaboradas pelas companhias.

Documento de orientação no *site* da SUSEP estabelece um elenco de contas específico para o registro das operações das supervisionadas. Como forma de padronização, a codificação específica para as rubricas estabelecidas deve atender aos seguintes requisitos:

I - o primeiro código, constituído de número de 10 (dez) algarismos, indica, da esquerda para a direita:

- a) o primeiro algarismo, a classe;
- b) o segundo algarismo, o grupo;
- c) o terceiro algarismo, o subgrupo;
- d) o quarto algarismo, a conta;
- e) o quinto algarismo, a subconta;
- f) o sexto algarismo, o desdobramento da subconta, quando necessário;
- g) o sétimo algarismo, o segundo desdobramento da subconta, quando necessário;
- h) o oitavo algarismo, o terceiro desdobramento da subconta, quando necessário;
- i) o nono algarismo, o quarto desdobramento da subconta, quando necessário; e
- j) o décimo algarismo, o quinto desdobramento da subconta, quando necessário.

II - O segundo código, de uso facultativo, poderá ser utilizado para as indicações julgadas necessárias às operações e aos relatórios contábeis, estatísticos ou de outra natureza (SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, 2015).

Somente a Susep poderá criar codificação contábil até o décimo algarismo do primeiro código, sendo permitido que as supervisionadas, quando considerarem necessário, criem rubricas a partir do segundo código, ou seja, do décimo primeiro algarismo.

As principais classificações e subdivisões do elenco de contas são as seguintes:

Quadro 5 – Classificação das Contas do Elenco de Contas

1	ATIVO	
	1.1	CIRCULANTE
	1.2	NÃO CIRCULANTE
2	PASSIVO	
	2.1	CIRCULANTE:
	2.2	NÃO CIRCULANTE
	2.4	PATRIMÔNIO LÍQUIDO ou PATRIMÔNIO SOCIAL
3	CONTAS DE RESULTADO	
	3.1	OPERAÇÕES DE SEGUROS
	3.2	OPERAÇÕES DE RESSEGUROS
	3.3	OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA
	3.4	OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO
	3.5	DESPESAS ADMINISTRATIVAS
	3.6	RESULTADO FINANCEIRO
	3.7	RESULTADO PATRIMONIAL
	3.8	GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES
	3.9	IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O RESULTADO

Fonte: Caldas, Curvello e Rodrigues (2016).

Para melhor entendimento, observe o exemplo a seguir:

Quadro 6 – Exemplo de Elenco de Contas com Classificação por Nível

CÓDIGO DA CONTA	NOME	NÍVEL
1	ATIVO	Classe
1.1	CIRCULANTE	Grupo
1.1.2	APLICAÇÕES	Subgrupo
1.1.2.6	QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	Conta
1.1.2.6.1	VINCULADAS À COBERTURA DE PROVISÕES TÉCNICAS	Subconta
1.1.2.6.1.1	QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS ESPECIALMENTE CONSTITUÍDOS	Desdobramento da subconta
1.1.2.6.1.1.1	FUNDOS ESPECIALMENTE CONSTITUÍDOS - GARANTIDORAS DE PLANOS DE BENEFÍCIOS	Segundo desdobramento da subconta
1.1.2.6.1.1.1.1	VALOR ORIGINAL	Terceiro desdobramento da subconta

Fonte: Caldas, Curvello e Rodrigues (2016).

Nesse exemplo, a codificação estabelecida pelo Elenco de Contas determina uma abertura até o oitavo algarismo como forma de realizar o registro adequado desse instrumento financeiro específico.

No capítulo 3 serão expostos alguns lançamentos contábeis com base no elenco de contas exigido. Assim, no caso de lançamento contábil no desdobramento de conta apresentado no Quadro 6, este seria demonstrado da seguinte forma:

Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta
11261111	<u>Aplicações/Quotas de Fundos de Investimentos/Vinculadas à Cobertura de Provisões</u>
	<u>Técnicas/Quotas de Fundos de Investimentos Especialmente Constituídos/Fundos</u>
	Especialmente Constituídos - Garantidoras de Planos de Benefícios/Valor Original (A)

De forma complementar, foram sublinhadas a conta e a subconta para facilitar a percepção do evento econômico representado e, ainda, o código (A) para indicar que esse desdobramento se encontra dentro do ativo.

Segregação entre circulante e não circulante

Os ativos e passivos devem ser segregados em circulante e não circulantes com base em revisões mensais no caso de ativos e passivos com vencimento.

No caso de ativos para negociação, deverão ser considerados no ativo circulante independentemente do seu vencimento.

A classificação de ativos e passivos sem vencimento deve se basear em estudo da sociedade supervisionada que deve levar em consideração o histórico de realização desses ativos e passivos.

A segregação entre circulante e não circulante deve ser realizada mensalmente nos balancetes das supervisionadas e não apenas para fins de apresentação das demonstrações contábeis de junho e dezembro.

1.1.3 Demonstrações Contábeis Individuais

As demonstrações contábeis podem ser classificadas em individuais ou consolidadas. Além disso, podem ser anuais (abrangem os fatos contábeis de todo o ano) ou intermediárias (período base de levantamento é menor do que um ano).

Com a revogação da Circular Susep nº 517/15 pela Circular Susep nº 648/21, tornou a não ser mais obrigatório o envio das demonstrações financeiras consolidadas pelas supervisionadas. Visando aprimorar as informações exigidas anteriormente, a Circular Susep nº 650/21 cria o Relatório Consolidado Prudencial, o qual será abordado no item 1.1.4 deste documento.

De acordo com o CPC 21 (R1), a demonstração contábil intermediária é uma demonstração que contém um conjunto completo de demonstrações contábeis – assim como descrito no referido normativo – ou um conjunto de demonstrações contábeis condensadas, de período intermediário, ou seja, período inferior àquele do exercício social completo.

A Circular Susep nº 648/21, obriga as supervisionadas a elaborar demonstrações contábeis individuais, seja anual ou intermediária, contendo:

- a) relatório da administração;
- b) balanço patrimonial;
- c) demonstração do resultado do período;
- d) demonstração de resultado abrangente;
- e) demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- f) demonstração dos fluxos de caixa;
- g) notas explicativas; e
- h) relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.

O Quadro 7 apresenta a base conceitual sobre a qual devem ser elaboradas as demonstrações contábeis, bem como os respectivos prazos de publicação e envio desses documentos à Susep.

Quadro 7 - Bases Conceituais e Datas de Publicação e Envio à Susep das Demonstrações Contábeis do Mercado Segurador Brasileiro

DEMONSTRAÇÃO	BASE CONCEITUAL	PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO OFICIAL / JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO ²	ENVIO À SUSEP ³
Individual intermediária	Susep GAAP ¹	Facultativa.	Até 31/08
Individual anual	Susep GAAP ¹	Regra geral: Obrigatória em diário oficial e jornal de grande circulação até 28/2. Companhia fechada com receita bruta anual de até R\$ 78 milhões poderá realizar a publicação na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.	Até 15/3

Fonte: Caldas, Curvello e Rodrigues (2016).

Notas: 1. Normas locais estabelecidas pela Susep, sendo obrigatória a aplicação dos pronunciamentos e interpretações técnicas emitidos pelo CPC, desde que não contrariem essas normas.

2. Órgão oficial da União, do Estado ou do Distrito Federal e jornal de grande circulação, conforme localidade em que está situada a sede da companhia.

3. O envio à Susep das demonstrações em formato digital deve ser realizado por meio do sítio eletrônico da Susep.

Todas as demonstrações contábeis enviadas são divulgadas no sítio eletrônico da Susep com o objetivo de ampliar a transparência das empresas que atuam no mercado supervisionado.

Com a finalidade de atender aos critérios de comparabilidade, previstos no Pronunciamento Conceitual Básico CPC 00 (R2), com os valores relativos ao final do exercício social anterior, as demonstrações contábeis individuais das companhias do mercado supervisionado devem conter duas colunas de valores comparáveis, uma relativa ao exercício social corrente e outra relativa ao anterior.

Além disso, o documento de orientação no *site* da SUSEP estabelece modelos de publicação específicos para o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração de Fluxo de Caixa. Este normativo define, ainda, o nível de aglutinação máxima das contas para os modelos de publicação referentes ao Balanço Patrimonial e à Demonstração do Resultado do Exercício para que nenhuma informação seja agregada em um grupo de contas mais abrangente do que o estabelecido. Também são estabelecidos modelos de publicação para os demonstrativos específicos das operações de securitização: demonstrativo da situação patrimonial, de demonstrativo mutação do patrimônio da operação.

Destacamos a diretriz constante no inciso III, do art. 294, da Lei nº 6.404, de 1976. Seguindo o dispositivo, ratificamos que as supervisionadas com receita bruta anual de até R\$ 78 milhões não serão mais obrigadas a publicar suas demonstrações financeiras, na imprensa oficial e em outro jornal de grande circulação. Dessa forma, fica permitido que as publicações obrigatórias de companhias fechadas com receita bruta anual de até R\$ 78 milhões sejam realizadas de forma eletrônica.

Já as supervisionadas enquadradas como companhias abertas de menor porte (receita bruta anual inferior a R\$ 500.000.000,00 verificada com base nas demonstrações financeiras de encerramento do último exercício social) podem realizar as publicações das demonstrações contábeis por meio dos Sistemas Empresas.NET ou Fundos.Net, conforme art. 294 A da Lei 6.404/76 c/c com a Resolução CVM nº 166/2022.

A seguir listamos e definimos os itens que devem compor das demonstrações contábeis de elaboração obrigatória pelas supervisionadas:

a) Relatório de Administração (RA)

Relatório de elaboração e divulgação obrigatória, por ser parte integrante do rol de relatórios contidos na publicação das demonstrações individuais intermediárias e anuais. O RA deve evidenciar os negócios sociais e os principais fatos administrativos ocorridos no período considerado, os investimentos em outras empresas, a política de distribuição de dividendos e de reinvestimentos de lucros, entre outros assuntos.

b) Balanço Patrimonial (BP)

Demonstração contábil destinada a evidenciar qualitativa e quantitativamente a posição patrimonial e financeira da entidade em uma data determinada. Apresenta as contas classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa. Portanto, é importante que as contas sejam classificadas no

BP de forma ordenada e uniforme, para permitir aos usuários uma adequada análise e interpretação da situação patrimonial e financeira, o que, no caso do mercado supervisionado pela Susep, é facilitado pelo modelo de publicação. A estrutura dessa demonstração contábil é apresentada a partir da aglutinação máxima de contas, contida no modelo de publicação.

c) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Forma estruturada de se evidenciar as receitas auferidas e as despesas incorridas dentro de um período (exercício social), de modo a explicar como o resultado líquido foi gerado. Este resultado pode ser positivo (lucro) ou negativo (prejuízo) e considera os itens normais da operação e os tributos sobre o lucro e as participações no lucro concedidas a não acionistas. Por isso, se houver lucro, este pode ser chamado de lucro dos acionistas e será destinado conforme regras societárias. Em caso de prejuízo do exercício este poderá ser absorvido por reserva própria ou transferido para conta de prejuízos acumulados no patrimônio líquido da supervisionada.

No que se refere aos modelos de publicação das DRE's que apresentam as operações de seguros e previdência, a principal diferença entre elas é o posicionamento dos blocos de grupos de contas específicos relativos à previdência e seguros. Quando houver a predominância de operações de previdência, o bloco relativo a estas operações é apresentado na parte superior da DRE, sendo assim, denominada como "Previdência e Seguros". Enquanto, quando houver a predominância de operações de seguros, o bloco relativo a esta operação é apresentado na parte superior da DRE, sendo assim, esta denominada como "Seguros e Previdência".

Os modelos de publicação de DRE têm como objetivo possibilitar a melhor visualização e compreensão do desempenho do período reportado nas demonstrações contábeis divulgadas pelas supervisionadas, tendo em vista que a base de formação dos dois modelos deriva do Quadro 23 do FIP/SUSEP, o qual tem um tipo único de apresentação.

Cabe destacar que o bloco de grupos de contas específico das operações de previdência registra todos os produtos que têm por essência "previdência complementar", ou seja, abrange planos tradicionais, PGBL, PRGP, PAGP, PRI, VGBL, VAGP, VRGP, VRSA e VRI, mesmo sendo estes cinco últimos legalmente classificados como "seguros".

d) Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

Evidencia itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na DRE por exigência ou permissão de pronunciamentos contábeis específicos. A Susep não estabelece um modelo de publicação para a DRA, devendo as supervisionadas seguir as regras

estabelecidas no CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, incluindo as alterações promovidas pela Revisão de Pronunciamentos Técnicos – nº 08/2015. Essa revisão passou a exigir a seguinte segregação:

- outros resultados abrangentes, exceto os citados no item abaixo, classificados por natureza e agrupados em contas que:
 - não serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período; e
 - serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período, quando condições específicas forem atendidas;
- participação em outros resultados abrangentes de coligadas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, separadas pela participação nas contas que:
 - não serão reclassificadas subsequentemente para o resultado do período; e
 - serão reclassificadas subsequentemente para o resultado do período, quando condições específicas forem atendidas.

e) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

A DMPL tem como objetivo informar a movimentação ocorrida durante o exercício nas diversas contas que compõem o Patrimônio Líquido (PL), permite a visualização do fluxo de uma conta para outra e indica a origem e o valor de cada acréscimo ou diminuição no PL durante o exercício. Trata-se, portanto, de informação complementar aos demais dados constantes do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício. O Manual do Elenco de Contas e dos Modelos de Publicação, disponível no sítio eletrônico da Susep, estabelece o modelo de publicação da DMPL.

f) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

A DFC tem como objetivo informar sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos dentro de um período determinado. Auxilia, portanto, os usuários das demonstrações contábeis na análise da capacidade de geração de caixa e equivalente de caixa e da necessidade de utilização desses fluxos de caixa. Segundo os itens 9 a 10 do CPC 03 (R2), os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa, de modo que os investimentos precisam ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Ademais, a Susep requer que os investimentos tenham prazo de vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias na data de aquisição.

Os recebimentos e pagamentos de caixa são classificados nesta demonstração em três atividades: operacionais, de investimentos e de financiamento. A classificação dos recebimentos e pagamentos de caixa relaciona-se com natureza da transação que lhe dá origem. A natureza da transação deve levar em consideração a intenção subjacente para fins de classificação. O Manual do Elenco de Contas e dos Modelos de Publicação, disponível no sítio eletrônico da Susep, estabelece os modelos de publicação da DFC elaboradas pelo método direto e indireto a serem utilizados pelas entidades supervisionadas.

As sociedades e entidades supervisionadas pela Susep deverão apresentar a reconciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, conforme prevista no CPC 03.

g) Notas explicativas (NE)

Possuem como objetivo principal fornecer as informações adicionais necessárias ao entendimento da situação patrimonial e do desempenho obtido pela companhia que divulga as demonstrações contábeis, ou ainda, para menção de fatos que podem alterar futuramente essa situação patrimonial. Fazem parte do conjunto completo das demonstrações contábeis e devem compreender um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Podem ser apresentadas nas formas descritiva ou de quadros analíticos. Além das exigidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC e recepcionados pela Susep, o artigo 126 da Circular Susep nº 648/21 estabelece um rol de notas explicativas de divulgação obrigatória, as quais são mais detalhadas em tópico adiante.

h) Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

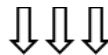
Relatório elaborado pelo auditor contábil independente, no qual emite opinião sobre a adequação das demonstrações contábeis individuais da supervisionada auditada às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Susep, ou seja, as Normas Básicas e as Normas Recepcionadas contidas na Circular Susep nº 648/21.

1.1.3.1 Republicação das Demonstrações Contábeis

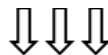
Nos termos do item 1.2 do CPC 00, as demonstrações financeiras têm por objetivo fornecer informações financeiras úteis aos investidores, credores por empréstimos e demais credores, atuais e potenciais, para subsidiar decisões relacionadas à oferta de recursos à entidade. Essas decisões

pressupõem a avaliação da situação econômico-financeira da entidade, de seu desempenho e de suas perspectivas quanto à geração de fluxos de caixa futuros, bem como da forma como a administração utiliza os recursos econômicos sob sua responsabilidade (CPC 00, itens 1.3 e 1.4). As demonstrações financeiras constituem, assim, a principal base informacional para os usuários externos. Diante do exposto, segue a cadeia de raciocínio para a análise:

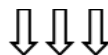
Stakeholders precisam de informações úteis para tomar decisões



As decisões dependem dos retornos por eles esperados



A expectativa pelos retornos depende das avaliações sobre a situação econômico-financeira da entidade feita pelos Stakeholders



As avaliações são baseadas nas Demonstrações Financeiras da entidade que as reporta.

Para o atendimento desse objetivo, as informações divulgadas devem observar as características qualitativas fundamentais previstas no Capítulo 2 do CPC 00, em especial a relevância e a representação fidedigna. A informação é considerada relevante quando é capaz de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários, seja por seu valor preditivo, por seu valor confirmatório, ou por ambos (CPC 00, itens 2.6 e 2.7). A materialidade, como aspecto específico da relevância, depende da natureza e/ou da magnitude da informação, consideradas no contexto da entidade que reporta, não sendo possível o estabelecimento de parâmetros quantitativos uniformes aplicáveis a todas as situações (CPC 00, item 2.11). As supervisionadas devem avaliar se a omissão, distorção ou correção de determinada informação é capaz de influenciar, de forma razoável, as decisões dos usuários das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, as informações divulgadas devem representar fidedignamente os fenômenos econômicos a que se referem, refletindo sua essência econômica, e não apenas sua forma legal (CPC 00, item 2.12 e itens 4.59 a 4.62). Para tanto, a representação deve ser completa, neutra e isenta de erros, dentro das limitações inerentes a estimativas e julgamentos contábeis. As supervisionadas devem assegurar que os critérios de reconhecimento, mensuração, classificação e divulgação adotados

estejam em conformidade com o CPC 00 e com os pronunciamentos técnicos específicos aplicáveis, de modo que os saldos contábeis reflitam adequadamente os fatos econômicos ocorridos.

A tempestividade constitui elemento essencial da utilidade da informação. Conforme o item 2.33 do CPC 00, informações divulgadas fora de tempo tendem a perder sua capacidade de influenciar decisões, ainda que, em determinados casos, permaneçam úteis para análises históricas ou de tendências. Assim, a identificação e a correção de erros ou omissões devem ocorrer de forma tempestiva, avaliando-se se a divulgação da correção ainda contribui para o processo decisório dos usuários, considerando o período a que se referem as demonstrações financeiras.

O CPC 00 estabelece, ainda, que o custo representa uma restrição generalizada à divulgação de informações financeiras. A elaboração, correção, reapresentação ou republicação das demonstrações financeiras envolve custos operacionais, administrativos, informacionais e reputacionais, tanto para as entidades quanto para os usuários da informação. Esses custos devem ser ponderados em relação aos benefícios esperados, especialmente quanto ao aumento da utilidade e da fidedignidade das informações divulgadas e à redução da assimetria informacional.

A republicação das demonstrações financeiras não constitui evento neutro e pode gerar impactos econômicos, informacionais e reputacionais relevantes para as supervisionadas, incluindo efeitos sobre indicadores econômico-financeiros, percepção de risco, credibilidade das informações contábeis e custo de captação de recursos.

Nesse contexto, as supervisionadas devem manter sistemas de controles internos, estruturas de governança contábil e processos de revisão adequados, capazes de assegurar a correta aplicação das normas contábeis, a qualidade da informação divulgada e a identificação tempestiva de erros, omissões ou distorções relevantes, de forma a mitigar a necessidade de reapresentação ou republicação das demonstrações financeiras.

Quando identificados erros, omissões ou distorções, é esperado que as supervisionadas realizem avaliação técnica, estruturada e devidamente documentada quanto à necessidade de reapresentação ou republicação das demonstrações financeiras. Essa avaliação deve considerar, de forma integrada, no mínimo:

- (i) a materialidade da informação afetada, tendo em vista sua natureza e magnitude;
- (ii) a relevância da correção para os usuários das demonstrações financeiras, especialmente quanto à sua capacidade de influenciar decisões econômicas;
- (iii) a tempestividade da divulgação da correção, considerando o período a que se referem as demonstrações financeiras; e

(iv) os impactos econômicos, operacionais e reputacionais decorrentes da reapresentação ou republicação.

A decisão adotada deve fundamentar-se em julgamento profissional consistente, em conformidade com o CPC 00 e demais pronunciamentos contábeis aplicáveis, priorizando a utilidade e a fidedignidade da informação, de modo a assegurar que as demonstrações financeiras reflitam adequadamente a situação econômico-financeira, o desempenho e as perspectivas da entidade.

1.1.3.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

A vigência deste item inicia-se partir de janeiro de 2027.

Classificação e Reconhecimento

O Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) configura instrumento societário de natureza atípica, destinado à realização de aportes financeiros pelos sócios ou acionistas à sociedade, com vistas ao fortalecimento de sua estrutura de capital e ao financiamento de suas atividades operacionais, dispensando, em caráter prévio, a observância das formalidades inerentes às deliberações de aumento de capital. Posteriormente, referidos aportes são submetidos à deliberação em assembleia geral extraordinária, momento em que se procede à verificação e ratificação dos requisitos legais e societários indispensáveis à sua capitalização, assegurando-se a adequada classificação contábil e jurídica como AFAC, bem como sua conversão em participação societária.

O AFAC deve ser realizado após aprovação em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) ou mediante instrumento contratual que formalize cumulativamente requisitos essenciais que se alinhem ao Pronunciamento Técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação:

- (i) ser irrevogável e irretratável;
- (ii) impossibilidade de devolução do recurso aportado;
- (iii) finalidade restrita de aumento do capital social;
- (iv) prever o aporte na moeda funcional da entidade, sem qualquer cláusula de indexação; e
- (v) estabelecer, de forma fixa e pré-determinada, a quantidade de ações a serem emitidas na conversão.

Considerando o tópico (ii) do parágrafo anterior, o AFAC será classificado como sem possibilidade de devolução nas seguintes situações:

a. quando aprovado por acionista controlador (ou do grupo de controle), individualmente ou em conjunto e formalizado em instrumento contratual com força vinculante, irrevogável e irrevocabível; ou

b. quando aprovado por acionista não controlador (ou grupo de acionistas que não configure o controle), e com anuência prévia formal do controlador (ou do grupo de controle), individualmente ou em conjunto, formalizado em instrumento contratual com força vinculante, irrevogável e irrevocabível;

c. quando o AFAC for aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE).

Para fins dessa orientação, considera-se controlador (ou grupo de controle), individual ou em conjunto, aquele que detém poder de voto suficiente para aprovar deliberações em assembleia geral.

A operação deve atender os requisitos contábeis estabelecidos no citado CPC considerando precipuamente os itens 11 e 16 (tópicos a e b) os quais conjuntamente definem as características que um instrumento financeiro deve possuir para ser classificado como instrumento patrimonial. As condições determinadas no item 16 são:

(a) o instrumento não possuir obrigação contratual de:

(i) entregar caixa ou outro ativo financeiro à outra entidade; ou

(ii) trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente desfavoráveis ao emissor.

(b) se o instrumento será ou poderá ser liquidado por instrumentos patrimoniais do próprio emitente, é:

(i) um não derivativo que não inclui obrigação contratual para o emitente de entregar número variável de seus próprios instrumentos patrimoniais; ou

(ii) um derivativo que será liquidado somente pelo emitente por meio da troca de um montante fixo de caixa ou outro ativo financeiro por número fixo de seus instrumentos patrimoniais. Para este efeito, os instrumentos patrimoniais do emitente não incluem instrumentos que têm todas as características e satisfazem as condições descritas nos itens 16A e 16B ou itens 16C e 16D, ou instrumentos que são contratos para futuro recebimento ou entrega de instrumentos patrimoniais do emitente.

O registro do AFAC se divide em três fases: o momento do aporte, o da aprovação/reprovação pelo órgão regulador e a integralização do capital. Na primeira fase, há duas possibilidades de contabilização: quando for aprovado por AGE ou ocorrer por meio de instrumento contratual. No primeiro caso, utiliza-se a conta 2412 Aumento/Redução de Capital (em aprovação) e, no segundo, a

conta 2417 – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital onde o aporte ficará apropriado até a deliberação formal da assembleia geral de acionistas.

Reconhecimento inicial do AFAC – Aprovado por AGE

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11XX	Ativo Circulante – Aporte para Aumento de Capital (A)	Valor total depositado
C	2412	Aumento/Redução de Capital (em aprovação)	Valor total depositado

Reconhecimento inicial do AFAC – Não aprovado por AGE (Instrumento Contratual)

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11XX	Ativo Circulante – Aporte para Aumento de Capital (A)	Valor total depositado
C	2417	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (PL)	Valor total depositado

Ocorrendo a AGE para deliberação do AFAC dentro do prazo de 30 dias desde o aporte, o saldo contábil deve ser transferido da conta 2417 para a conta 2412.

Transferência de saldo entre contas do PL após AGE

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	2417	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (PL)	Valor total depositado
C	2412	Aumento/Redução de Capital (em aprovação) (PL)	Valor total depositado

Havendo a homologação do aumento de capital pela Susep, em atendimento ao art. 52 da Resolução CNSP Nº 422/21, o valor deve ser totalmente incorporado ao Capital Social da supervisionada.

Homologação do aumento de capital pelo órgão Regulador

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	2412	Aumento/Redução de Capital (em aprovação) (PL)	Valor total depositado
C	2411	Capital Social (PL)	Valor total depositado

Se a AGE não for realizada no prazo determinado ou o órgão regulador não homologar o aumento de capital, o valor aportado deve ser imediatamente estornado e os respectivos saldos contábeis cancelados.

Estorno Do Valor Aportado por Não Realização de AGE no Prazo ou Não Homologação

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	2412	Aumento/Redução de Capital (em aprovação) (PL)	Valor total depositado
	2417	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (PL)	
C	11XX	Ativo Circulante – Aporte para Aumento de Capital (A)	Valor total depositado

Documentação

As supervisionadas devem manter documentação que comprove o atendimento aos critérios de classificação, uma vez que a Susep pode solicitar revisão a qualquer tempo no exercício de suas atividades de supervisão. Para atendimento do art. 103 da Circular Susep nº 648/2021 serão exigidos, no mínimo os seguintes documentos:

1. o instrumento contratual que formaliza a operação, atendendo a todos os requisitos definidos neste Manual, quando o aporte de capital ocorrer antes da aprovação em assembleia geral;
2. ata da assembleia geral extraordinária, quando o aporte for realizado, após deliberação dos acionistas.

Tratamento para Fins de Solvência

O AFAC compõe o PLA para fins de cálculo dos índices de solvência.

Divulgação

As supervisionadas deverão divulgar nas notas explicativas de forma discriminada:

1. o montante do capital aportado;
2. identificação nominal do(s) acionista(s) que realizaram o aporte;
3. confirmação expressa de atendimento aos requisitos deste Manual;
4. quando aplicável, evidenciação da aprovação prévia formal do controlador (ou grupo de controle), individualmente ou em conjunto, incluindo a data e instrumento contratual utilizado;
5. cronograma estimado para deliberação da assembleia; e
6. quantidade de ações a serem emitidas na conversão.

1.1.4 Relatório Consolidado Prudencial

Com o objetivo de fornecer à Susep informações que possibilitem a supervisão de grupos, foi editada a Circular nº 650/21, a qual exige das supervisionadas a elaboração do Relatório Consolidado Prudencial, bem como lista os itens que deverão compor seu conteúdo, a saber: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado do Exercício Abrangente e algumas informações específicas oriundas, de modo geral, das notas explicativas das supervisionadas.

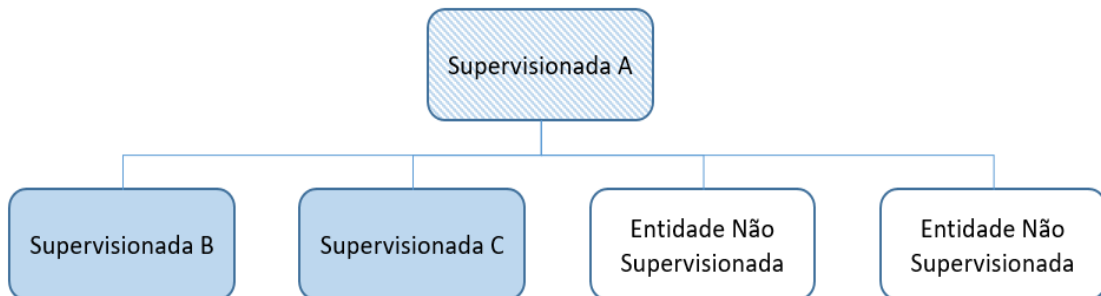
A publicação da Circular Susep nº 648/21, por sua vez, revogou a exigência da elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

As supervisionadas pertencentes ao mesmo grupo prudencial devem ser consideradas neste relatório, cuja elaboração ficará a cargo da supervisionada líder do grupo prudencial (a definição de grupo prudencial e de supervisionada líder do grupo prudencial conforme estabelecido em regulação específica – Resolução CNSP nº 388/20).

Ressaltamos que todas as supervisionadas devem ser consolidadas no Relatório Consolidado Prudencial, inclusive nos casos que seja controlada por uma entidade não supervisionada.

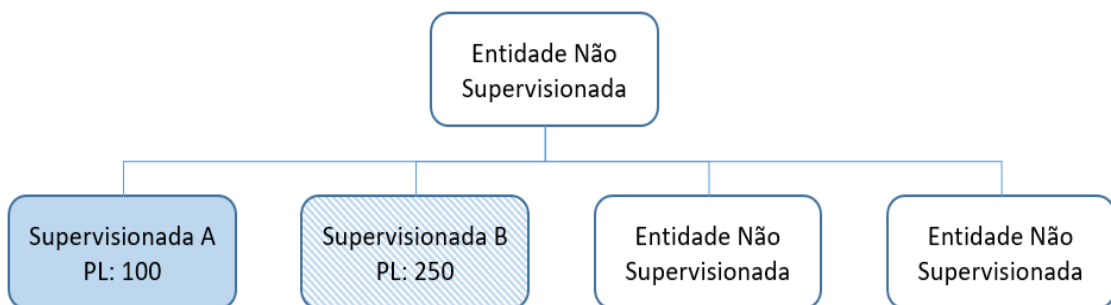
Seguem alguns exemplos de análise da obrigatoriedade de elaboração do Relatório Consolidado Prudencial.

a)



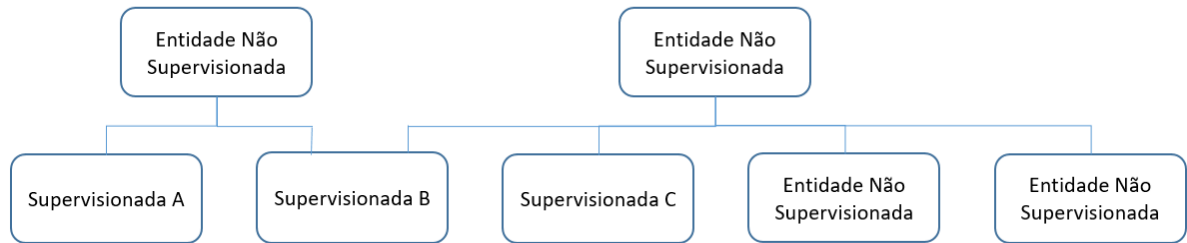
Neste exemplo, estão sujeitas à consolidação as supervisionadas A, B e C. A supervisionada A, por ser a controladora, é considerada a líder do grupo prudencial, sendo a responsável por elaborar o Relatório Consolidado Prudencial.

b)



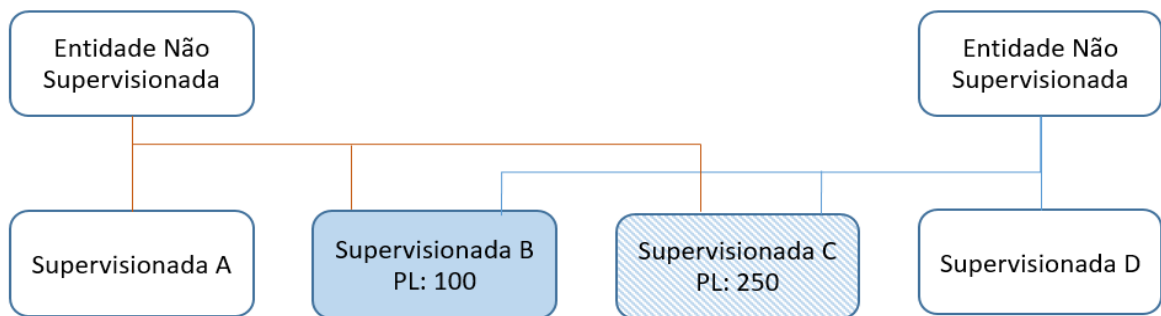
Neste exemplo, estão sujeitas à consolidação as supervisionadas A e B. A supervisionada B, por possuir o maior patrimônio líquido é considerada líder do grupo prudencial, sendo a responsável por elaborar o Relatório Consolidado Prudencial.

c)



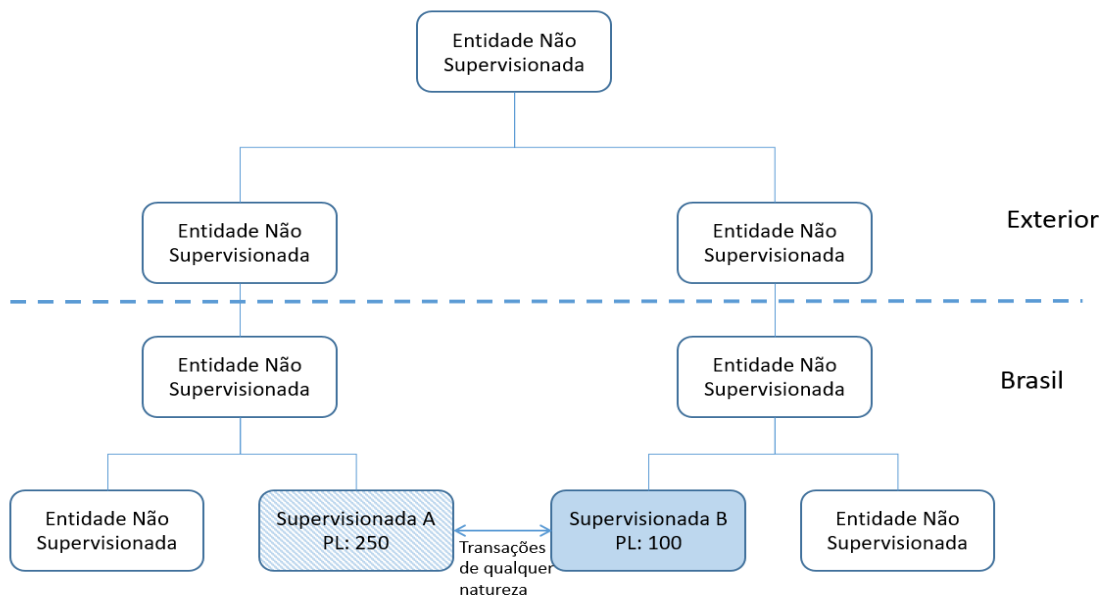
Neste exemplo, não deve ser elaborado Relatório Consolidado Prudencial, pois a Supervisionada B tem controle em conjunto.

d)



Neste exemplo, as supervisionadas B e C possuem controle em conjunto, mas o controle em conjunto de ambas as supervisionadas é exercido pelas mesmas entidades. Assim, as Supervisionadas B e C estão sujeitas à consolidação. A supervisionada C, por possuir o maior patrimônio líquido é considerada líder do grupo prudencial, sendo a responsável por elaborar o Relatório Consolidado Prudencial.

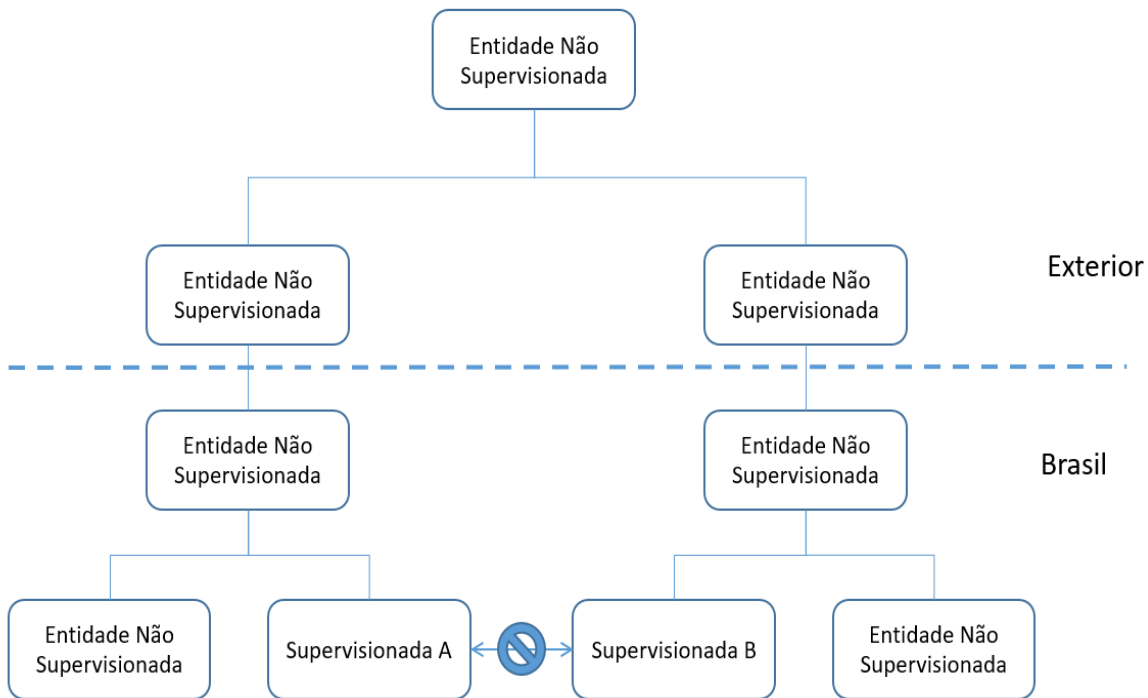
e)



Neste exemplo, o controle acionário em comum entre a Supervisionada A e a Supervisionada B está fora do país. No entanto, estas supervisionadas transacionam entre si. Logo, as Supervisionadas A e B estão sujeitas à consolidação. A supervisionada A, por possuir o maior patrimônio líquido é considerada líder do grupo prudencial, sendo a responsável por elaborar o Relatório Consolidado Prudencial.

Entre as transações de qualquer natureza, estão incluídos: contratação de resseguro, contratação de seguro, compartilhamento de estruturas entre as entidades, etc.

f)



Neste exemplo, o controle acionário em comum entre a Supervisionada A e a Supervisionada B está fora do país e elas não tem qualquer transação entre elas. Neste caso, as Supervisionadas A e B não estão sujeitas à consolidação.

O relatório, cuja data base é 31 de dezembro, deve ser enviado até o dia 15 de abril do exercício subsequente e aplicam-se os critérios de comparabilidade com os valores relativos ao final do exercício social precedente.

As supervisionadas integrantes do grupo prudencial devem disponibilizar para a supervisionada líder do grupo prudencial todas as informações necessárias para a elaboração do Relatório Consolidado Prudencial até 28 de fevereiro do exercício subsequente.

O Relatório Consolidado Prudencial deverá ser objeto de asseguarção razoável. O Relatório Consolidado Prudencial e o Relatório de Asseguarção deverão ser enviados à Susep, em conjunto, pela supervisionada líder do grupo prudencial.

1.1.5 Demonstrações Contábeis das Operações de Securitização das Sociedades Seguradoras de Propósito Específico (SSPE)

A operação de securitização de riscos de seguros e resseguros, através da emissão de letra de risco de seguro (LRS) tem independência patrimonial em relação à SSPE. Assim, a escrituração de cada operação de securitização será realizada de forma segregada da contabilidade da SSPE e das demais operações de securitização efetuadas pela mesma SSPE.

As demonstrações contábeis das operações de securitização, a serem elaboradas em 30 de junho e em 31 de dezembro de cada exercício, são compostas por:

- a) demonstrativo da situação patrimonial;
- b) demonstrativo de mutação do patrimônio;
- c) notas explicativas; e
- d) relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.

À seguir, apresentamos maior detalhamento dos itens listados acima:

a) Demonstrativo da Situação Patrimonial

Demonstração contábil destinada a evidenciar qualitativa e quantitativamente a posição patrimonial e financeira da operação de securitização em uma data determinada.

O patrimônio de cada operação de securitização será destinado exclusivamente à liquidação das LRS a que estiver afetado e ao pagamento de sinistros, de custos de administração e de obrigações fiscais. Desta forma, todo o patrimônio é formado por capital de terceiros, não havendo patrimônio líquido da operação de securitização.

O Manual do Elenco de Contas e dos Modelos de Publicação, disponível no sítio eletrônico da Susep, estabelece os modelos de publicação do demonstrativo da situação patrimonial das operações de securitização.

b) Demonstrativo de Mutação do Patrimônio

O Demonstrativo de Mutação do Patrimônio tem como objetivo informar a movimentação ocorrida durante o exercício nas diversas contas que compõem o patrimônio.

Como as operações de securitização não possuem patrimônio líquido, elas também não possuem receitas nem despesas.

O Manual do Elenco de Contas e dos Modelos de Publicação, disponível no sítio eletrônico da Susep, estabelece os modelos de publicação do demonstrativo de Mutação do Patrimônio operações de securitização.

c) Notas explicativas

As demonstrações contábeis das operações de securitização devem apresentar as mesmas notas explicativas das sociedades seguradoras, quando cabíveis. Em especial, as relativas a política contábil de constituição de provisões (art. 126, II, “d”), a títulos e valores mobiliários (art. 126, IV) e a gestão de riscos (art. 126, XI).

Em complemento, as operações de securitização devem apresentar nota explicativa com a evolução de sua exposição máxima ao risco (EMR) e sua comparação com o patrimônio.

d) Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Relatório elaborado pelo auditor contábil independente, no qual emite opinião sobre a adequação das demonstrações contábeis individuais da supervisionada auditada às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Susep.

1.1.6 Forma de Envio das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis (individuais anuais e intermediárias) constantes dos arts. 110 a 112 da Circular Susep nº 648/21 e alterações posteriores deverão ser encaminhadas apenas eletronicamente por meio do Sistema de Envio de Documentos. Após o envio de suas demonstrações contábeis, as supervisionadas receberão o respectivo número de protocolo que servirá de comprovante da operação.

O acesso ao Sistema de Envio de Documentos será realizado a partir das senhas enviadas pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGETI) aos Diretores de Relações com a Susep de todas as supervisionadas, as quais definem um usuário *master* que, por sua vez, libera outros acessos para os demais usuários.

Em caso de supervisionada nova, ainda sem acesso, favor encaminhar e-mail com o assunto *login* e senha de empresas para wmaster.rj@susep.gov.br.

Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador

As demonstrações contábeis individuais referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro têm o dia 15 de março do ano seguinte como prazo limite de envio à Susep, conforme determina a Circular Susep nº 648/2015 e alterações posteriores.

A referida norma estabelece, ainda, o dia 31 de agosto do mesmo exercício como data limite para o envio das demonstrações contábeis intermediárias.

As supervisionadas não deverão enviar à Susep os exemplares das publicações das demonstrações contábeis individuais anuais e intermediárias, bem como das demonstrações consolidadas em meio físico (papel), mas apenas em meio digital na forma especificada neste documento.

Os originais de tais documentos, no entanto, devem permanecer arquivados nas sedes das supervisionadas pelo prazo de 05 (cinco) anos a contar das datas limite de envio à Susep. Cabe ressaltar, ainda, que, no período de arquivamento obrigatório, a Susep possui a prerrogativa de solicitar os originais dos referidos documentos a qualquer momento.

A nomenclatura dos arquivos digitais e os formatos digitais dos mesmos deverão seguir os exemplos que seguem no Quadro 8 a seguir:

Quadro 8 – Exemplificação de nomenclatura

Documentos requeridos nos arts. 110 a 112 da Circular nº 648/21 e alterações posteriores	Código da supervisionada (5 caracteres)	Identificação	Data (ano e mês)	Nome da supervisionada	Exemplo
Demonstrações contábeis individuais anuais – Jornal Grande Circulação versão completa	XXXXX	-GC-	aaaamm	_SeguradoraABCsa	XXXXX-GC-aaaamm_SeguradoraABCsa.pdf
Demonstrações contábeis individuais anuais – Jornal de Grande Circulação versão resumida	XXXXX	-DFR-	aaaamm	_SeguradoraABCsa	XXXXX-DFR-aaaamm_SeguradoraABCsa.pdf
Demonstrações contábeis individuais anuais - SPED	XXXXX	-SPED-	aaaamm	_SeguradoraABCsa	XXXXX-SPED-aaaamm_SeguradoraABCsa.pdf
Demonstrações contábeis intermediárias	XXXXX	-IN-	aaaamm	_SeguradoraABCsa	XXXXX-IN-aaaamm_SeguradoraABCsa.pdf

A publicação das Demonstrações Financeiras na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Contábil – SPED só é permitida para as companhias fechadas com receita bruta anual de até R\$ 78.000.000,00, conforme art. 110 da Circular Susep nº 648/20 c/c art. 294 da Lei nº 6.404/76.

Os arquivos deverão ser enviados pelo Sistema de Envio de Documentos, disponível no sítio eletrônico da Susep (<https://www2.susep.gov.br/safe/menumercado/recaq/logon/logon>).

Para Demonstrações Financeiras Anuais (Data-Base Dez/XX), deverão ser enviados (tipo de envio: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ANUAIS):

- 1 (um) arquivo único contendo cópia do exemplar das demonstrações contábeis individuais anuais publicadas em Jornal de Grande Circulação ou publicadas na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, quando for o caso;
- quando publicada a versão resumida no Jornal de Grande Circulação, encaminhar 1 (um) arquivo único contendo cópia do exemplar da versão resumida das demonstrações contábeis individuais anuais publicadas em jornal de grande circulação e cópia do exemplar da versão completa das demonstrações contábeis individuais anuais publicadas no site do jornal de grande circulação.

Para o Relatório Consolidado Prudencial (Data-Base Dez/XX) deverá ser enviado (tipo de envio: RELATÓRIO CONSOLIDADO PRUDENCIAL - RELATÓRIO CONSOLIDADO PRUDENCIAL):

- 1 (um) arquivo único contendo cópia do exemplar do relatório consolidado prudencial.

Para Demonstrações Intermediárias (Data-Base Jun/XX) deverá ser enviado (tipo de envio: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS):

- 1 (um) arquivo único contendo cópia do exemplar das demonstrações contábeis intermediárias. Ressalte-se que a publicação dessas demonstrações contábeis em jornal de grande circulação é facultativa, porém seu envio à Susep na forma especificada nesta orientação é obrigatório.

Os arquivos relativos às demonstrações financeiras deverão, obrigatoriamente, conter:

- Relatório da Administração
- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Período
- Demonstração do Resultado Abrangente
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Notas Explicativas
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
- Nome dos Diretores
- Nome do Contador

- Nome do Atuário

Além dos itens acima, os arquivos enviados pela SSPE devem conter as demonstrações de suas operações de securitização.

1.1.7 Notas Explicativas

A Lei das Sociedades por Ações estabelece, por meio do artigo 176, que as demonstrações contábeis das companhias deverão ser complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos necessários para a o esclarecimento da situação patrimonial e do resultado do exercício.

Além dos requisitos mínimos listados no § 5º do artigo 176 dessa lei, as companhias devem observar as exigências de divulgação estabelecidas pelos normativos contábeis emitidos pelo CPC, em plena convergência com os padrões internacionais de contabilidade.

As supervisionadas devem, ainda, divulgar notas explicativas obrigatórias estabelecidas pelo artigo 126 da Circular Susep nº 648/21. Algumas dessas notas detalham aspectos já exigidos nos pronunciamentos e outras são demandas específicas do supervisor.

As notas explicativas obrigatórias estabelecidas pela Circular Susep nº 648/21 são:

I - Composição acionária, até último nível de controle

Com o objetivo de comunicar ao usuário externo a estrutura de propriedade da companhia, as supervisionadas precisam informar a respectiva composição acionária até o último nível. Com isso, os leitores das demonstrações contábeis podem saber a qual grupo econômico a supervisionada está relacionada, se este grupo é relacionado a um banco, quais seus controladores, se o controle é familiar ou não, se a estrutura de propriedade é concentrada ou dispersa e até os tipos e classes de ações que a companhia emitiu (ordinárias e classes de preferenciais). Essas informações podem ajudar os usuários das informações contábeis a conhecer os potenciais conflitos a que estão sujeitas as empresas, considerando as teorias de governança corporativa.

II - Políticas Contábeis

As supervisionadas devem divulgar, pelo menos, as políticas contábeis adotadas quanto ao critério de reconhecimento das principais receitas e despesas, à redução ao valor recuperável de ativos, à depreciação, ao adicional de fracionamento, às provisões, à mensuração de ativos e passivos, ao critério de segmentação no reconhecimento da PCC e ao critério de reconhecimento da contrapartida de aumento de provisão técnica gerada no TAP em decorrência de alteração de taxa de juros de mercado. Deve-se destacar os aspectos relacionados com a mensuração dos contratos de seguro e

instrumentos financeiros, bem como com os critérios de reconhecimento de receitas e despesas em questão.

O CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis requer a divulgação das políticas contábeis mais importantes para o correto entendimento do processo de elaboração das demonstrações. Essas políticas incluem a(s) base(s) de mensuração usada(s) na demonstração contábil, pois afetam sobremaneira a análise dos usuários desse tipo de informação.

Em diversos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC concede-se à Administração a possibilidade de escolher entre alternativas permitidas. Nesses casos, a divulgação da escolha adotada é especialmente útil para os usuários.

III - Contexto Operacional

As supervisionadas devem divulgar o contexto operacional, ou seja, do ambiente de operações da companhia. Esta divulgação deve conter, pelo menos, esclarecimentos sobre os ramos de atuação da empresa e as regiões da Federação em que opera.

IV - Títulos e Valores Mobiliários

As supervisionadas devem divulgar no mínimo o percentual classificado por categoria, taxas de juros contratadas, valor de mercado dos títulos, indicação dos valores mobiliários avaliados pela curva e quadro de movimentação de um período para o outro, conforme mencionado no item XII abaixo.

V - Prêmios a Receber

As supervisionadas devem elaborar notas explicativas com o detalhamento dos saldos dos prêmios a receber, prazos de vencimentos (*aging*), redução ao valor recuperável, período médio de parcelamento e, ainda, um quadro de movimentação de um período para outro, conforme mencionado no item XII abaixo.

VI - Custos de Aquisição Diferidos

As supervisionadas devem elaborar notas explicativas com divulgações mínimas sobre os Custos de Aquisição Diferidos contendo, no mínimo: o prazo para diferimento, as premissas utilizadas, a discriminação dos custos de aquisição e um quadro de movimentação, conforme mencionado no item XII abaixo.

VII - Salvados e Ressarcimentos

As supervisionadas devem evidenciar a expectativa de realização dos direitos a salvados e ressarcimentos, separadamente (um quadro para salvados e outro para ressarcimentos) e por principais ramos, discriminando as informações mensalmente para os primeiros 12 (doze) meses e, a partir daí, agrupando-as em períodos máximos de 6 (seis) meses. As "expectativas de prazo para realização dos ativos de direitos a salvados e a ressarcimentos estimados reconhecidos no ativo" referem-se ao prazo esperado para que o estoque de salvados/ressarcimentos estimados relativos à sinistros já pagos, ou seja, para os quais já houve a baixa da PSL - sejam efetivamente vendidos e/ou revertidos financeiramente (realização financeira). O objetivo dessas exigências é permitir uma avaliação da efetiva realização desses direitos em relação às estimativas previamente informadas.

As supervisionadas devem evidenciar o desenvolvimento das efetivas realizações dos ativos de direitos a salvados e a ressarcimentos reconhecidos no ativo. Esta divulgação refere-se à evolução dos saldos de salvados e ressarcimentos realizados financeiramente até a data de balanço, desde sua constituição no ativo.

Devem ainda elaborar notas explicativas contendo o detalhamento dos saldos de salvados (já em posse da supervisionada) e ressarcimentos, considerando os prazos de permanência na conta (*aging*) e segregando-os nos seus principais ramos.

Por fim, as companhias devem apresentar um quadro de movimentação dos direitos a salvados e a ressarcimentos estimados, igualmente de forma separada e segregando pelos principais ramos.

VIII - Divulgação das tábuas, taxas de carregamento e taxas de juros dos principais produtos comercializados

A diversidade dos produtos do mercado supervisionado requer uma boa divulgação das características destes, a fim de que o usuário externo conheça minimamente os motivos que levam a companhia a alcançar a *performance* divulgada. Nesse sentido, é exigido como divulgações mínimas necessárias sobre os principais produtos comercializados: as tábuas biométricas, as taxas de carregamento e as taxas de juros.

IX - Percentuais de custo de aquisição e sinistralidade dos principais ramos

Com objetivo de que o usuário externo possa avaliar o comprometimento da carteira de contratos em relação aos principais custos associados, é exigido que, para os principais ramos, sejam divulgados os percentuais de custos de aquisição e sinistralidade incorridos em relação ao prêmio de

seguro. A divulgação deve ser tanto bruta quanto líquida das operações de resseguro contratadas, conforme exige o CPC 11.

X - Teste de Adequação do Passivo

A nota explicativa sobre o Teste de Adequação do Passivo, regulado pelos artigos 36 a 48 da Circular Susep nº 517/15, devem atender aos requerimentos de divulgação contidos no CPC 11, bem como conter as seguintes informações: taxa de juros contratada para ativos e passivos, taxa de juros esperada para os ativos, tábua, sinistralidade, resseguro, métodos, procedimentos, premissas e pressupostos utilizados na elaboração do TAP e resultado do TAP por grupo de contrato, mesmo que a supervisionada não seja obrigada a constituir PCC.

XI - Gestão de risco

As supervisionadas devem elaborar notas explicativas sobre a gestão dos riscos a que estão expostas. Além dos requisitos de divulgação contidos no inciso XI do artigo 126 da Circular Susep nº 648/21, as supervisionadas devem atender requisitos sobre gestão de riscos contidos no CPC 11 – Contratos de Seguro, os quais exigem maior detalhamento.

Além de informações gerais sobre a gestão de risco, a supervisionada deve divulgar outros esclarecimentos sobre os riscos de seguro (antes e depois da mitigação do risco por resseguro), incluindo análise de sensibilidade, concentração do risco e sinistros ocorridos comparados com estimativas prévias (desenvolvimento dos sinistros). Deve abordar também os riscos de crédito, de liquidez e de mercado.

As informações sobre a sensibilidade ao risco de seguro devem mostrar:

- i) como o resultado e o patrimônio líquido teriam sido afetados caso tivessem ocorrido as alterações razoavelmente possíveis na variável de risco relevante à data do balanço;
- ii) os métodos e os pressupostos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade; e
- iii) quaisquer alterações dos métodos e das premissas utilizadas relativamente ao período anterior.

Além disso, de forma a facilitar o entendimento do usuário quanto à análise realizada, a supervisionada deve ainda fornecer:

- iv) explicação do método utilizado na preparação dessas análises de sensibilidade e os principais parâmetros e premissas e suas fontes;

- v) explicação do objetivo do método usado e suas limitações na apuração do valor justo dos ativos e passivos envolvidos;
- vi) informação qualitativa acerca da sensibilidade e informação relativa aos termos e às condições dos contratos de seguro as quais têm um efeito material sobre o valor, a tempestividade e a incerteza dos fluxos de caixa futuros da seguradora.

As variáveis que podem ser utilizadas na análise de sensibilidade e que devem ser divulgadas pelas seguradoras, sem prejuízo de outras que a companhia julgue relevantes, são: sinistralidade, taxas de juros, índice de conversibilidade, mortalidade (frequência e severidade), sobrevivência e inflação.

Quanto às informações sobre concentração de riscos de seguro, estas devem incluir descrição da forma como a administração da supervisionada determina as concentrações, bem como das características comuns que identificam cada concentração (por exemplo, por tipo de evento segurado, por área geográfica ou por moeda).

A Circular Susep nº 648/21 exige, ainda, que a supervisionada elabore nota explicativa com informações sobre os resseguradores com quem mantém contratos de resseguro, discriminando-os, no mínimo, por classe (local, admitida e eventual) e categoria de risco (*rating*).

As informações sobre os riscos financeiros (risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado) seguem a lógica do risco de seguro, no sentido de esclarecer ao usuário quais suas principais origens e como são geridos, entre outros dados que a companhia entenda necessários.

XII - Quadro de movimentação de prêmios a receber, provisões técnicas, aplicações financeiras e custo de aquisição diferido (DAC)

As supervisionadas devem divulgar quadros de movimentação referentes a prêmios a receber, provisões técnicas, aplicações financeiras e custos de aquisição diferidos (DAC). É sugerido que a supervisionada apresente tabelas contendo as informações sobre os itens acima nas colunas e os grupos de ramo nas linhas de modo a demonstrar a composição dos mesmos por ramo para, em seguida, exibir a movimentação dessas contas.

XIII - Tabela de desenvolvimento de sinistros

As supervisionadas devem divulgar informações comparativas dos sinistros ocorridos com as respectivas estimativas prévias, também chamada “desenvolvimento de sinistros”, deve retroceder ao período do sinistro material mais antigo para o qual ainda haja incerteza sobre o montante e a tempestividade do pagamento de indenização. Porém, não há necessidade de retroagir mais do que

dez anos. A supervisionada não é obrigada a divulgar essa informação para sinistros cuja incerteza sobre montante e tempestividade da indenização é tipicamente resolvida no período de um ano. Esta informação pode, eventualmente, ser divulgada em conjunto com a nota sobre Gestão de Riscos.

XIV - Discriminação das provisões de sinistros judiciais, semelhante à elaborada no questionário prudencial do FIP/Susep

As supervisionadas devem divulgar as provisões de sinistros judiciais, de modo a evidenciar se os valores provisionados estão próximos dos valores efetivamente desembolsados.

XV - Transferências de Carteira

Critérios contábeis específicos, estabelecidos no art. 124 da Circular Susep nº 648/21, devem ser adotados pelas partes envolvidas quando da ocorrência das operações de transferências de carteira. As supervisionadas, quando cessionárias, devem elaborar notas explicativas com informações acerca da cedente, dos resultados, dos ramos e da vigência média das carteiras transferidas. Todas as informações relevantes relacionadas às operações de transferência de carteira realizadas no período devem ser divulgadas pelas cessionárias, por meio de notas explicativas, devendo conter, no mínimo:

- a) os motivos ou objetivos da transação e eventuais impactos nos negócios da supervisionada;
- b) o valor da operação, por ramo;
- c) o resultado apurado na transação;
- d) a diferença entre os direitos recebidos e o saldo da provisão técnica necessária para arcar com as obrigações recebidas e seu tratamento contábil;
- e) quaisquer responsabilidades e obrigações assumidas ou garantias recebidas em função da transferência.

XVI - Solvência

As Supervisionadas devem divulgar em notas explicativas os seguintes itens relativos à suficiência de capital e de ativos garantidores de provisões técnicas:

- a) informações sobre a adequação de capital na data a que se refiram as demonstrações financeiras com, no mínimo, os seguintes itens:
 - (i) demonstração do cálculo do PLA;

- (ii) capital base e capital de risco, explicitando suas parcelas (subscrição, crédito, operacional e mercado);
 - (iii) capital mínimo requerido (calculado conforme as disposições estabelecidas na norma específica);
 - (iv) suficiência/insuficiência de capital;
- b) eventuais insuficiências de ativos oferecidos em cobertura das provisões técnicas.

XVII - Taxa de estruturação e manutenção de planos de previdência e de seguros de pessoas (antiga “taxa de gestão”) utilizada para compensar o TAP.

As supervisionadas devem informar, quando houver, o montante da taxa de estruturação e manutenção de planos de previdência e de seguros de pessoas (antiga “taxa de gestão”) utilizado para compensação de cada resultado deficitário para fins de constituição do TAP.

XVIII - Detalhamentos da DRE

As supervisionadas devem detalhar algumas contas da Demonstração do Resultado em notas explicativas, quando relevantes. São elas: sinistros ocorridos; custo de aquisição; despesas administrativas; receitas e despesas financeiras; receitas e despesas patrimoniais; outras receitas e despesas operacionais.

XIX - Aquisição de Ações de Própria Emissão

Caso a supervisionada adquira ações de sua própria emissão, estas deverão ser registradas na conta Ações em Tesouraria e apresentadas como dedução da conta do Patrimônio Líquido, em que se originaram os recursos utilizados para a aquisição dessas ações. Nesse caso, supervisionada deve elaborar notas explicativas específicas indicando:

- a) o objetivo da supervisionada ao adquirir suas próprias ações;
- b) a quantidade de ações adquiridas e/ou alienadas no curso do exercício, destacando sua espécie e classe;
- c) o custo médio ponderado de aquisições, bem como os custos mínimos e máximos;
- d) o resultado líquido das alienações ocorridas no exercício;
- e) o valor de mercado das espécies e classes das ações em tesouraria, calculado com base na última cotação, em bolsa ou balcão, anterior à data de encerramento do exercício social.

XX - Capital Autorizado Superior ao Subscrito

As supervisionadas que possuem capital autorizado superior ao subscrito devem divulgar esse fato por meio de notas explicativas, especificando:

- a) o limite de aumento autorizado, em valor do capital e em número de ações, bem como as espécies e classes que poderão ser emitidas;
- b) o órgão competente para deliberar sobre as emissões (Assembleia Geral ou Conselho de Administração);
- c) as condições a que estiverem sujeitas as emissões;
- d) os casos ou as condições em que os acionistas terão direito de preferência para subscrição ou a inexistência desse direito;
- e) a opção de compra de ações aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à supervisionada ou empresa sob seu controle, se houver.

XXI - Créditos Tributários e Prejuízos Fiscais

As supervisionadas devem elaborar notas explicativas específicas para evidenciar as seguintes informações sobre seus créditos tributários e prejuízos fiscais, quando relevantes:

- a) o montante dos tributos, corrente e diferido, registrado no resultado, no Patrimônio Líquido, no Ativo e no Passivo;
- b) a natureza, o fundamento e a expectativa de prazo para realização de cada ativo e obrigações fiscais diferidas, discriminados ano a ano, para os primeiros cinco anos e, a partir daí, agrupados em períodos máximos de três anos, inclusive para a parcela do ativo fiscal diferido não registrada que ultrapassar o prazo de realização de dez anos;
- c) os efeitos no Ativo, Passivo, Resultado e Patrimônio Líquido decorrentes de ajustes por alteração de alíquotas ou por mudança na expectativa de realização ou liquidação dos ativos ou passivos diferidos;
- d) o montante das diferenças temporais e dos prejuízos fiscais que não tenham sido utilizados e para os quais não se tenha reconhecido contabilmente o correspondente ativo fiscal diferido, com a indicação do valor dos tributos que não se qualificaram para esse reconhecimento;
- e) a conciliação entre o valor debitado ou creditado ao resultado de imposto de renda e ao resultado de contribuição social sobre o lucro e o resultado contábil, antes do imposto de

renda, multiplicado pelas alíquotas aplicáveis, divulgando-se também as alíquotas e suas bases de cálculo;

- f) a natureza e o montante de ativos cuja base fiscal tenha sido inferior ao seu valor contábil;
- g) os efeitos decorrentes de eventual alteração na expectativa de realização do ativo fiscal diferido e os respectivos fundamentos;
- h) a descrição das ações administrativas que contribuirão para a realização futura do ativo fiscal diferido, quando forem supervisionadas recém-constituídas ou estiverem em processo de reestruturação operacional ou reorganização societária.

XXII - Saldos de Empréstimos ou Operações Semelhantes

As supervisionadas que possuírem saldos de empréstimos ou operações semelhantes também devem elaborar notas explicativas com o detalhamento dos seguintes aspectos:

- a) data da obtenção do empréstimo;
- b) valor do empréstimo;
- c) nome do credor;
- d) condições financeiras pactuadas;
- e) prazo e forma de amortização;
- f) saldo devedor atual;
- g) se o devedor é parte relacionada.

XXIII - Outras Notas Explicativas

As supervisionadas devem elaborar notas explicativas sobre os seguintes itens:

- a) a composição e o prazo de amortização do ativo diferido;
- b) as espécies e classes de ações que compõem o capital social, as respectivas quantidades e valores nominais, bem como as vantagens e preferências conferidas às diversas classes de ações;
- c) a composição dos depósitos de terceiros e o tempo que estão nessa conta sem identificação;
- d) a demonstração do cálculo dos dividendos propostos e dos juros sobre o capital, assim como a política de pagamento de ambos, das compensações de distribuições antecipadas na forma de dividendos ou juros sobre o capital, além dos efeitos no Resultado e no Patrimônio Líquido;

- e) os ativos e as provisões técnicas dos fundos blindados; e
- f) os ônus reais sobre elementos do ativo e as garantias prestadas a terceiros, quando relevantes.

Por fim, as informações referentes a Fundos Exclusivos constarão de notas explicativas não sendo necessária à sua consolidação.

1.1.8 Disposições transitórias para adoção da Circular Susep nº 678/2022

1.1.8.1 Adoção do CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 – Instrumentos Financeiros, correspondente ao IFRS 9, foi emitido em dezembro de 2016, com início de aplicação mundial em janeiro de 2018, mas com opção para as entidades que emitem contratos de seguros de iniciar a aplicação em janeiro de 2023. O referido normativo veio como substituto do CPC – 38, que tratou o tema até então. Desse modo, passamos a recepcionar em nosso arcabouço regulatório o CPC 48, porém a partir de janeiro de 2024 como forma de conceder prazo adequado de adaptação às supervisionadas.

Enquanto pelo CPC 38 a classificação do ativo financeiro, e, conseqüentemente, sua mensuração e seu reflexo no resultado do exercício, dependem exclusivamente da intenção da supervisionada, pelo CPC 48, a classificação dos ativos financeiros advém de uma análise conjunta das características de fluxos de caixa contratuais do ativo e do modelo de negócios para a gestão desses ativos. Altera-se, também, nomenclatura das classificações aplicáveis, passando a ser: subsequentemente mensurados a custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros em que seu fluxo de caixa contratual não seja constituído exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto devem ser classificados como valor justo por meio de resultado.

Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa somente principal mais juros, são classificados como a valor justo por meio do resultado. A única exceção são participações acionárias que não são mantidas para negociação e que a entidade faça a opção irrevogável de classificar como a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Para os ativos financeiros cujos fluxos de caixa contratual sejam exclusivamente principal mais juros, a classificação dos ativos financeiros depende dos objetivos dos modelos de negócios para a gestão desses ativos, conforme quadro a seguir:

Modelo de Negócios	Classificação	Reflexo
Receber fluxos de caixa contratuais.	Mensurado subsequentemente a custo amortizado.	Juros conforme a curva do ativo - resultado do exercício.
Receber fluxos de caixa contratuais ou negociar.	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.	Juros conforme a curva do ativo - resultado do exercício. Diferença entre o valor justo e o preço do ativo na curva: patrimônio líquido.
Nenhum dos anteriores.	Valor justo por meio do resultado.	Variações no valor justo diretamente do resultado do exercício.

Em que pese haver semelhanças entre as classificações das duas normas, o vetor para a classificação deixa de ser a intenção da supervisionada e passa a ser o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros que passaram no teste de somente principal mais juros.

O modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros depende da estratégia de casamento de ativos e passivos. No entanto, há também outros objetivos a serem considerados para definição do modelo de negócios para a gestão de uma carteira de ativos financeiros, como maximizar rentabilidade ou reduzir volatilidade no resultado, por exemplo.

Uma seguradora que opere somente com seguros de curto prazo provavelmente necessitará que parte significativa de seus ativos garantidores sejam classificados como a valor justo por meio de resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, já que seu passivo vence no curto prazo e para atender sua necessidade de liquidez estejam previstas vendas regulares desses ativos. No entanto, isso não significa que essa supervisionada não possa ter modelo de negócios de receber os fluxos de caixa contratuais para parte de sua carteira de ativos garantidores.

Segundo as orientações de aplicação, constantes do apêndice B do CPC 48, o modelo de negócios:

- é determinado no nível que reflita como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir o objetivo comercial específico (item B4.1.2);
- deve ser determinado no nível mais alto de agregação, o que não impede que uma entidade possua carteiras de investimentos com modelos de negócios distintos nem que haja a segmentação de uma carteira de investimentos em modelos de negócios distintos (item B4.1.2);

Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador

- a avaliação de como a entidade gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa deve ser realizada considerando cenários que a entidade espera que ocorram (item B4.1.2A);
- ao determinar se os fluxos de caixa são realizados por meio do recebimento dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros, é necessário considerar a frequência, o valor e a época das vendas em períodos anteriores, os motivos para essas vendas e as expectativas sobre a futura atividade de vendas (item B4.1.2C);
- a venda de ativos financeiros em decorrência de aumento de risco de crédito desses ativos ou para gerenciar risco de concentração de crédito, conforme política de investimentos da entidade, não é inconsistente com modelo de negócio com objetivo de receber fluxos de caixa contratuais (item B4.1.3A e B4.1.3B).

No item B4.1.4A, é destacado que o gerenciamento de necessidades diárias de liquidez, manutenção de um perfil específico de remuneração de juros ou a combinação de duração de ativos financeiros com a duração dos passivos que esses ativos estão custeando são condizentes com o modelo de negócios em que a entidade tanto recebe fluxos de caixa contratuais, quanto vende ativos financeiros.

O exemplo 7 do item B4.1.4C é pertinente ao mercado segurador:

Exemplo	Análise
<p>Exemplo 7 Uma seguradora detém ativos financeiros para custear passivos de contratos de seguro. A seguradora utiliza os proventos dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros para liquidar passivos de contratos de seguros à medida que vencem. Para garantir que os fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros sejam suficientes para liquidar esses passivos, a seguradora realiza atividade significativa de compra e venda regularmente para reequilibrar sua carteira de ativos e atender às necessidades de fluxo de caixa, conforme surgirem.</p>	<p>O objetivo do modelo de negócios é custear os passivos de contratos de seguro. Para alcançar esse objetivo, a entidade recebe fluxos de caixa contratuais à medida que vencem e vende ativos financeiros para manter o perfil desejado da carteira de ativos. Dessa forma, tanto o recebimento de fluxos de caixa contratuais, quanto a venda de ativos financeiros, são partes integrantes do cumprimento do objetivo do modelo de negócios.</p>

O CPC 48 trouxe como regra geral que a cada data de balanço, a entidade deve avaliar se o risco de crédito de cada ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. O item 5.5.9 do CPC 48 estabelece:

“5.5.9 Em cada data do balanço, a entidade deve avaliar se o risco de crédito de instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a entidade deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a entidade deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.”

O que cada supervisionada considerar aumento significativo deve constar de política contábil formalizada e ser evidenciado em nota explicativa. É importante destacar que o objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

O CPC 48 prevê duas abordagens para avaliar e mensurar a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A abordagem simplificada pode ser utilizada para recebíveis ou ativos contratuais que resultam de transações dentro do alcance do CPC 47 – Receita com Clientes ou do CPC 06 – Arrendamentos. No mercado supervisionado pela Susep, os créditos de assistência financeira são elegíveis para a utilização da abordagem simplificada para a constituição de RVR.

Pela abordagem simplificada, a constituição da provisão para perda ao valor recuperável desses créditos pode ser constituída a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos desses ativos. Cada supervisionada realizará os agrupamentos que melhor reflitam as características de cada ativo financeiro. Podemos citar como possibilidades de agrupamento: dias de atraso no recebimento, região geográfica, tipos de segurados/participantes, entre outras.

A segunda abordagem é conhecida como modelo de três estágios. No primeiro estágio estão os ativos financeiros que não sofreram aumento significativo do risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. A redução ao valor recuperável desse ativo é constituída com base na probabilidade de ocorrência de perdas de crédito para os próximos doze meses.

No segundo estágio, o risco de crédito relacionado ao ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, mas ainda não houve a ocorrência de um evento de perda. Nesse caso, a redução ao valor recuperável desse ativo é constituída com base na probabilidade de ocorrência de perdas de crédito para toda a vida do ativo financeiro.

Enfim, no terceiro estágio, já houve a ocorrência de pelo menos um episódio de perda para aquele ativo financeiro. O cálculo da redução ao valor recuperável do ativo é igual ao do segundo estágio, mas a receita financeira é reconhecida somente para o ativo líquido da RVR do ativo.

Ao calcular a probabilidade de inadimplência, a supervisionada deve considerar: o histórico de perdas de créditos semelhantes, situação financeira e patrimonial do parceiro, situação do mercado na área de atuação do parceiro, situação macroeconômica, outras informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas, disponíveis sem custos ou esforços excessivos.

Como forma de regulamentar o estudo técnico sobre redução ao valor recuperável de ativos financeiros exigido no CPC 48, a Circular nº 678/22 passa a exigir que o mesmo seja aprovado pelo diretor responsável pela contabilidade, aplicado mensalmente, com a manutenção da documentação que permita sua replicação pelos auditores independentes e pela Susep, atualizado, no mínimo, nas datas-bases de elaboração das demonstrações contábeis e esteja disponível para a Susep sempre que solicitado. Ainda, deverá conter, no mínimo:

a) no caso de utilização da abordagem simplificada:

1. grupamentos utilizados,
2. base de dados histórica que permita a verificação do histórico de perdas e dos riscos de inadimplência;
3. premissas econômicas, se utilizadas; e

b) no caso de utilização da abordagem padrão:

1. definição do que é considerado aumento significativo de risco de inadimplência;
2. metodologia de cálculo utilizado; e
3. premissas utilizadas.

A Circular nº 678/22 regulamentou, também, a redução ao valor recuperável em relação à itens específicos do mercado de seguros. No que diz respeito à Prêmios a Receber, a redução ao valor recuperável deverá ser constituída

I - preferencialmente, a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos de prêmios a receber, exclusivamente para riscos decorridos; ou

II - a partir da análise do risco de inadimplência do crédito, nas situações em que esta opção seja mais aderente à operação da supervisionada.

É exigido que a supervisionada elabore estudo técnico, atualizado nas datas-bases de elaboração das demonstrações contábeis, aprovado pelo diretor responsável pela contabilidade e disponível para a Susep sempre que solicitado, que contemple, no mínimo:

I - indicação dos agrupamentos de prêmios a receber utilizados pela sociedade seguradora para fins de constituição de RVR de prêmios a receber;

II - dados históricos por agrupamento utilizados no cálculo da probabilidade de inadimplência;

e

III - variáveis econômicas utilizadas no cálculo da probabilidade de inadimplência, se utilizadas.

Já a redução ao valor recuperável de prêmio de resseguro diferido e prêmio de retrocessão diferido deverá ser constituída se:

I - houver evidências objetivas, como resultado de evento que ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo por contrato de resseguro, que a cedente possa não receber todo o valor relacionado a ele nos termos do contrato; e

II - o impacto desse evento no valor que a cedente tem a receber do ressegurador ou retrocessionário pode ser mensurado de forma confiável.

Com exceção das contas de prêmio de resseguro diferido e prêmio de retrocessão diferido, a redução ao valor recuperável de contas de ativo cuja contraparte seja um ressegurador ou um retrocessionário deverá ser calculada a partir do risco de inadimplência de cada ressegurador ou retrocessionário, o qual deverá considerar, no mínimo:

I - o histórico de perdas com o ressegurador/retrocessionário;

II - análise prospectiva da capacidade de pagamento do ressegurador/retrocessionário; e

III - eventuais divergências ou litígios referentes à cobertura do contrato de resseguro ou retrocessão que possam resultar em valores a receber pela cedente inferiores ao inicialmente contabilizado.

A análise do risco de inadimplência do ressegurador ou retrocessionário deverá constar de estudo técnico, atualizado nas datas-bases de elaboração das demonstrações contábeis, aprovado pelo diretor responsável pela contabilidade e disponível para a Susep, que contemple no mínimo:

I - os dados históricos de perdas com o ressegurador/retrocessionário;

II - as variáveis utilizadas na análise prospectiva da capacidade de pagamento do ressegurador/retrocessionário; e

III - detalhamento das divergências e litígios referentes às coberturas do contrato de resseguro ou retrocessão.

Ainda, cabe destaque que a Circular Susep nº 678/22 revogou o art. 139 que tratava da situação em que a supervisionada podia optar por não elaborar o estudo técnico acerca da redução ao valor recuperável. A partir de 2024, o estudo técnico passa a ser exigido para todas as supervisionadas.

1.1.8.2 Alterações no TAP

O tema será melhor tratado no manual específico que trata do Teste de adequação de Passivos, porém alguns pontos serão abordados neste manual por afetaram o reconhecimento contábil.

O instituto da “mais valia” define-se pela diferença entre o valor dos ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento – e registrados na contabilidade - e o seus respectivos valores justos. Até 2023, o saldo da mais valia de um período poderia servir para compensar uma eventual insuficiência de apurada no teste de adequação de passivos, podendo até mesmo não haver o registro da Provisão Complementar de Cobertura quando a mais valia fosse maior que a insuficiência. A alteração normativa trazida pela Circular Susep nº 678/22 teve como objetivo aumentar o grau de representação fidedigna, principalmente do passivo das supervisionadas, fazendo com que as provisões técnicas passem apresentar, de fato, a melhor estimativa de saída de recursos.

Um dos efeitos contábeis imediatos é a constituição de PCC quando houver insuficiência de TAP, na qual a mais valia compensava. Neste caso, a contrapartida do lançamento na PCC deverá considerar se natureza da insuficiência se deu em decorrência de alteração no risco ou na taxa de juros. Sendo em decorrência de alteração no risco, a contrapartida deve ser realizada no resultado do exercício. Já no caso de alteração na taxa de juros a contrapartida poderá ser no resultado ou em outros resultados abrangentes, de acordo com a política contábil formalizada em estudo técnico que deverá ser aprovado pela diretoria e, se houver, pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Deliberativo da supervisionada, bem como estar disponível para a Susep e auditoria externa, sempre que solicitado.

Outra alteração relevante promovida foi a possibilidade de compensação por grupo de contrato dentro das segregações de fluxos estabelecidas para a apuração do resultado do TAP.

1.1.8.3 Permissão da aplicação prospectiva para as mudanças relativas às políticas contábeis aplicáveis ao Teste de Adequação de Passivos, às Operações de Capitalização e Alteração na PCC em Decorência de Mudança na Taxa de Juros

O artigo 4º da Circular nº 678/22 estabelece que na adoção inicial das alterações de políticas contábeis previstas no § 5º do art. 43, no § 3º do art. 101 e no art. 125-C da Circular Susep nº 648, de 2021, as supervisionadas poderão aplicar as mudanças prospectivamente, conforme orientações contidas neste manual.

O CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro trata como uma mudança na política contábil (itens 14 a 31) as alterações normativas promovidas nos dispositivos destacados na no art. 4º da Circular Susep nº 678/22 e, seguindo seus ditames, para estas deveriam ser apenas a aplicação retrospectiva: é a aplicação de nova política contábil a transações, a outros eventos e a condições, como se essa política tivesse sido sempre aplicada. Porém, o próprio artigo 4º da Circular Susep nº 678/22 permite, expressamente, que as supervisionadas apliquem as mudanças prospectivamente, de modo semelhante ao disposto nos itens 23 a 27 - Limitação à aplicação retrospectiva do CPC 23, sem que haja a necessidade de se comprovar o período de impraticabilidade como dita o CPC 23. Desse modo, a supervisionada poderá definir o período no qual irá realizar transição, reconhecendo o efeito da mudança na estimativa contábil no Patrimônio Líquido (Lucro/Prejuízo Acumulado e futura destinação para reserva) não havendo necessidade de informações comparativas com os saldos de início do exercício anterior.

1.1.8.4 Alteração em nomenclaturas e conceitos relativos a Provisões Técnicas

A Circular Susep nº 648/22 segrega a Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) em duas:

- a) Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Repartição Simples (PDR); e
- b) Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Capitalização ou Repartição de Capitais por Cobertura (PDC).

A alteração visou deixar mais explícita a natureza diferenciada dessas provisões, em linha com o que já ocorre com as demais provisões de prêmios/contribuições e sinistros/benefícios que diferenciam claramente provisões mais relacionadas a produtos estruturados em capitalização.

Como forma de limitar a abrangência da PSL a benefício de riscos e adequá-la ao seu conceito, os valores referentes a pagamentos sob a forma de renda atuarial ou financeira não deverão mais ser considerados na PSL, mas sim na PVR. Ainda, o termo "rendas vencidas" foi excluído da definição da PSL para limitar a sua abrangência a benefício de riscos. Também foi excluído o termo "pagamentos

únicos”, uma vez que a PSL não é apenas para pagamentos únicos (pode haver casos de pagamentos parcelados).

Desse modo, a PVR passa a abranger os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios, contribuições ou fundos, às portabilidades a regularizar, aos prêmios recebidos e não cotizados, às rendas vencidas e aos benefícios a regularizar relativos a coberturas por sobrevivência. Como forma de esclarecer o conceito de alguns itens que passam a ser registrados na PVR, a alteração normativa trouxe definições de:

a) Portabilidades a regularizar:

I - as portabilidades solicitadas e por qualquer motivo ainda não transferidas para a sociedade seguradora, EAPC ou entidade fechada de previdência complementar receptora; e

II - as portabilidades recebidas e por qualquer motivo ainda não alocadas em um plano específico.

b) Benefícios a regularizar relativos a cobertura por sobrevivência:

I - na modalidade benefício definido, o benefício devido após a sobrevivência do segurado ou participante ao período de diferimento contratado até o momento do pagamento ou da opção do segurado ou participante de receber o benefício na forma de renda; e

II - na modalidade contribuição variável, o benefício solicitado devido e por qualquer motivo ainda não pago, ressalvado os casos previstos no § 3º do art. 10, em que deverá ser considerada como referência o momento da cotização do resgate no fundo.

Bem como define os fatos geradores da baixa da PVR:

I - o pagamento, caracterizado quando da liquidação financeira, do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei;

II - a alocação da portabilidade recebida ao plano específico;

III - a cotização de prêmios recebidos; e

IV - a opção do segurado/participante em receber renda, nas coberturas por sobrevivência na modalidade benefício definido.

Houve a inclusão de dispositivo para suprir uma lacuna regulatório e definir quais são os fatos geradores de baixa da PMBAC, sendo eles:

I - para a cobertura por sobrevivência:

a) sobrevivência do segurado ou participante ao período de diferimento contratado, no caso de cobertura por sobrevivência estruturada na modalidade benefício definido;

b) solicitação de benefício, no caso de cobertura por sobrevivência estruturada na modalidade contribuição variável;

c) solicitação de resgate, observado o disposto no §3º;

d) solicitação de portabilidade, observado o disposto no §3º;

e) custeio de cobertura de risco em planos conjugados;

f) amortização do saldo devedor de assistência financeira; e

g) cancelamento da cobertura; e

II - para as coberturas de risco:

a) registro do aviso de sinistro;

b) solicitação de resgate;

c) solicitação de portabilidade;

d) custeio de cobertura de risco quando previsto no plano; e

e) cancelamento da cobertura.

Ainda, para os produtos de acumulação cuja provisão esteja diretamente relacionada a um fundo específico, a baixa da provisão deverá ocorrer no mesmo momento do resgate desse fundo.

No que diz respeito às operações de capitalização, as alterações mais relevantes são esclarecidas a seguir.

A Circular Susep nº 648/22 passou a segregar a receita das quotas de capitalização e de sorteio da quota de carregamento. Destaca-se que o produto de capitalização não se enquadra nos conceitos de contrato de seguro trazidos tanto pelo CPC 11 quanto pelo CPC 50, este último sem previsão de ser recepcionado pela Susep.

Pela regra anterior, a receita era reconhecida com a emissão do título no primeiro mês e com a informação de pagamento nos meses subsequentes. Pelo novo modelo, uma parte da receita passa a ser reconhecida no pagamento ou com a informação de pagamento da contribuição pelo subscritor (quota de capitalização e sorteio) e a receita do carregamento é reconhecida conforme o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio (quota de carregamento), conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico. Pela regra anterior, a receita de carregamento pode ser reconhecida integralmente na emissão ou pagamento do título de acordo com estudo técnico.

Ao término da vigência do título de capitalização, não há diferença no resultado da operação entre os modelos. O que diferencia é a distribuição do resultado no decorrer da vigência do título de capitalização, para os casos que ocorrer diferimento de receita de carregamento conforme estudo técnico. Pela regra anterior, a receita de carregamento é toda reconhecida na emissão ou pagamento do título. Pelo novo modelo, o carregamento é reconhecido conforme a ocorrência da contraprestação aos titulares dos direitos de resgates e sorteios.

A Provisão Matemática de Capitalização passa a ter como fato gerador o pagamento ou a informação de pagamento da contribuição pelo subscritor.

A Provisão de Despesas Administrativas (PDA) foi substituída pela Provisão de Receita Diferida (PRD), a qual passará a representar as contraprestações a serem oferecidas pelas sociedades de capitalização, sendo constituída para os casos de diferimento das receitas de quotas de carregamento dos títulos de capitalização, conforme metodologia descrita no estudo técnico. O saldo constante na Despesa Administrativa (PDA), na data-base 31/12/2023, deverá ser revertido em contrapartida a conta de lucros ou prejuízos acumulados no Patrimônio Líquido.

Desse modo, os fatos geradores da receita para as operações de capitalização passam a ser:

I - o recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e

II - o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento.

1.1.8.5 Exclusão do termo “emissão” do dispositivo que trata de receita dos produtos de risco

A alteração realizada no § 1º, artigo 101 da Circular Susep nº 648/22 teve motivos conceituais e não meritórios, pelo fato não trazer nenhuma modificação nos procedimentos e práticas contábeis atualmente utilizados.

A alteração tomou como base a definição de “Receita” trazida na Revisão 2 do CPC – 00 Estrutura Conceitual Para Relatório Financeiro, transcrita a seguir:

“4.68 Receitas são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.”

Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador

O fato da emissão de prêmio não causar alteração no patrimônio líquido impede que este atenda o conceito de receita estabelecido pelo normativo citado, o que justifica a alteração normativa realizada pela Circular Susep nº 678/22. Porém este fato contábil deverá continuar sendo registrado da mesma forma que já acontece atualmente, não gerando impacto operacional e financeiro para as supervisionadas.

2. Auditoria Independente

No mercado supervisionado, há duas atividades de auditoria independente que se complementam, são elas: a auditoria contábil e a auditoria atuarial. Haja vista o escopo deste material, a seguir são apresentadas algumas características da auditoria contábil. Mais detalhes sobre a auditoria atuarial podem ser obtidos na Resolução CNSP nº 432/21 e nas orientações da área técnica disponível do site do supervisor em <http://www.susep.gov.br/setores-susep/cgsoa/regulamento-prudencial>.

Cabe destacar que as supervisionadas somente podem contratar auditores contábeis independentes, pessoa física ou jurídica, registrados na CVM e observar os requisitos normativos específicos sobre o tema. A inobservância destes regramentos implicam na responsabilização do administrador e tornam nulos os serviços prestados de auditoria contábil independente, devendo a supervisionada submeter à autorização da Susep proposta de substituição do auditor contábil independente.

2.1 Auditor Contábil Independente

2.1.1 Responsabilidades

O objetivo precípua do trabalho realizado pelo auditor contábil independente é emitir uma opinião sobre as demonstrações contábeis da supervisionada e, para isso, são realizados diversos procedimentos de auditoria. Estes podem identificar, por exemplo, problemas de controle interno e fraudes. Entretanto, a detecção de fraudes não é o objetivo principal do trabalho de auditoria.

As responsabilidades da Administração da supervisionada e do auditor contábil independente são distintas:

- A Administração tem a responsabilidade, entre outras, de:
 - ✓ elaborar as demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis exigidas;
 - ✓ estabelecer e manter controles internos eficazes sobre a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e informar aos auditores independentes sobre todas as deficiências identificadas no desenho ou operação dos controles internos sobre a elaboração de relatórios financeiros;
 - ✓ elaborar e implantar programas e controles de prevenção e detecção de fraude e erro e por informar aos auditores independentes sobre seu conhecimento de qualquer

fraude ou suspeita de fraude que afete a Entidade, envolvendo a Administração, funcionários que desempenham papéis significativos nos controles internos e outros em que a fraude poderia ter um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis;

- ✓ informar aos auditores independentes sobre seu conhecimento de qualquer fraude ou suspeita de fraude que afete a Entidade, obtidos em comunicações efetuadas por funcionários, ex-funcionários, analistas, órgãos reguladores ou outros;
- ✓ identificar e assegurar o cumprimento por parte da Entidade das leis, normas e regulamentos aplicáveis às suas atividades, informando aos auditores independentes sobre quaisquer violações a tais leis e regulamentos;
- ✓ salvaguardar os ativos da Entidade; e
- ✓ ajustar as demonstrações contábeis para corrigir distorções relevantes.

Já o auditor, é responsável por emitir uma opinião sobre a adequação das demonstrações contábeis elaboradas pela Administração da supervisionada às práticas contábeis exigidas, em conformidade com as normas internacionais e brasileiras de auditoria.

2.1.2 Importância do Trabalho

O relatório produzido pelos auditores contábeis independentes aumenta o grau de confiança dos usuários das informações contidas nas demonstrações elaboradas e publicadas pela Administração, atestando que as demonstrações contábeis representam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, os resultados e os fluxos de caixa de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades autorizadas a operar pela SUSEP. A manifestação de opinião modificada (adversa, com ressalvas ou com abstenção de opinião) pode gerar, entre outras consequências, a rápida atuação do supervisor, permitindo que este identifique e atue rapidamente, nos casos em que as demonstrações contábeis foram elaboradas em discordância com os normativos vigentes.

Além disso, os auditores contábeis independentes testam os principais saldos contábeis, que posteriormente são refletidos nas demonstrações contábeis publicadas. Ao entregar o Questionário Prudencial do Formulário de Informações Periódicas (FIP/Susep) referentes aos segundo e quarto trimestres, a supervisionada informa se os valores contidos no FIP/Susep de junho e dezembro estão em conformidade com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis e, ainda, o auditor independente realiza procedimentos previamente acordados, a fim de confirmar a resposta dada pela

companhia. Com isso, a atuação do auditor contábil contribui para aumentar o grau de confiança nos dados recebidos pelo supervisor por meio do FIP/Susep, podendo viabilizar uma atuação mais rápida e efetiva do supervisor no caso de problemas identificados¹.

Possibilita, ainda, que o supervisor tome conhecimento de falhas nos controles internos da supervisionada que possam aumentar a exposição a riscos desta e/ou diminuir a confiabilidade dos dados enviados à Susep.

O trabalho do auditor contábil independente, materializado na emissão de uma opinião sobre as demonstrações, bem como na elaboração de relatórios específicos exigidos, torna-se, assim, uma das principais ferramentas utilizadas pelo supervisor.

2.1.3 Atuação e Certificação do Auditor Contábil Independente

As supervisionadas somente poderão contratar auditores contábeis independentes, pessoa física ou jurídica, que estejam devidamente qualificados e registrados no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI), administrado pela CVM. Na prestação de serviços de auditoria contábil independente, o auditor deverá observar as normas e procedimentos determinados pela CVM, pelo CFC e pelo Ibracon e, subsidiariamente, as normas do CNSP e da Susep.

Além do registro no CNAI, os membros responsáveis pelos trabalhos de auditoria contábil independente da supervisionada deverão obter a aprovação em exame específico para o mercado supervisionado pela Susep elaborado pelo CFC em conjunto com o Ibracon. Após a obtenção da aprovação nesse exame, a manutenção da certificação pelo profissional fica condicionada ao atendimento a Programa de Educação Continuada estabelecido pelo CFC. No caso de especialistas que prestem suporte aos trabalhos de auditoria contábil, estarão isentos do registro e da certificação imposta aos auditores.

O Programa de Educação Continuada é um importante instrumento, que visa a manter, atualizar e expandir os conhecimentos e competências técnicas e profissionais, as habilidades multidisciplinares e a elevação do comportamento social, moral e ético dos profissionais da contabilidade como características indispensáveis à qualidade dos serviços prestados e ao pleno atendimento das normas que regem o exercício da profissão contábil.

Desse modo, todos os profissionais de contabilidade que exercem atividades de auditoria independente nas supervisionadas e que tenham função de responsável técnico, diretor, gerente,

¹ Importa ressaltar que o auditor independente atuaria atua na validação dos dados usados pelas supervisionadas em diversos cálculos que são refletidos nas demonstrações contábeis e no FIP/Susep, o que igualmente contribui para aumentar a fidedignidade dos *inputs* usados na elaboração das informações enviadas ao supervisor.

supervisor ou qualquer outra com nível de gerência na equipe envolvida nos trabalhos de auditoria, são obrigados a participar de eventos (treinamentos, cursos de pós-graduação, docência, congressos, conferências, palestras, etc.) que pontuem para esse Programa, como forma de cumprir a pontuação mínima estabelecida pelo CFC e obter pontuação adicional estabelecida pelo supervisor.

A Circular Susep nº 648/21 obriga os auditores independentes contábeis a atenderem ao Programa de Educação Continuada estabelecido pela NBC PG 12 (R2) do CFC. Nesse normativo são divulgadas tabelas contendo os eventos e a pontuação correspondente, em que a participação dos auditores contábeis independentes contribuirá para o atendimento do Programa. Esta Circular define, ainda, pontuação adicional de dez pontos anuais em educação profissional continuada relacionada a atividades específicas ligadas à auditoria independente das sociedades e entidades supervisionadas pela Susep.

2.1.4 Requisitos de Independência do Auditor Contábil Independente

A fim de que o trabalho realizado pelo auditor espelhe a realidade sem viés ou parcialidade em seus julgamentos, este deve ser e se manter independente, não podendo se deixar influenciar por fatores estranhos, preconceitos ou quaisquer outros elementos materiais ou afetivos que resultem na perda, efetiva ou aparente, de sua independência.

A Resolução CNSP nº 432/21 define que as supervisionadas não podem contratar ou manter auditor contábil independente, caso se configurem determinadas situações de impedimento ou incompatibilidade para a prestação desse serviço previstas nas normas e regulamentos da CVM, do CFC ou do Ibracon.

A CVM disciplina o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários por meio da Instrução CVM nº 308/99. As situações de impedimento e incompatibilidade contidas nessa norma aplicam-se ao mercado supervisionado pela Susep. As seguintes questões são consideradas como hipóteses de impedimento e incompatibilidade por este normativo:

- a) infringência às normas do CFC relativas à independência;
- b) aquisição ou manutenção, por parte do auditor independente e pessoas físicas e jurídicas a ele ligadas, de títulos ou valores mobiliários de emissão da entidade auditada, suas controladas, controladoras ou integrantes de um mesmo grupo econômico; e
- c) prestação de serviços de consultoria, por parte do auditor independente e pessoas físicas e jurídicas a ele ligadas, que possa caracterizar a perda da sua objetividade e independência.

A norma da CVM lista os seguintes exemplos de serviços de consultoria previstos no item acima:

- assessoria à reestruturação organizacional;
- avaliação de empresas;
- reavaliação de ativos;
- determinação de valores para efeito de constituição de provisões ou reservas técnicas e de provisões para contingências;
- planejamento tributário;
- remodelamento dos sistemas contábil, de informações e de controle interno; ou
- qualquer outro produto ou serviço que influencie ou que possa vir a influenciar as decisões tomadas pela administração da instituição auditada.

O CFC, por meio da NBC PA 290 (R2) – Independência – Trabalhos de Auditoria e Revisão, estabelece condições e procedimentos para cumprimento dos requisitos de independência profissional que os auditores contábeis independentes devem observar em seus trabalhos. Esse normativo oferece maior detalhamento sobre os requisitos de independência quando comparado com o da CVM, visto que identifica diversas situações que podem configurar impedimento ou incompatibilidade para a prestação do serviço de auditoria contábil, bem como sugere ações para eliminação da perda de independência, caso esta ocorra. As seguintes situações que podem definir a perda da independência do auditor contábil são tratadas nesse normativo:

- a) interesses financeiros;
- b) empréstimos e garantias;
- c) relacionamentos comerciais;
- d) relacionamentos familiares e pessoais;
- e) emprego em cliente de auditoria;
- f) designações temporárias de pessoal;
- g) serviço recente em cliente de auditoria;
- h) função de conselheiro ou diretor em cliente de auditoria;
- i) associação de pessoal sênior (incluindo rotação de sócios) com cliente de auditoria;
- j) prestação de serviços que não são de asseguarção a clientes de auditoria;
- k) honorários;
- l) políticas de remuneração e avaliação;
- m) presentes e afins;
- n) litígio real ou ameaça de litígio.

Além do requerido nos normativos acima, a Resolução CNSP nº 432/21 estabelece, ainda, a seguinte situação como passível de impedimento ou incompatibilidade para a prestação do serviço de auditoria contábil: ocorrência de pagamentos pela supervisionada auditada (isoladamente ou em conjunto com alguma de suas controladas, coligadas ou equiparadas à coligada) de honorários e reembolsos de despesas do auditor contábil independente, relativos ao ano-base das demonstrações financeiras objeto da auditoria contábil, com representatividade igual ou superior a 25% do faturamento total do auditor contábil independente naquele ano.

É vedado, ainda, a contratação, pelas supervisionadas, de membro responsável que seja integrante da equipe encarregada pelos trabalhos de auditoria contábil das demonstrações dos exercícios corrente e anterior para cargo relacionado a atividades que configurem impedimento ou incompatibilidade para a prestação do serviço de auditoria contábil independente ou que possam influenciar na sua administração.

O auditor contábil independente, no momento da sua contratação, deve fornecer à supervisionada auditada declaração formal, dizendo que os seus serviços não conflitarão com as situações listadas, pelos normativos acima citados, como perda da independência, seja no momento da contratação ou durante todo o tempo de prestação dos serviços. Além disso, o auditor contábil independente deverá disponibilizar para a auditada, seu respectivo Comitê de Auditoria e para Susep, quando solicitado, documento formal com a política de independência, evidenciando as situações que possam afetar sua independência e conter os procedimentos de controles internos adotados, com vistas a monitorar, identificar e evitar essas situações.

2.1.5 Materialidade nos Trabalhos de Auditoria Contábil Independente

Além de ter que seguir os ditames da NBC TA 320 (R1) - Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria, o auditor contábil independente, por força dos artigos 157 a 159 da Circular Susep nº 648/21, deverá elaborar e enviar à Susep relatório que reproduza a documentação de auditoria utilizada para evidenciar a determinação da materialidade aplicável às demonstrações financeiras individuais. O referido relatório deve apresentar, por exemplo:

- as principais métricas (elementos mensuráveis das demonstrações contábeis ou derivadas de elementos das demonstrações contábeis) que influenciam as decisões econômicas dos usuários e qual(is) a(s) métrica(s) que será(ão) utilizada(s) como referencial(ais) na determinação da materialidade do trabalho;

- os valores das métricas e os percentuais aplicados aos referenciais, considerados no julgamento do auditor, para obtenção da materialidade para as demonstrações contábeis como um todo;
- os fatores qualitativos utilizados pelo auditor no exercício do seu julgamento profissional;
- os valores da materialidade para as demonstrações contábeis como um todo, a materialidade para a execução da auditoria ou qualquer revisão da materialidade observada no andamento da auditoria;
- o valor abaixo do qual as distorções de valores nas demonstrações individuais seriam consideradas claramente triviais e não precisariam ser acumuladas;
- a análise realizada pelo auditor ao considerar a suficiência de PLA em relação ao CMR na determinação da materialidade.

Esta determinação encontra suporte na NBC CTA nº 31, de 17 de junho de 2021, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

O relatório exigido pelo artigo 157 da Circular Susep 648/21, deve ser encaminhado à Susep diretamente pelos auditores via Sistema Eletrônico Integrado - SEI.

Conforme determina o referido dispositivo, o auditor contábil independente deverá elaborar relatório, segregado por auditada, e encaminhar à Susep até 30 de setembro do mesmo exercício e até 31 de março do exercício subsequente, em decorrência do exame das demonstrações financeiras de 30 de junho e 31 de dezembro, respectivamente.

Destaca-se que as supervisionadas classificadas nos segmentos S3 e S4, por força do §2º do Art. 111 da Circular Susep nº 648/2021, não são obrigadas a elaborar demonstrações financeiras intermediárias. Dessa forma, o entendimento se estende ao relatório para evidenciar a determinação da materialidade, não havendo obrigatoriedade de elaboração do mesmo nestes casos.

O auditor contábil independente deverá peticionar para um “Processo Novo” do tipo “SUPERVISÃO - RELATÓRIO DE MATERIALIDADE APLICÁVEL ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS”. Em seguida deverá escolher o tipo de documento “RELATÓRIO” e adicionar o seguinte complemento: “- de materialidade + Nome da supervisionada”. Assim, cada documento inserido no processo deverá corresponder a um relatório de uma supervisionada auditada. Como exemplo, se o auditor contábil independente realizou auditoria em seis supervisionadas, o processo deverá conter seis documentos, sendo cada um destes documentos referentes a um relatório para cada auditada.

Após criado o processo, será informado um número de Processo SEI, o qual permitirá que a firma de auditoria possa peticionar novos documentos diretamente neste processo (Petição Intercorrente).

Recomendamos a consulta ao Manual do Usuário Externo do SEI no site da Susep no link: <http://www.susep.gov.br/sei/manual-usuario-externo.pdf/view>, para dirimir dúvidas sobre os procedimentos para peticionar processos via SEI.

Ainda, a referida norma, no inciso I do art. 242-A, reforçou a divulgação da descrição detalhada da materialidade, visto que essa exigência já existe nas normas NBC TA aplicáveis ao relatório do auditor sobre as demonstrações contábeis. Para tal, devem ser efetuadas as seguintes divulgações, por exemplo:

- a determinação da materialidade é uma questão de julgamento profissional e é afetada pela percepção do auditor sobre quais assuntos são relevantes pelos usuários das demonstrações contábeis;
- julgamentos sobre materialidade são feitos à luz das circunstâncias envolvidas, e/ou como são afetados pela magnitude e natureza das distorções;
- o conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução da auditoria, e na avaliação do efeito de distorções identificadas na auditoria e de distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis e na formação da nossa opinião no relatório do auditor independente.
- as distorções são avaliadas, inclusive, para o atendimento dos requisitos mínimos de solvência e liquidez para o regular funcionamento e continuidade operacional da auditada;
- ao planejar a auditoria, o auditor exerce julgamento sobre as distorções que são consideradas relevantes, sendo que estes julgamentos devem fornecer a base para determinar a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco.

A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplica-se usualmente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinar a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.

A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para

adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.

2.1.6 Relatórios Produzidos pelo Auditor Contábil Independente e Exigidos das Supervisionadas

As supervisionadas devem solicitar que o auditor contábil independente produza os seguintes documentos:

- a) relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis,
 - Para as supervisionadas enquadradas nos segmentos S1 ou S2, nos termos da Resolução CNSP nº 388, de 8 de setembro de 2020, o relatório de auditor independente deverá conter a descrição dos Principais Assuntos de Auditoria (vide NBC TA 701);
- b) relatório circunstanciado sobre:
 - a adequação dos procedimentos contábeis e das práticas de divulgação de informações nas demonstrações contábeis; e
 - a adequação dos controles internos aos riscos suportados pela supervisionada, relatando as deficiências identificadas no curso dos trabalhos de auditoria contábil, bem como, quando for o caso, recomendações destinadas a sanar essas deficiências; e
- c) outros documentos que venham a ser solicitados pela Susep.

Os relatórios circunstanciados (sobre procedimentos contábeis e das práticas de divulgação e adequação dos controles internos) deverão conter os comentários e o plano de ação das supervisionadas para solucionar as inadequações apontadas pelo auditor, bem como os prazos para o cumprimento das ações propostas.

Os relatórios sobre controles internos devem conter, em sessões distintas, as comunicações à administração das deficiências de controles internos identificadas na auditoria das demonstrações contábeis e os procedimentos mínimos estabelecidos pelos Anexo IV da Circular Susep nº 648/21. As deficiências de controles internos comunicadas à administração deverão ser segregadas em “significativas” e “outras deficiências”, bem como conter a descrição e a explicação dos possíveis impactos das mesmas, como estabelecido pela NBC TA 265 – Comunicação de Deficiências de Controle Interno.

Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador

As supervisionadas devem enviar à Susep esses relatórios, exclusivamente, em modo digital, por meio do sistema de envio de arquivos.

Os relatórios emitidos em decorrência do exame das demonstrações intermediárias de 30 de junho devem ser enviados até 31 de outubro, e aqueles emitidos em decorrência das demonstrações contábeis anuais de 31 de dezembro, até 30 de abril do exercício seguinte. O prazo de guarda pela supervisionada desses relatórios é de, no mínimo, cinco anos.

Os auditores contábeis independentes devem aplicar procedimentos previamente acordados sobre as questões que compõem os Questionários Prudenciais contidos no FIP/Susep. O resultado das constatações factuais oriundas da aplicação dos procedimentos previamente acordados deve ser enviado pelas supervisionadas à Susep, nos seguintes prazos:

a) questionário prudencial do 1º semestre: até 30 de setembro do mesmo exercício (aplicável apenas as supervisionadas enquadradas nos segmentos S1 ou S2);

b) questionário prudencial do 2º semestre: até 31 de março do exercício seguinte (Aplicável as supervisionadas de todos os segmentos).

Os resseguradores locais deverão remeter o relatório do auditor contábil independente referente ao Questionário Prudencial até o dia 30 do mês subsequente àqueles estabelecidos acima.

A nomenclatura dos arquivos digitais e os formatos digitais dos mesmos deverão seguir os exemplos que seguem no Quadro 9 a seguir:

Quadro 9 – Regras Formais para o Envio de Documentos

Documentos requeridos nos arts. 136 a 138 da Resolução CNSP nº 432/21 e alterações posteriores.	Nome e Código da supervisionada	Identificação	Ano	Mês	Exemplo
Art. 136, inciso I – Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	Envio em conjunto com o envio das demonstrações financeiras de 30 de junho e 31 de dezembro (Inciso I, art. 137 da Resolução CNSP nº 432/2021)				
Art. 136, inciso II, alínea “a” – Relatório Circunstanciado sobre a Adequação dos Procedimentos Contábeis e das Práticas de Divulgação de Informações nas Demonstrações Financeiras	Nome-XXXX	2a	aaaa	mm	SeguradoraAbcSA-XXXX-2a-aaaamm.pdf
Art. 136, inciso II, alínea “b” – Relatório Circunstanciado sobre a Adequação dos Controles Internos aos Riscos Suportados pela Sociedade Supervisionada, relatando as deficiências identificadas no curso dos trabalhos de auditoria contábil, bem como, quando for o caso,	Nome-XXXX	2b	aaaa	mm	SeguradoraAbcSA-XXXX-2b-aaaamm.pdf

recomendações destinadas a sanar essas					
Art. 136, inciso III – Outros Documentos (caso solicitados)	Nome-XXXX	3	aaaa	mm	SeguradoraAbcSA-XXXX-3-aaaamm.pdf
Artigo 138, Inciso I Relatório de Auditoria sobre o Questionário Prudencial – Junho	Nome-XXXX	QPJ	aaaa	---	SeguradoraAbcSA-XXXX-QP1-aaaa.pdf
Artigo 138, Inciso II– Relatório de Auditoria sobre o Questionário Prudencial – Dezembro	Nome-XXXX	QPD	aaaa	---	SeguradoraAbcSA-XXXX-QP2-aaaa.pdf

Os arquivos deverão ser enviados pelo Sistema de Envio de Documentos, disponível no sítio eletrônico da Susep (<https://www2.susep.gov.br/safe/menumercado/recaq/logon/logon>), conforme o modelo que segue:

SUSEP Superintendência de Seguros Privados

ENVIO DE ARQUIVOS Bem vindo

Envio de Arquivos

ENVIO DE ARQUIVOS

Arquivo

Tipo de envio

- REGISTROS CONTÁBEIS AUX. (ANEXO VIII - CIRC 360) - TITUCONT
- RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTÁBIL INDEPENDENTE - CONTROLES INTERNOS
- RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTÁBIL INDEPENDENTE - PARECER DE AUDITORIA
- RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTÁBIL INDEPENDENTE - PREVENÇÃO CONTRA FRAUDES
- RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTÁBIL INDEPENDENTE - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS
- RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTÁBIL INDEPENDENTE - QT1
- RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTÁBIL INDEPENDENTE - QT2
- RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTÁBIL INDEPENDENTE - QT3
- RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTÁBIL INDEPENDENTE - QT4
- RURAL E ANIMAIS (ANEXO VII - CIRC 360) - JUSTIFICATIVAS
- RURAL E ANIMAIS (ANEXO VII - CIRC 360) - RISCOS
- RURAL E ANIMAIS (ANEXO VII - CIRC 360) - SINISTROS
- TÁBUA (ANEXO V - CIRC 360) - SEGURADOS/PARTICIPANTE ATIVOS - INVALIDEZ
- TÁBUA (ANEXO V - CIRC 360) - SEGURADOS/PARTICIPANTE ATIVOS - MORTE
- TÁBUA (ANEXO V - CIRC 360) - SEGURADOS/PARTICIPANTE ATIVOS - SOBREVIVÊNCIA
- TÁBUA (ANEXO V - CIRC 360) - SEGURADOS/PARTICIPANTE SAÍDA - INVALIDEZ
- TÁBUA (ANEXO V - CIRC 360) - SEGURADOS/PARTICIPANTE SAÍDA - MORTE
- TÁBUA (ANEXO V - CIRC 360) - SEGURADOS/PARTICIPANTE SAÍDA - SOBREVIVÊNCIA
- TÁBUA (ANEXO V - CIRC 360) - BENEFICIÁRIOS DE RENDA
- TÁBUA (ANEXO V - CIRC 360) - JUSTIFICATIVAS

SUSEP SEDE, Av. Presidente Vargas, 730, Rio de Janeiro-RJ - CEP:20071-900 Telefone:(21) 3233-4000

Para Relatórios relacionados às Demonstrações Contábeis Anuais e Intermediárias (datas-base de dez/XX e jun/XX), como ilustra a Figura 1 (acima), deverão ser enviados:

- 1 (um) arquivo único contendo cópia do Relatório de Auditoria, expressando a opinião do Auditor independente quanto ao fato de que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, inclusive quanto à adequação às normas;
- 1 (um) arquivo único contendo cópia do Relatório Circunstanciado sobre a Adequação dos Procedimentos Contábeis e das Práticas de Divulgação de Informações nas

Demonstrações Financeiras, contendo os comentários e o plano de ação da sociedade supervisionada para solucionar as inadequações apontadas, bem como os prazos para o cumprimento das ações propostas;

- 1 (um) arquivo único contendo cópia do Relatório Circunstanciado sobre a Adequação dos Controles Internos aos Riscos Suportados pela Sociedade Supervisionada, relatando as deficiências identificadas no curso dos trabalhos de auditoria, bem como, quando for o caso, recomendações destinadas a sanar essas deficiências. Este relatório deve conter ainda os comentários e o plano de ação da sociedade supervisionada para solucionar as inadequações apontadas, bem como os prazos para o cumprimento das ações propostas. Em caso de emissão de relatórios apartados sobre a comunicação de deficiências de controle interno identificadas na auditoria das demonstrações contábeis e sobre a aplicação de procedimentos para atender ao requerido pela Circular Susep nº 648/21, Anexo IV, estes devem ser consolidados junto ao arquivo do Relatório Circunstanciado sobre a Adequação dos Controles Internos aos Riscos Suportados pela Sociedade Supervisionada e encaminhados como único arquivo em .pdf;
- 1 (um) arquivo único contendo cópia de qualquer outro documento solicitado pela Autarquia.

Para Relatórios relacionados aos Questionários Prudenciais (datas-base: jun/xx, e dez/xx), como ilustra a Figura 1 (acima), deverão ser enviados para cada Questionário Prudencial:

- 1 (um) arquivo único contendo cópia do Relatório da Auditoria Independente Contábil sobre o respectivo Questionário Prudencial, descrevendo os procedimentos previamente acordados e as conclusões alcançadas em relação a cada questão. O Relatório deverá ser enviado acompanhado de cópia das respectivas respostas da supervisionada que serviram de base para a avaliação do auditor.

Frise-se que as supervisionadas devem designar diretor, tecnicamente qualificado, para responder, junto à Susep, pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade previstos na regulamentação em vigor e que este diretor será responsabilizado pelas informações prestadas e pela ocorrência de situações que indiquem fraude, negligência, imprudência ou imperícia no exercício de suas funções, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.

2.1.7 Substituição Periódica do Auditor Contábil Independente

As supervisionadas deverão promover a substituição dos membros responsáveis pela auditoria contábil independente, a cada cinco exercícios sociais completos, após emitidos os relatórios dos auditores contábeis independentes referentes às demonstrações financeiras encerradas na data-base de 31 de dezembro. Para fins de “exercício social completo”, entende-se a auditoria sobre as demonstrações financeiras elaboradas em 31 de dezembro, independente se outros membros responsáveis ou firma de auditoria independente efetuaram os trabalhos de auditoria nas demonstrações financeiras intermediárias.

São considerados “membros responsáveis pela auditoria contábil independente” os seguintes: responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante com função de gerência que seja membro da equipe responsável pelos trabalhos de auditoria contábil independente.

O retorno de membro responsável pela auditoria contábil independente somente pode ocorrer após decorridos 3 (três) anos de sua substituição.

Caso ocorra a substituição dos membros responsáveis pela auditoria contábil independente antes do prazo de cada cinco exercícios sociais completos, as supervisionadas deverão comunicar à Susep, em até 15 dias contados da decisão, as razões para a substituição de forma justificada e com a ciência do auditor contábil independente das justificativas apresentadas. Se o auditor contábil independente discordar das justificativas expostas pela supervisionada para a substituição dos membros responsáveis, deverá encaminhar à Susep as razões de sua discordância, em até 15 dias da data de ciência.

Ainda, as supervisionadas somente podem contratar auditores contábeis independentes, pessoa natural ou jurídica, registrados na CVM e que atendam aos requisitos mínimos fixados pelo CNSP e pela Susep. Havendo a inobservância destes ditames, o administrador será responsabilizado e os serviços prestados de auditoria contábil independente serão considerados nulos, devendo a supervisionada submeter à autorização da Susep proposta de substituição do auditor contábil independente para uma nova auditoria.

3. Escrituração Contábil das Principais Operações de Seguro, Resseguro, Previdência, Capitalização e Securitização

Nos itens a seguir, orientamos como deverão ser realizados os registros contábeis das principais operações relativas às operações de Seguro, Previdência, Resseguro, Capitalização e Securitização. O objetivo fundamental é esclarecer a função e o funcionamento de determinadas contas do elenco contido em documento de orientação do site da SUSEP.

Os lançamentos são apresentados conforme modelo abaixo:

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	9999999	Subgrupo/ <u>Conta</u> / <u>Subconta</u> /Desdobramentos da subconta (A, P ou R)	
C	99999999	Subgrupo/ <u>Conta</u> / <u>Subconta</u> /Desdobramentos da subconta (A, P ou R)	

A primeira coluna indica se a conta está sendo debitada (D) ou creditada (C).

A segunda e a terceira colunas apresentam respectivamente o código do desdobramento e a sequência de subgrupo, conta, subconta e correspondentes desdobramentos da subconta, conforme elenco de contas encontrado em documento de orientação do site da SUSEP. São sublinhadas a conta contábil e a subconta, a fim de facilitar uma visualização do evento em questão. Ao lado dessa sequência foi utilizada uma legenda para os elementos das demonstrações contábeis (ativo, passivo ou resultado – receita e despesa). Foram usados os códigos (A) para Ativo, (P) para Passivo e (R) para resultado, ou seja, receitas ou despesas, a depender do lançamento (o asterisco “*” foi usado para contas retificadoras).

Como exemplo, caso o lançamento contábil seja realizado no desdobramento de conta abaixo, a sequência seria a que se encontra após o quadro:

CÓDIGO DA CONTA	NOME	TIPO
1	ATIVO	Classe
1.1	CIRCULANTE	Grupo
1.1.2	APLICAÇÕES	Subgrupo
1.1.2.6	QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	Conta
1.1.2.6.1	VINCULADAS À COBERTURA DE PROVISÕES TÉCNICAS	Subconta
1.1.2.6.1.1	QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS ESPECIALMENTE CONSTITUÍDOS	Desdobramento da subconta
1.1.2.6.1.1.1	FUNDOS ESPECIALMENTE CONSTITUÍDOS - GARANTIDORAS DE PLANOS DE BENEFÍCIOS	Segundo desdobramento da subconta
1.1.2.6.1.1.1.1	VALOR ORIGINAL	Terceiro desdobramento da

		subconta
--	--	----------

Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta
11261111	Aplicações/ <u>Quotas de Fundos de Investimentos/Vinculadas à Cobertura de Provisões Técnicas</u> /Quotas de Fundos de Investimentos Especialmente Constituídos/Fundos Especialmente Constituídos - Garantidoras de Planos de Benefícios/Valor Original (A)

Para as contas das classes de Ativo e de Passivo que se repetem nos grupos do Circulante e do Não Circulante, utilizamos as codificações apenas do circulante por simplificação, porém os lançamentos devem ser segregados nesses dois grupos, sempre que necessário.

Os lançamentos apresentados neste manual apresentam a configuração final de cada operação. No entanto, em algumas situações específicas, pode haver um lançamento intermediário em uma conta transitória. Como exemplo, a baixa de qualquer provisão do mercado supervisionado pelo pagamento (seja de sinistro, benefício, sorteio, resgate, etc) somente pode ocorrer após a confirmação do efetivo pagamento pela instituição financeira, o que pode ocorrer em um ou dois dias após. Desta forma, a contrapartida inicial para a saída de caixa ou bancos pode ser a conta intermediária de valores em trânsito. Com a confirmação da liquidação financeira do pagamento, a conta intermediária é baixada contra a baixa da respectiva provisão.

3.1 Escrituração Contábil das Principais Operações de Seguro e de Cobertura de Risco das Operações de Previdência

Regime de Competência

As receitas e despesas devem ser registradas no período em que elas ocorrem em consonância com o Princípio da Competência. Deste modo, os aspectos mais relevantes sobre a aplicação deste princípio à contabilidade dos produtos de seguro dizem respeito aos seguintes itens:

a) Apropriação da receita de prêmios

No caso dos produtos de seguro estruturados nos regimes financeiros de repartição simples e de repartição de capitais de cobertura, os prêmios comerciais serão apropriados ao resultado linearmente, conforme a fluência do prazo de cobertura do risco.

b) Custos de aquisição diretamente relacionados ao valor do prêmio

Os custos de aquisição, desde que variáveis e diretamente relacionados com o valor do prêmio comercial, serão apropriados ao resultado (subgrupo 314 – Custos de Aquisição) linearmente pelo prazo de cobertura do risco.

c) Receitas de juros eventualmente cobrados do cliente.

Em regra, os juros cobrados do segurado, em caso de prêmios pagos a prazo (adicional de fracionamento), são apropriados ao resultado financeiro conforme curva exponencial de juros cobrados do segurado (método da taxa de juros efetiva da operação) ao longo do prazo de parcelamento acordado (regime de competência).

Excepcionalmente, para os casos em que a supervisionada julgue que o montante recebido como adicional é imaterial, conforme critérios de materialidade definidos nas normas do Conselho Federal de Contabilidade, a supervisionada deverá manter à disposição do auditor contábil e da Susep documentação suporte que justifique a opção pela contabilização pelo regime de caixa. A supervisionada deve ainda divulgar, nas notas explicativas relativas às políticas contábeis, o regime utilizado para apropriação do adicional de fracionamento ao resultado.

Fato Gerador das Receitas

O fato gerador da receita dos produtos de risco, para fins de reconhecimento inicial, é a emissão do prêmio/contribuição ou o início da vigência do risco, o que ocorrer primeiro.

Quando o risco é assumido por meio de um representante de seguros, a emissão do prêmio será considerada no momento em que o registro do prêmio for efetivado na seguradora ou entidade de previdência. O período de tempo entre a data de assunção do risco pelo representante de seguros e a data de registro do prêmio pela supervisionada não poderá ultrapassar o final do mês subsequente. Esse prazo é adotado também nos casos de cosseguros aceitos, entre a data de emissão do prêmio na seguradora líder e a data de registro do prêmio na cessionária.

Em alguns casos, a vigência do risco pode ser tão curta que as supervisionadas, por motivos operacionais, somente tenham conhecimento do risco coberto após o decurso do período de cobertura. Normalmente são seguros em que o controle dos componentes do grupo segurado é realizado por estipulantes, e a seguradora toma conhecimento das entradas e saídas apenas

posteriormente. Nesse caso, esta deverá fazer o lançamento, ainda que por estimativa, no próprio mês de competência, das receitas de prêmios e demais registros decorrentes em subcontas específicas. Posteriormente, os valores estimados serão estornados quando do registro contábil dos valores efetivamente devidos.

3.1.1 Emissão de Prêmio/Contribuição e Vigência do Risco

A emissão do prêmio/contribuição ou início da vigência do risco é o fato gerador para o registro do contrato.

Se o prêmio for recebido à vista, a seguradora fará o registro contábil na respectiva conta de Bancos Conta Depósito (1113) ou na conta Caixa (1111), conforme o caso.

Se o prêmio for recebido a prazo, a parcela do direito a receber do segurado a vencer em até doze meses estará reconhecida no Ativo Circulante (11), subgrupo de Créditos das Operações (113), na conta Prêmios a Receber (1131). A parcela a vencer após doze meses do registro estará no Ativo Não Circulante (12), subgrupo Realizável a Longo Prazo (121), conta Créditos das Operações (1212), subconta Prêmios a Receber (12121).

Em ambos os casos (à vista ou a prazo), a contrapartida será a conta de Prêmios Emitidos (3111) dentro do subgrupo de Prêmios Ganhos (311), no caso de seguros, ou será a conta 3312 – Receitas de Contribuições – Planos Não Bloqueados, no caso de benefício de risco em previdência complementar.

Em caso de parcelamento do prêmio pode haver juros na transação, o qual na operação de seguros, recebe o nome específico de Adicional de Fracionamento (AF). Esse valor adicional cobrado em relação ao preço à vista deve ser reconhecido em conta retificadora específica dos subgrupos de Créditos das Operações. Ademais, o reconhecimento do IOF-Seguros incidente sobre o prêmio comercial (PC) pago pelo segurado a ser recolhido pela seguradora em nome do segurado (contribuinte) deve ser realizado no momento do reconhecimento inicial do contrato, a fim de que todos os direitos e obrigações oriundos do acordo sejam reconhecidos conjuntamente.

Reconhecimento inicial de emissão direta de Prêmio de Seguros com parcelamento do prêmio, adicional de fracionamento e IOF-Seguros

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	113111	Crédito das Operações/ <u>Prêmios a Receber/Direto</u> /Prêmios - Riscos Vigentes Emitidos (A)	Prêmio bruto (PC + AF + IOF)
C	21124	Contas a Pagar/ <u>Impostos e Encargos Sociais a Recolher/Imposto sobre Operações Financeiras</u> (P)	IOF s/ prêmio comercial

C	3111111	Prêmios Ganhos/ <u>Prêmios Emitidos/Prêmios de Seguros/Diretos/Prêmios - Riscos Emitidos (R)</u>	Prêmio comercial
C	113113	Crédito das Operações/ <u>Prêmios a Receber/Direto/Juros a Apropriar (A*)</u>	Juros do fracionamento

A Provisão Técnica de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada pela seguinte fórmula:

$$PPNG = \frac{\text{base de cálculo} \times \text{período de vigência a decorrer}}{\text{prazo de vigência do risco}}$$

Em que:

Base de cálculo = prêmio comercial direto mais prêmio comercial de cosseguro aceito menos prêmio comercial cedido em cosseguro.

Período de vigência a decorrer = prazo de vigência do risco menos o período de vigência decorrido.

Período de vigência do risco = período pelo qual a seguradora irá cobrir os riscos previstos no contrato de seguro.

As provisões técnicas devem ser calculadas desconsiderando-se qualquer contrato de resseguro existente, uma vez que devem ser reconhecidos ativos destacados para esses contratos junto a resseguradores. Por outro lado, em relação ao cosseguro, cada seguradora realiza o registro de forma proporcional à sua parcela de assunção do risco transferido pelo segurado.

A constituição da PPNG deve ser registrada no Passivo Circulante (21), contas Provisões Técnicas – Danos (2161) ou Provisões Técnicas – Pessoas (2162), ambas do subgrupo Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros (216), e no Passivo Não Circulante (22), subgrupo Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros (223), contas Provisões Técnicas – Danos (2231) ou Provisões Técnicas – Pessoas (2232).

Reconhecimento inicial da PPNG (diferimento da receita de prêmios)

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3118111	Prêmios Ganhos/ <u>Varição das Provisões Técnicas/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Prêmios Não Ganhos/Direto (R)</u>	
C	2161111	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas – Danos (ou Pessoas)/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Direto/Riscos Emitidos (P)</u>	Prêmio comercial

Reversão da PPNG por motivo do transcurso da vigência do contrato

Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	2161111	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas – Danos (ou Pessoas)/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Direto/Riscos Emitidos (P)</u>	
C	3118111	Prêmios Ganhos/ <u>Variação das Provisões Técnicas/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Prêmios Não Ganhos/Direto (R)</u>	Base de cálculo da PPNG x (período de vigência decorrido / prazo de vigência do risco)

Recebimentos das parcelas do prêmio de seguro (quando há convênio com instituição financeira para recolhimento do IOF-Seguros)

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11131	Disponível/ <u>Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)</u>	Prêmio bruto recebido do segurado (-) IOF
D	21124	Contas a Pagar/ <u>Impostos e Encargos Sociais a Recolher/Imposto Sobre Operações Financeiras (P)</u>	IOF recolhido pela instituição financeira
C	113111	Crédito das Operações/ <u>Prêmios a Receber/Direto/Prêmios - Riscos Vigentes Emitidos (A)</u>	Prêmio bruto (comercial + juros + IOF)

Recebimentos das parcelas do prêmio de seguro (quando não há convênio com instituição financeira para recolhimento do IOF-Seguros)

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11131	Disponível/ <u>Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)</u>	Prêmio recebido do segurado (prêmio bruto = comercial + juros + IOF)
C	113111	Crédito das Operações/ <u>Prêmios a Receber/Direto/Prêmios - Riscos Vigentes Emitidos (A)</u>	Prêmio recebido do segurado (prêmio bruto = comercial + juros + IOF)

Em caso de não haver o convênio com a instituição financeira para recolhimento automático do IOF-Seguros, a entidade supervisionada deverá providenciar o recolhimento do tributo, na forma de legislação tributária. O recolhimento deverá ser registrado da seguinte forma:

Recolhimento do IOF-Seguros (quando não há convênio com instituição financeira para recolhimento do IOF-Seguros)

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
-----	--------	--	-------

D	21124	Contas a Pagar/ <u>Impostos e Encargos Sociais a Recolher/Imposto Sobre Operações Financeiras (P)</u>	
C	11131	Disponível/ <u>Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)</u>	IOF recolhido

Importa notar que, em caso de não identificação do valor recebido de prêmio, a companhia deverá reconhecer temporariamente um passivo, conforme lançamento a seguir:

Recebimento de recursos não identificados

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11131	Disponível/ <u>Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)</u>	valor recebido e não identificado
C	21541	Depósitos de Terceiros/ <u>Prêmios e Emolumentos Recebidos/Seguros (P)</u>	valor recebido e não identificado

Identificados os recursos recebidos, o respectivo saldo deve ser transferido para as contas específicas do evento de recebimento de prêmios.

Apropriação da receita financeira oriunda do parcelamento do prêmio (adicional de fracionamento)

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	113113	Crédito das Operações/ <u>Prêmios a Receber/Direto/Juros a Apropriar (A*)</u>	
C	361611	Receitas Financeiras/ <u>Receitas Financeiras com Operações de Seguros/Receitas Financeiras – Seguros/Juros (R)</u>	Juros do mês

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição são gastos ligados à celebração ou à renovação de contratos de seguro, previdência complementar aberta, capitalização e resseguro.

Entre os custos de aquisição, apenas aqueles para os quais é possível estabelecer uma relação ao mesmo tempo direta (alocação direta, sem critério de rateio) e variável (variação na razão direta com o nível de atividade) com uma apólice/bilhete/certificado/título específicos podem ser

reconhecidos como custos de aquisição diferidos. Todos os demais custos diferentes desse tipo deverão ser reconhecidos imediatamente no resultado como despesa.

Essa elegibilidade restrita para o diferimento é explicada pela possibilidade de se estabelecer uma relação entre o gasto e o benefício econômico futuro com maior nível de confiança nesses casos de custos diretos e variáveis (incrementais na unidade).

Esses custos diretos e variáveis deverão ser reconhecidos como custos de aquisição diferidos no ativo e apropriados ao resultado como despesa na mesma proporção do reconhecimento das receitas relacionadas. A documentação-suporte do diferimento dos custos de aquisição deverá ser mantida à disposição da Susep pela sociedade supervisionada. Deste modo, os seguintes gastos não são passíveis de diferimento como custos de aquisição: gastos com pontos de venda e em parcerias de exclusividade de vendas (reconhecimento como intangível se atender às definições e critérios do CPC 04 – Ativos Intangíveis), gastos com telemarketing relacionados à aquisição de novos clientes (não diretos e variáveis), gastos com propaganda e/ou marketing e remuneração da equipe de subscrição de riscos e gastos de consultas cadastrais (não diretos e variáveis).

A apropriação dos custos de aquisição dos produtos de seguros ao resultado é realizada em subgrupo específico, chamado Custos de Aquisição (314). Para o caso das comissões sobre prêmios emitidos e vigentes, a contabilização é a seguinte:

Reconhecimento inicial dos custos de aquisição

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3141111	Custo de Aquisição/ <u>Comissões sobre Prêmios/Comissão sobre Prêmios Emitidos/Direto/Riscos Vigentes (R)</u>	
C	2125111	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Comissões e Juros sobre Prêmios/Direto/Comissões/Comissões – Riscos Emitidos (P)</u>	Comissão de corretagem, agenciamento ou angariação.

No caso dos custos de aquisição passíveis de diferimento, após o registro acima realiza-se o registro do diferimento destes a fim de não haver impacto inicial no resultado líquido. Esse é o caso das comissões sobre prêmios, conforme esquema de contabilização a seguir.

Diferimento dos custos de aquisição

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	118111 e/ou 1217111	Custos de Aquisição Diferidos/Diferimento - Vigência do Risco/Custos de Aquisição - Seguros/Comissão de Seguros e/ou Realizável a Longo Prazo/ <u>Custos de Aquisição Diferidos/Diferimento – Vigência do Risco/Custos de Aquisição – Seguros/Comissão de Seguros (A)</u>	
C	3145111	Custo de Aquisição/ <u>Varição do Custo de Aquisição Diferido/Varição de Comissões Diferidas/Direto/Riscos Emitidos (R)</u>	Comissão de corretagem, agenciamento ou angariação.

Os custos de aquisição diferidos são apropriados ao resultado na mesma proporção do reconhecimento das receitas relacionadas às respectivas apólices/bilhetes/certificados/títulos. Uma vez que só podem ser diferidos custos com relação direta e incremental com as apólices/bilhetes/certificados/títulos, essa proporção será *pro rata die* no mesmo prazo do contrato, dado que assim será apropriado o prêmio. O lançamento contábil é:

Apropriação dos custos de aquisição diferidos

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3145111	Custo de Aquisição/ <u>Varição do Custo de Aquisição Diferido/Varição de Comissões Diferidas/Direto/Riscos Emitidos (R)</u>	
C	118111 e/ou 1217111	Custos de Aquisição Diferidos/Diferimento - Vigência do Risco/Custos de Aquisição - Seguros/Comissão de Seguros e/ou Realizável a Longo Prazo/ <u>Custos de Aquisição Diferidos/Diferimento – Vigência do Risco/Custos de Aquisição – Seguros/Comissão de Seguros (A)</u>	Comissão de corretagem, agenciamento ou angariação X (período de vigência decorrido / prazo de vigência do risco)

Independente da apropriação dos custos ao resultado, ao receber os prêmios de seguro, a seguradora inicialmente transfere o saldo devedor para a conta de comissões a pagar, conforme demonstrado abaixo:

Transferência do saldo devedor pelo recebimento dos prêmios

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	2125111	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Comissões e Juros sobre Prêmios/Direto/Comissões/Comissões – Riscos Emitidos (P)</u>	
C	21241	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Comissões de Seguros e Resseguros/Comissões a Pagar - Seguros (P)</u>	Comissão de corretagem, agenciamento ou angariação.

No momento da liquidação da obrigação com os corretores, o seguinte lançamento é efetuado:

Pagamento dos custos de aquisição

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21241	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Comissões de Seguros e Resseguros/Comissões a Pagar - Seguros (P)</u>	
C	11131	Disponível/ <u>Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)</u>	Valor Pago de Comissão de corretagem, agenciamento ou angariação.

Por fim, importa lembrar que, no momento de elaboração das demonstrações contábeis, a companhia deve divulgar em nota explicativa, no mínimo:

- a) os custos de aquisição que estão sendo diferidos, ou seja, aqueles reconhecidos como custos de aquisição diferidos; e
- b) os prazos utilizados para a sua apropriação ao resultado.

3.1.2 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

O Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos serve como uma diretriz para o registro contábil das perdas por irrecuperabilidade - *Impairment* - não esclarecidos

em pronunciamentos específicos. O ajuste para perdas por desvalorização estabelecido pelo CPC deve ser realizado para todos os ativos, exceto:

2.
[...]
(e) ativos financeiros que estejam dentro do alcance dos Pronunciamentos Técnicos do CPC que disciplinam instrumentos financeiros;
[...]
(h) custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis advindos de direitos contratuais de companhia de seguros contidos em contrato de seguro dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 11 – Contratos de Seguro; e [...] (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010, p. 2-3)

Deste modo, os padrões aplicáveis aos respectivos ativos principais de uma seguradora são:

Quadro 10 - Pronunciamentos Técnicos Aplicáveis para Redução ao Valor Recuperável dos Principiais Ativos de uma Seguradora

Tipos de Ativo	Regras aplicáveis
Prêmios a receber	CPC 01 (R1) c/c normas Susep
Custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis oriundos de contratos de seguro	CPC 11 c/c normas Susep do TAP
Ativos de resseguro	CPC 11 c/c normas Susep
Aplicações financeiras	CPC 48

Fonte: Caldas, Curvello e Rodrigues (2016).

O CPC 48 trouxe como regra geral que a cada data de balanço, a entidade deve avaliar se o risco de crédito de cada ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. O item 5.5.9 do CPC 48 estabelece:

“5.5.9 Em cada data do balanço, a entidade deve avaliar se o risco de crédito de instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a entidade deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a entidade deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. ”

O que cada supervisionada considerar aumento significativo deve constar de política contábil formalizada e ser evidenciado em nota explicativa. É importante destacar que o objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento

inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

O CPC 48 prevê duas abordagens para avaliar e mensurar a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A abordagem simplificada pode ser utilizada para recebíveis ou ativos contratuais que resultam de transações dentro do alcance do CPC 47 – Receita com Clientes ou do CPC 06 – Arrendamentos. No mercado supervisionado pela Susep, os créditos de assistência financeira são elegíveis para a utilização da abordagem simplificada para a constituição de RVR.

Pela abordagem simplificada, a constituição da provisão para perda ao valor recuperável desses créditos pode ser constituída a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos desses ativos. Cada supervisionada realizará os agrupamentos que melhor reflitam as características de cada ativo financeiro. Podemos citar como possibilidades de agrupamento: dias de atraso no recebimento, região geográfica, tipos de segurados/participantes, entre outras.

A segunda abordagem é conhecida como modelo de três estágios. No primeiro estágio estão os ativos financeiros que não sofreram aumento significativo do risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. A redução ao valor recuperável desse ativo é constituída com base na probabilidade de ocorrência de perdas de crédito para os próximos doze meses.

No segundo estágio, o risco de crédito relacionado ao ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, mas ainda não houve a ocorrência de um evento de perda. Nesse caso, a redução ao valor recuperável desse ativo é constituída com base na probabilidade de ocorrência de perdas de crédito para toda a vida do ativo financeiro.

Enfim, no terceiro estágio, já houve a ocorrência de pelo menos um episódio de perda para aquele ativo financeiro. O cálculo da redução ao valor recuperável do ativo é igual ao do segundo estágio, mas a receita financeira é reconhecida somente para o ativo líquido da RVR do ativo.

Ao calcular a probabilidade de inadimplência, a supervisionada deve considerar: o histórico de perdas de créditos semelhantes, situação financeira e patrimonial do parceiro, situação do mercado na área de atuação do parceiro, situação macroeconômica, outras informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas, disponíveis sem custos ou esforços excessivos.

Como forma de regulamentar o estudo técnico sobre redução ao valor recuperável de ativos financeiros exigido no CPC 48, a Circular nº 678/22 passa a exigir que o mesmo seja aprovado pelo diretor responsável pela contabilidade, aplicado mensalmente, com a manutenção da documentação que permita sua replicação pelos auditores independentes e pela Susep, atualizado, no mínimo, nas datas-bases de elaboração das demonstrações contábeis e esteja disponível para a Susep sempre que solicitado. Ainda, deverá conter, no mínimo:

a) no caso de utilização da abordagem simplificada:

1. grupamentos utilizados,

2. base de dados histórica que permita a verificação do histórico de perdas e dos riscos de inadimplência;

3. premissas econômicas, se utilizadas; e

b) no caso de utilização da abordagem padrão:

1. definição do que é considerado aumento significativo de risco de inadimplência;

2. metodologia de cálculo utilizado; e

3. premissas utilizadas.

3.1.2.1 Redução ao Valor Recuperável de Prêmios a Receber, Prêmios de Resseguro e Retrocessão

Aos ativos de prêmios a receber devem ser aplicados os preceitos do CPC 01 (R1) e as determinações específicas contidas na Circular Susep nº 648/21.

O CPC 01 (R1) estabelece que, ao fim de cada período de reporte, a entidade deve avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver, deve estimar o valor recuperável do ativo. Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede o recuperável.

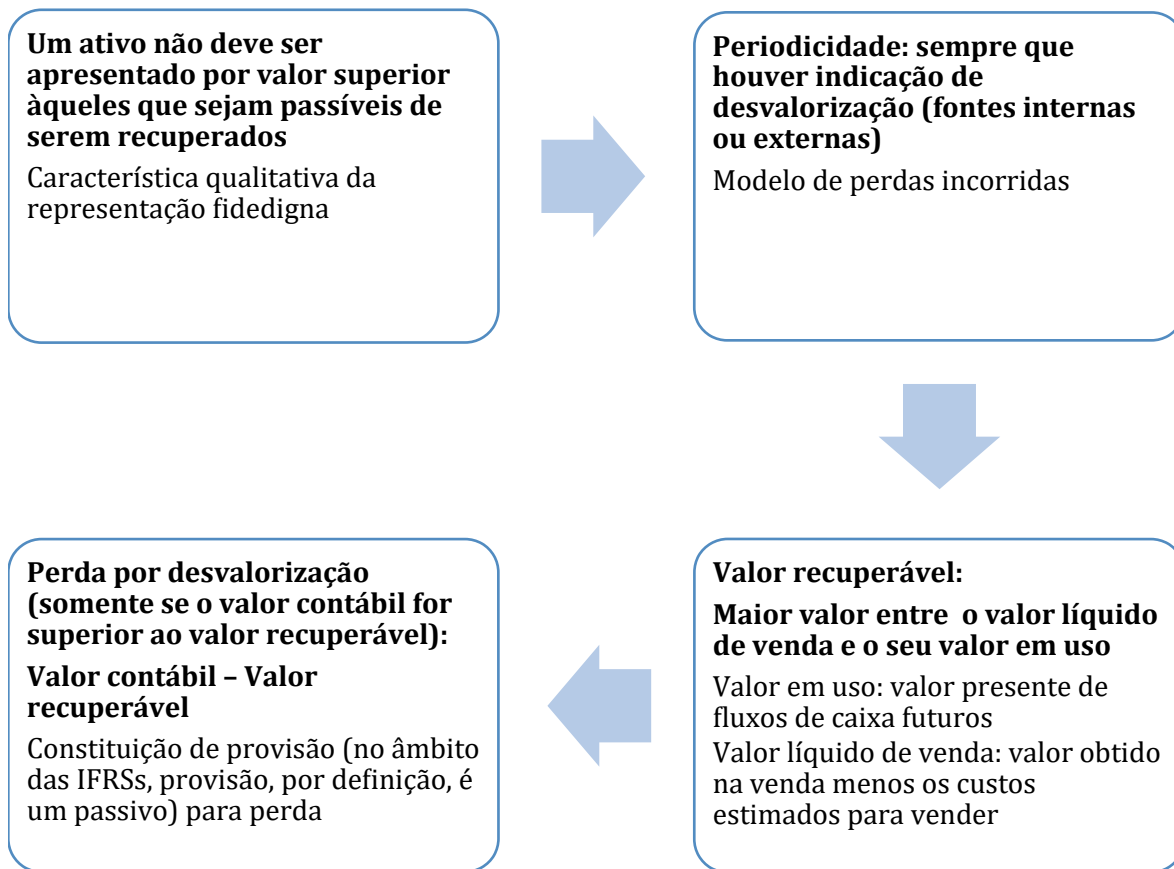
O valor recuperável de um ativo é definido no item 18 como o maior valor entre o valor justo (líquido de despesas de venda) de um ativo ou de unidade geradora de caixa (UGC) e o seu valor em uso (fluxos de caixa futuros descontados por uma taxa apropriada).

Apenas no caso de o valor recuperável de um ativo ser inferior ao contábil, o valor contábil desse ativo deve ser reduzido ao seu valor recuperável. Essa redução representa uma perda por desvalorização do ativo (item 59) e deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado, a menos que o ativo tenha sido reavaliado, caso em que deverá ser realizada a redução do saldo de reavaliação (item 60).

Trata-se do conceito de perdas incorridas em que o ativo só será ajustado caso a perda já tenha acontecido, sem levar em consideração expectativas futuras de irrecuperabilidade.

A Figura 1 relaciona e organiza os passos da aplicação do conceito de redução ao valor recuperável.

Figura 1 – Esquema da Redução ao Valor Recuperável



Fonte: Caldas, Curvello e Rodrigues (2016).

No que diz respeito à Prêmios a Receber, a redução ao valor recuperável deverá ser constituída

- I - preferencialmente, a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos de prêmios a receber, exclusivamente para riscos decorridos; ou

- II - a partir da análise do risco de inadimplência do crédito, nas situações em que esta opção seja mais aderente à operação da supervisionada.

É exigido que a supervisionada elabore estudo técnico, atualizado nas datas-bases de elaboração das demonstrações contábeis, aprovado pelo diretor responsável pela contabilidade e disponível para a Susep sempre que solicitado, que contemple, no mínimo:

- I - indicação dos agrupamentos de prêmios a receber utilizados pela sociedade seguradora para fins de constituição de RVR de prêmios a receber;
- II - dados históricos por agrupamento utilizados no cálculo da probabilidade de inadimplência; e
- III - variáveis econômicas utilizadas no cálculo da probabilidade de inadimplência, se utilizadas.

Já a redução ao valor recuperável de prêmio de resseguro diferido e prêmio de retrocessão diferido deverá ser constituída se:

I - houver evidências objetivas, como resultado de evento que ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo por contrato de resseguro, que a cedente possa não receber todo o valor relacionado a ele nos termos do contrato; e

II - o impacto desse evento no valor que a cedente tem a receber do ressegurador ou retrocessionário pode ser mensurado de forma confiável.

Com exceção das contas de prêmio de resseguro diferido e prêmio de retrocessão diferido, a redução ao valor recuperável de contas de ativo cuja contraparte seja um ressegurador ou um retrocessionário deverá ser calculada a partir do risco de inadimplência de cada ressegurador ou retrocessionário, o qual deverá considerar, no mínimo:

I - o histórico de perdas com o ressegurador/retrocessionário;

II - análise prospectiva da capacidade de pagamento do ressegurador/retrocessionário;

III - eventuais divergências ou litígios referentes à cobertura do contrato de resseguro ou retrocessão que possam resultar em valores a receber pela cedente inferiores ao inicialmente contabilizado.

A análise do risco de inadimplência do ressegurador ou retrocessionário deverá constar de estudo técnico, atualizado nas datas-bases de elaboração das demonstrações contábeis, aprovado pelo diretor responsável pela contabilidade e disponível para a Susep, que contemple no mínimo:

I - os dados históricos de perdas com o ressegurador/retrocessionário;

II - as variáveis utilizadas na análise prospectiva da capacidade de pagamento do ressegurador/retrocessionário; e

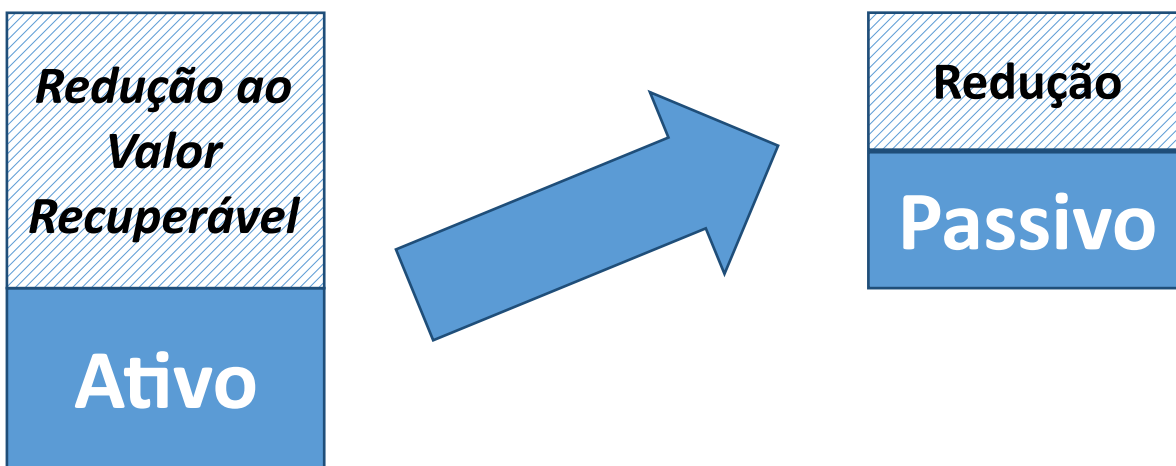
III - detalhamento das divergências e litígios referentes às coberturas do contrato de resseguro ou retrocessão.

Para fins de contabilização, quando for o caso, as supervisionadas reconhecerão mensalmente a redução ao valor recuperável pela aplicação dos procedimentos previstos nos estudos técnicos,

A base de cálculo sobre a qual será aplicada probabilidade de perda futura não deve ser líquida dos componentes do prêmio bruto que possuem passivos diretamente relacionados, como, por exemplo, a comissão de corretagem a pagar. Nesses casos, deve-se realizar a redução ao valor

recuperável no ativo e, posteriormente, efetuar a redução do passivo diretamente relacionado. Essa situação pode ocorrer com outros ativos, como a parcela do prêmio cedido em cosseguro ou em resseguro.

Figura 2 – Procedimento para Redução ao Valor Recuperável de Ativos com Passivos Diretamente Relacionados



Fonte: Caldas, Curvello e Rodrigues, 2016.

O registro contábil da redução ao valor recuperável dos prêmios a receber é realizado em conta retificadora do ativo dentro de Créditos das Operações (113 ou 1212), Prêmios a Receber (1131 ou 12121), Redução ao Valor Recuperável (11319 ou 121219) com contrapartida em Outras Receitas e Despesas Operacionais (315), Outras Despesas Operacionais (3152), Redução ao Valor Recuperável para Recebíveis (31527), Prêmios a Receber (315271).

Reconhecimento Inicial da Redução ao Valor Recuperável dos Prêmios a Receber

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	315271	Outras Receitas e Despesas Operacionais/ <u>Outras Despesas Operacionais/Redução ao Valor Recuperável para Recebíveis/Prêmios a Receber (R)</u>	
C	11319	Crédito das Operações/ <u>Prêmios a Receber/Redução ao Valor Recuperável (A*)</u>	Redução calculada

As contas 212229, 212319; 212329; 212339, 212519, 21289 (“Ajuste ao valor de Realização”), devem ser utilizadas pela seguradora estando a RVR sobre os prêmios a receber bruta dessas cessões.

Assim, como forma de exemplificar, um prêmio a receber no valor de R\$ 100 (cem reais) que foi cedido em resseguro/cosseguro por R\$ 50 (cinquenta reais), se sujeito a redução ao valor recuperável pelo seu valor integral, essa seria de R\$ 100 (cem reais) no prêmio a receber e com um ajuste ao valor de realização nas contas de débitos de resseguro/cosseguro no valor de R\$ 50 (cinquenta reais).

As contas relacionadas a provisões técnicas (21611, 21621, 21611, 21621, 11811, 119112) não devem ser ajustadas estando a RVR sobre os prêmios a receber líquida dessas parcelas.

A relativa a conta 113225 deve ser feita na conta 11329.

Reconhecimento Inicial do Ajuste ao Valor de Realização

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	212229	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ Seguradoras/ Cosseguro Cedido Emitido/ (-) Ajuste ao Valor de Realização	
C	31517	Outras Receitas e Despesas Operacionais/ Outras Receitas Operacionais/ Ajuste ao Valor de Realização para Obrigações	

O artigo 140 da Circular Susep nº 648/21 reforça o impacto na mensuração dos ativos de resseguro e de retrocessão no caso de resultado positivo no teste de adequação de passivos. O cálculo da redução ao valor recuperável de ativos de resseguro e de retrocessão relacionados às obrigações que geraram a necessidade de constituição de PCC, caso o resultado final do TAP seja positivo, deverá ser análogo aos procedimentos aplicados no TAP, conforme previsto no § 11 do art. 43.

3.1.3 Ocorrência, Aviso e Pagamento de Sinistros

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) deve ser constituída mensalmente para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros avisados e não pagos, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. A PSL abrange os valores relativos às indenizações e os pecúlios e rendas vencidas que antes eram classificados na Provisão de Benefícios a Regularizar (PBR). Os valores de constituição incluem os riscos assumidos em operações de cosseguro aceito e são líquidos das operações de cosseguro cedido. As operações de resseguro não afetam os valores de constituição sendo, por isso, brutos dessas operações.

A PSL inclui atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais. Esses valores, apesar de integrarem a PSL, impactam diretamente as contas de resultado financeiro (não

influenciam o grupo de sinistros ocorridos da DRE). As despesas relacionadas com o pagamento de sinistros e benefício são registradas na Provisão para Despesas Relacionadas (PDR).

A data do aviso do sinistro corresponde à data do registro do aviso nos sistemas da seguradora. Eventual demora nesse registro, afetará os valores constituídos da IBNR.

O registro contábil de constituição da PSL se dá por meio do Passivo Circulante (21), contas Provisões Técnicas – Danos (2161) ou Provisões Técnicas – Pessoas (2162), ambas do subgrupo Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros (216), e do Passivo Não Circulante (22), subgrupo Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros (223), contas Provisões Técnicas – Danos (2231) ou Provisões Técnicas – Pessoas (2232).

Reconhecimento inicial de sinistros administrativos (ou judiciais) de contratos de emissão direta

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3131111	Sinistros Ocorridos/ <u>Sinistros/Indenizações Avisadas/Administrativas</u> (ou Judiciais)/Direto (R)	
C	2161511	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas – Danos (ou Pessoas)/Provisão de Sinistros a Liquidar/Administrativas</u> (ou Judiciais)/Direto (P)	Estimativa da indenização

Reconhecimento da atualização monetária de sinistro administrativo (ou judicial) prevista no contrato de seguro com emissão direta

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	362345	Despesas Financeiras/ <u>Despesas Financeiras com Operações de Seguros - Ramos Elementares e Vida em Grupo/Despesas Financeiras - Provisão de Sinistros a Liquidar/Atualização Monetária</u> (R)	
C	2161511	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas – Danos (ou Pessoas)/Provisão de Sinistros a Liquidar/Administrativas</u> (ou Judiciais)/Direto (P)	Valor da atualização

Após o aviso do sinistro, a seguradora iniciará o processo de regulação do sinistro, de modo que é comum que o valor final de liquidação do sinistro seja diferente do valor inicialmente registrado. Se posteriormente a seguradora avaliar o sinistro em valor menor do que constituído a princípio, será necessário reverter parte do valor inicialmente registrado, com um lançamento inverso daquele já descrito. Ademais, a liquidação do sinistro pode se dar por valor superior ao inicialmente previsto, de

modo que seja necessário complementar o lançamento anterior. Em suma, o montante inicial é uma previsão, uma estimativa, que pode sofrer alterações ao longo do período de regulação em decorrência do chamado desenvolvimento do sinistro. A diferença entre o montante inicialmente previsto e o valor de liquidação do sinistro é chamada, pela literatura acadêmica, de “erro da provisão de sinistro” (*Loss Reserve Error*).

Em todo caso, a seguradora deve fazer ainda algumas estimativas com o objetivo de manter o saldo contábil do passivo pela melhor estimativa de desembolso. Um desses ajustes realizados dentro da PSL é o IBNER (*Incurring But Not Enough Reported*), ou seja, um ajuste agregado para sinistros que foram avisados, mas de forma insuficiente, ou seja, o aviso não contemplou todas as informações necessárias à mensuração do valor correto de liquidação futura. Trata-se de um ajuste agregado sobre a massa de sinistros avisados e registrados, realizado apenas quando a seguradora não consegue ajustar o sinistro individualmente. O esquema de contabilização para o caso de um ajuste de IBNER que incrementa as despesas com sinistros ocorridos administrativos (ou judiciais) decorrente de contrato de seguro com emissão direta (pode haver lançamento no sentido contrário de redução das despesas com sinistros ocorridos) é o seguinte:

Ajuste de IBNER positivo

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3131131	Sinistros Ocorridos/ <u>Sinistros/Indenizações Avisadas/Variação de Sinistros IBNER – ajuste PSL/Direto (R)</u>	
C	21615511	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas – Danos (ou Pessoas)/Provisão de Sinistros a Liquidar/IBNER/Administrativo (ou Judicial)/Direto (P)</u>	IBNER calculado

Por fim, o saldo do passivo relativo à PSL pode ainda ser ajustado por uma estimativa que represente a expectativa de recuperação de salvados e ressarcimentos, desde que estes ainda não estejam ativados, a fim de evitar duplicidade de registros (ajuste de passivo simultâneo ao reconhecimento de ativo). O registro contábil da expectativa de recuperação de salvados e ressarcidos na PSL deve ser realizado de forma destacada, conforme esquema de contabilização abaixo:

Ajuste negativo pela expectativa de recuperação de salvados e ressarcidos

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	216156	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas – Danos (ou Pessoas)/Provisão de Sinistros a Liquidar/(-) Estimativa de</u>	

		Salvados e Ressarcidos (P*)	
C	313114	Sinistros Ocorridos/ <u>Sinistros/Indenizações Avisadas</u> /Variação da Estimativa de Salvados e Ressarcidos - PSL (R)	Ajuste calculado da expectativa de salvados e ressarcidos

Frise-se que o ajuste acima só pode ser contabilizado na medida em que houver saldo a pagar de sinistro ao segurado. Uma vez liquidada a indenização, a entidade deve refazer o cálculo da estimativa de salvados e ressarcidos sem considerar o sinistro pago, de modo que, mantido todo o restante constante, a nova estimativa será menor do que a anteriormente contabilizada, levando a um ajuste de seu saldo.

Quando ocorrer o pagamento da indenização, a seguradora deverá baixar o respectivo saldo da PSL. Essa baixa só poderá ocorrer quando houver a liquidação financeira. Esta se dá quando for baixado o ativo contábil utilizado na liquidação da obrigação, a menos que a seguradora já possua o comprovante do pagamento da obrigação (recibo assinado pelo segurado ou beneficiário, atestando o efetivo recebimento da indenização, pecúlio ou renda vencida) e ainda não tenha baixado o ativo por questões operacionais raras. Caso não haja comprovante de pagamento, a emissão de cheque, por exemplo, não gera a baixa da PSL, a qual, de forma geral, só deverá ser efetuada quando for verificada a compensação bancária.

A contabilização do pagamento da indenização a partir da conta bancária (transferência bancária ou cheque compensado) é a seguinte:

Pagamento da indenização de sinistros

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	2161511	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas – Danos (ou Pessoas)/Provisão de Sinistros a Liquidar/Administrativas</u> (ou Judiciais)/Direto (P)	
C	11131	Disponível/ <u>Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País</u> (A)	Indenização paga

Por sua vez, ainda de acordo com a Susep, a IBNR deve ser constituída mensalmente para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros ocorridos e não avisados, incluindo os sinistros administrativos e judiciais.

Trata-se de uma estimativa que abrange valores relativos a indenizações, pecúlios e rendas, novamente brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido e incluídos os riscos assumidos em operação de cosseguro aceito.

Cada seguradora desenvolve o método estatístico mais adequado às características de suas operações, e a Susep analisa a consistência dos valores constituídos, podendo determinar os ajustes necessários e aplicar as sanções em caso de inadequações.

A contabilização do IBNR segue o seguinte esquema:

Constituição da IBNR

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	313511	<u>Sinistros Ocorridos/Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados/Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados/Direto (R)</u>	
C	2161611	<u>Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/Provisões Técnicas – Danos (ou Pessoas)/Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados/Administrativo (ou Judicial)/Direto (P)</u>	IBNR calculado

Assim como ocorre com a PSL, a IBNR deve ser constituída líquida das despesas relacionadas aos pagamentos de sinistros e benefícios, as quais serão reconhecidas separadamente na PDR.

A parcela do ajuste de IBNER atribuída aos sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) deverá ser considerada conjuntamente com a própria IBNR, pois esta não é baseada em registros individuais, de modo que não há registro destacado. Entretanto, as expectativas de recebimento de salvados e ressarcidos não ativados relativas a sinistros ocorridos, mas não avisados devem ser contabilizadas de forma destacada, como um ajuste da provisão de IBNR, conforme modelo a seguir:

Ajuste negativo pela expectativa de recuperação de salvados e ressarcidos

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	216163	<u>Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/Provisões Técnicas – Danos (ou Pessoas)/Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados/(-) Estimativa de Salvados e Ressarcidos (P*)</u>	
C	313513	<u>Sinistros Ocorridos/Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados/Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados/Estimativa de Salvados e Ressarcidos (R)</u>	Ajuste calculado da expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos

É importante destacar que apenas seguradoras que dispuserem de histórico de dados suficiente para a análise da consistência dos valores registrados poderão utilizar esse ajuste na PSL ou na IBNR, e que a metodologia deverá constar da nota técnica atuarial. A consistência dos valores constituídos é testada pela Susep.

3.1.4 Salvados e Ressarcidos

Tendo em vista previsão expressa no art. 786 do Código Civil brasileiro, uma vez paga a indenização, o segurador se sub-roga nos direitos e ações que competirem ao segurado contra o autor do dano, nos limites do valor indenizado. Em outras palavras, após a indenização, o segurador adquire o direito do segurado junto a terceiro responsável pelo dano sofrido e indenizado.

O Supremo Tribunal Federal (STF) inclusive sumulou o assunto, especificando que se trata de ação regressiva:

Súmula 188

O segurador tem ação regressiva contra o causador do dano, pelo que efetivamente pagou, até ao limite previsto no contrato de seguro (STF, 1963).

Nesse sentido, até o momento da liquidação do sinistro, não há o que se falar em surgimento de um direito capaz de gerar benefícios econômicos para a supervisionada, embora a supervisionada possa estimar com razoável certeza o montante que conseguirá recuperar com salvados e ressarcimentos. Assim, até o momento a liquidação financeira, os montantes estimados de recuperação de salvados e ressarcimentos devem tão somente ajustar as provisões de sinistro (provisão de sinistros ocorridos e não avisados e a provisão de sinistros a liquidar)². Do ponto de vista estritamente contábil, há três justificativas para esse tratamento: o objetivo das demonstrações contábeis de fornecer informações úteis aos usuários da contabilidade para tomada de decisões, uma vez que esses fluxos de entrada de caixa futuros serão levados em consideração na determinação de um preço aceitável para uma transação hipotética de venda do passivo (aquisição da carteira) da seguradora para um participante do mercado (usuário externo); a existência de contrato único (apólice) sendo adequado que todos os fluxos de caixa futuros de eventos passados e a ocorrer sejam apresentados conjuntamente (visão do IFRS 17), na medida em que não possam ser reconhecidos como um ativo em separado; e a coincidência de contrapartes envolvidas (seguradora e segurado) nas duas transações (indenização e sub-rogação de direitos).

Após a liquidação do sinistro e consequente aquisição dos direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a supervisionada passa a ter um ativo controlado a ser reconhecido, desde que atenda aos critérios estabelecidos pelos padrões internacionais de contabilidade referendados pela Susep,

² Para mais orientações acerca dessas provisões e respectivos ajustes consulte o [tópico 3.1.4 Ocorrência, Aviso e Pagamento de Sinistros](#) e as orientações da Coordenação de Monitoramento das Provisões Técnicas (COPRA) disponíveis no site da Autarquia.

quais sejam: possibilidade de conversão em caixa e capacidade de estimativa razoável desses elementos. A possibilidade de conversão em caixa é intrínseca a qualquer direito conquistado, devendo as incertezas serem tratadas separadamente, seja via redução ao valor recuperável, seja via mensuração. Importa mencionar que caso a supervisionada entenda que sua estimativa não é razoável, nem mesmo o ajuste ao passivo na fase pré-liquidação do sinistro seria possível, uma vez que estas igualmente requerem confiabilidade em sua mensuração. Por isso, entende-se que apenas em casos remotos a companhia que já se utiliza de ajustes de salvados e ressarcimentos nos passivos de sinistros não reconheceriam esses ativos estimados.

A supervisionada deve mensurar esses ativos estimados a valor realizável líquido, com metodologia especificada em nota técnica atuarial. Na mensuração dos salvados e ressarcimentos, deve-se considerar todos os custos necessários para sua realização, como despesas de regularização de documentos, estadias, honorários, etc.

Frise-se que essa contabilização requer que a supervisionada disponha de base de dados suficiente para permitir a análise da consistência dessa estimativa. O reconhecimento apresentado a seguir e a mensuração dos direitos aos salvados e ressarcimentos estimados não devem ser confundidos com os salvados e ressarcimentos não estimados ativados contabilmente.

Reconhecimento dos direitos a ressarcimentos

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11416	Títulos e Créditos a Receber/Créditos a Receber/ <u>Ressarcimentos a Receber - Estimados (A)</u>	
		ou	
	121316	Realizável a Longo Prazo/Títulos e Créditos a Receber/Créditos a Receber/Ressarcimentos a Receber - Estimados (A)	
C	31343	Sinistros Ocorridos/Ressarcimentos/Variação da Estimativa de Ressarcimentos - Direito	Valor corrente de saída estimado

Reconhecimento dos direitos a salvados

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11582	Outros Valores e Bens/Outros Valores e Bens/ <u>Salvados não Disponíveis para a Venda - Estimados (A)</u>	
		ou	

	121412	Realizável a Longo Prazo/Outros Valores e Bens/ <u>Salvados não Disponíveis para a Venda - Estimados</u>	
C	31333	Sinistros Ocorridos/Salvados/Varição da Estimativa de Salvados - Direito	Valor corrente de saída estimado

A cada mês a supervisionada deve atualizar estimativa dos valores realizáveis líquidos e ajustar a mensuração dos itens, sendo possível que os lançamentos acima descritos sejam invertidos para reduzir o montante reconhecido nas contas de ativo.

Quando ocorre a recuperação dos bens ou a celebração de acordo judicial ou extrajudicial com os responsáveis por danos indenizados, é possível a individualização de salvados e ressarcimentos. Nesse momento, o registro deve não mais constar da conta agregada, em que esses valores são estimados, mas sim das contas de salvados disponíveis para venda ou títulos e créditos a receber.

Podemos definir “salvados” como os bens que se conseguem resgatar de um sinistro e que ainda possuem valor comercial. Podem ser bens em perfeito estado, parcialmente danificados em decorrência do sinistro ou até mesmo o que restou de um veículo após acidente indenizável pela seguradora. Nesse sentido, um automóvel pode ter sido recuperado em perfeitas condições após um roubo indenizado pela seguradora ou ter sofrido dano decorrente de colisão, mas ainda possuir algum valor econômico a ser recuperado pela seguradora.

De acordo com a Circular Susep nº 639/21, inciso III, art. 14, o contrato de seguro deve prever expressamente que, uma vez paga toda a indenização, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da sociedade seguradora.

O ressarcimento, por sua vez, um reembolso dos prejuízos suportados pela seguradora ao indenizar dano causado por terceiros.

Nesse sentido, a seguradora deve efetuar a contabilização dos salvados recuperados que estão mantidos para venda³ em subgrupo do Ativo Circulante de Outros Valores e Bens (115), e aqueles que não atendam aos critérios necessários para qualificação como mantidos para venda em subgrupo do Ativo Não Circulante de Realizável a Longo Prazo (121), conta Outros Valores e Bens (1214).

Ademais, a contabilização dos salvados que serão colocados à venda deve seguir os ditames do CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, pronunciamento recepcionado pela Susep na Circular Susep nº 648/21.

³ Os critérios para qualificar um ativo não circulante (salvados, inclusive) como mantido para venda são estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

O esquema de contabilização dos salvados recuperados e mantidos à venda em contrato de seguro de emissão direta é o seguinte:

Reconhecimento dos salvados recuperados e mantidos à venda

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11511	Outros Valores e Bens/ <u>Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda/Salvados à Venda</u> (A)	
C	313311	Sinistros Ocorridos/ <u>Salvados/Salvados</u> /Direto (R)	Valor Justo (-) custos de vendas ou custo de aquisição, dos dois o menor

Na conta Salvados a Venda são registrados os ativos em posse da seguradora, que estejam disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeitos apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos, que a venda deve ser altamente provável e que a gestão da empresa deva estar comprometida com o plano de venda dos ativos.

Já os ressarcimentos em contrato de seguro de emissão direta seguem o esquema abaixo:

Reconhecimento dos ressarcimentos

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11415	Títulos e Créditos a Receber/ <u>Créditos a Receber/Ressarcimentos a Receber</u> (A)	
		ou	
	121315	Realizável a Longo Prazo/Títulos e Créditos a Receber/ <u>Créditos a Receber/Ressarcimentos a Receber</u> (A)	
C	313411	Sinistros Ocorridos/Ressarcimentos/ <u>Ressarcimentos</u> /Direto (R)	Valor acordado

Como para todas as contas do Ativo, pelo menos no momento da elaboração das demonstrações financeiras, deve ser realizado o teste de redução ao valor recuperável na conta de ressarcimentos a receber, com consideração ao histórico de recebimentos dos acordos celebrados.

Importante frisar que uma vez contabilizados os salvados e ressarcimentos no ativo da seguradora, estes não devem mais fazer parte da estimativa calculada para os direitos a salvados e

ressarcidos esclarecidos acima. Na prática, passarão a compor o histórico de recuperação, que será levado em conta na metodologia de cálculo da estimativa para esse fim de salvados e ressarcidos.

3.1.5 Transferências de Carteiras

Por definição, carteira é um conjunto de contratos de seguro de um mesmo ramo ou ramos afins, emitidos por uma seguradora. A transferência de carteira é a operação na qual a cedente, que faz essa transferência, movimenta para a cessionária, que está recebendo a carteira, um conjunto de contratos de seguro de um mesmo ramo ou ramos afins.

Essa operação é regulamentada pela Resolução CNSP nº 422/21, a qual considera “carteira” o plano ou o conjunto de planos de seguro, de capitalização ou de previdência complementar em comercialização ou com a comercialização interrompida, assim como as provisões técnicas, os fundos e os ativos garantidores correspondentes, representados em moeda corrente nacional.

Preocupada com a solvência das companhias envolvidas, a Susep, na Circular nº 456/12, impõe condições para efetivação da operação de transferência, tanto para a cessionária quanto para a cedente.

Para a cedente, as exigências são:

- a) provisões técnicas adequadamente constituídas; e
- b) ativos garantidores das provisões técnicas aplicados conforme as diretrizes fixadas pelo

Conselho Monetário Nacional – CMN^o

Para a cessionária, os requisitos são:

a) PLA igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), considerando-se também as carteiras recebidas e respectivos históricos de operações, bem como os ativos a serem utilizados para fazer face às obrigações oriundas dessas carteiras;

- b) provisões técnicas adequadamente constituídas; e
- c) ativos garantidores das provisões técnicas aplicados conforme as diretrizes fixadas pelo

Conselho Monetário Nacional – CMN.

O não atendimento dos critérios estabelecidos será analisado pela Susep que poderá, a seu critério, autorizar a transferência. Outros requisitos podem ainda ser exigidos pela Superintendência.

As regras de contabilização das transferências de carteira são fixadas no art. 124 da Circular Susep nº 648/21.

Na cedente, os critérios contábeis a serem adotados são:

- a) os saldos de ativos e passivos, relativos a contratos ou apólices transferidos, devem ser baixados;
- b) caso esteja obrigada, contratualmente, a proceder à cobrança de parcelas pendentes de pagamentos ou prêmios, deve-se registrar em contas próprias do Ativo e do Passivo Não Circulantes os correspondentes valores a receber e os valores a repassar à cessionária; e
- c) o resultado positivo ou negativo, apurado na cessão, deverá ser integralmente apropriado ao resultado em conta específica, na data da operação.

Na cessionária, os critérios contábeis a serem adotados são:

- a) todos os direitos e obrigações recebidos em função da aquisição da carteira deverão ser registrados em contas próprias;
- b) o valor dos direitos recebidos que exceda o saldo da provisão técnica necessária para arcar com as obrigações recebidas deverá ser registrado em conta específica como receita diferida, e apropriado ao resultado durante o prazo médio restante de vigência das apólices;
- c) caso o valor dos direitos recebidos da cedente seja inferior ao saldo da provisão técnica necessária para arcar com as obrigações recebidas, mensurada nos termos desta Circular, a correspondente diferença deverá ser registrada, conforme caso concreto:
 - 1. no Ativo Circulante, em subconta distinta, no grupo de Custos de Aquisição Diferidos, e apropriada ao resultado durante o prazo restante médio de vigência das apólices; e/ou
 - 2. nos Ativos Intangíveis, no subgrupo Ágio na Transferência de Carteira;
- d) a cessionária deverá obter junto à cedente todos os dados históricos relacionados às operações recebidas em transferência, necessários aos eventuais cálculos de provisões técnicas.

Por definição, Provisões Técnicas devem ser constituídas para a garantia das operações das supervisionadas, logo, quando ocorre a transferência de carteira, a cessionária não deve considerar como prêmio de seguro (complemento de provisão) qualquer valor recebido que exceda o saldo da Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG constituída. Deste modo, deve se comparar o montante de direitos recebidos com o montante de provisão técnica necessária para arcar com as obrigações recebidas para, assim, registrar-se eventual excedente de direitos recebidos como receita diferida que deverá ser apropriada ao resultado durante o prazo médio restante de vigência das apólices.

3.1.6 Cosseguro Aceito e Cedido

Na operação de cosseguro ocorre a repartição das responsabilidades relativas aos riscos assumidos entre duas ou mais seguradoras, de modo que tanto o prêmio total quanto as obrigações junto ao segurado são repartidas, sem que haja solidariedade entre estas. Ademais, uma das seguradoras participantes será eleita como **seguradora líder** e ficará responsável pela administração do contrato e representação das demais congêneres (cessionárias) na relação com o cliente.

Assim, o cosseguro pode ser observado sob o ângulo de cessão de risco (cosseguro cedido), no caso da seguradora líder, ou de aceitação de risco (cosseguro aceito), caso das demais seguradoras da operação.

Quanto ao cosseguro aceito, a contabilização do contrato de seguro se dá de modo semelhante à emissão direta, porém com uso de subcontas e/ou desdobramentos de subcontas específicos e, ainda, o lançamento da comissão de cosseguro devida pelas congêneres à seguradora líder.

Acerca dessa comissão de cosseguro, a Susep reconheceu que uma parte se refere a um reembolso dos custos incorridos e pagos pela líder para aquisição, produção e manutenção do contrato, mas entendeu ser também relevante a parcela “negocial” ou de “fechamento de preço”, porém a separação dos componentes levaria a custos de controle que não superariam os benefícios esperados em termos de *performance*. Assim, o entendimento atual do supervisor é de que a parcela do prêmio cedida em cosseguro deve ser considerada já líquida da comissão de cosseguro, assim como ocorre com o prêmio cedido em resseguro. Isso porque, apesar dos vários entendimentos possíveis, a Autarquia considera que o cosseguro é uma operação de cessão apenas de riscos de sinistros, e não de riscos de sinistros e de despesas, com posterior ressarcimento da parcela das despesas. Nesse contexto, a comissão de cosseguro seria apenas uma etapa da precificação do prêmio de cosseguro a ser cedido e, portanto, deveria ser excluída da parcela do prêmio cedido em cosseguro.

Assim, a seguradora que está aceitando o risco em cosseguro deverá registrar os prêmios emitidos líquidos das comissões de cosseguro que terá de arcar junto à seguradora líder.

Observe-se, por exemplo, o registro do reconhecimento inicial de um contrato de seguro com cessão de parte do risco em cosseguro sob a ótica de quem aceita o risco em cosseguro no que se refere à receita de prêmio e à constituição da PPNG (líquida da comissão de cosseguro), respectivamente:

Registro do prêmio emitido aceito em cosseguro (bruto da comissão de cosseguro)

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	113121	Crédito das Operações/ <u>Prêmios a Receber/Cosseguros Aceitos</u> /Prêmios (A)	Prêmio aceito em cosseguro

			(prêmio comercial e adicional de fracionamento)
C	3111121	Prêmios Ganhos/ <u>Prêmios Emitidos/Prêmios de Seguros/Cossegueros Aceitos de Congêneres</u> /Prêmios Aceitos em Cosseguro (R)	Prêmio comercial aceito em cosseguro
C	113123	Crédito das Operações/ <u>Prêmios a Receber/Cossegueros Aceitos</u> /Juros a Apropriar (A*)	Juros do fracionamento

Ajuste do prêmio emitido pela comissão de cosseguro devida à seguradora líder

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3111121	Prêmios Ganhos/ <u>Prêmios Emitidos/Prêmios de Seguros/Cossegueros Aceitos de Congêneres</u> /Prêmios Aceitos em Cosseguro (R)	
C	113121	Crédito das Operações/ <u>Prêmios a Receber/Cossegueros Aceitos</u> /Prêmios (A)	Comissão de cosseguro

Constituição da PPNG (base de cálculo = prêmio comercial aceito em cosseguro líquido da comissão de cosseguro)

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3118112	Prêmios Ganhos/ <u>Varição das Provisões Técnicas/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Prêmios Não Ganhos/Cossegueros Aceitos</u> (R)	
C	216112	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas – Danos (ou Pessoas)/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Cossegueros Aceitos</u> (P)	Prêmio comercial aceito em cosseguro (-) comissão de cosseguro

Já a seguradora líder, que está cedendo os riscos em cosseguro, deve efetuar lançamentos semelhantes aos da emissão direta sem cessão, mas deve acrescentar aqueles que ajustam a posição patrimonial e o desempenho em relação aos riscos cedidos. Ressalte-se que a base de cálculo da PPNG deve ser líquida da parcela do prêmio cedido em cosseguro líquido da comissão de cosseguro.

Registro do prêmio emitido (com adicional de fracionamento)

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	113111	Crédito das Operações de Seguro e Resseguro/ <u>Prêmios a Receber/Direto/Prêmios - Riscos Vigentes Emitidos (A)</u>	Prêmio bruto (PC + AF + IOF)
C	3111111	Prêmios Ganhos/ <u>Prêmios Emitidos/Prêmios de Seguros/Diretos/Prêmios - Riscos Emitidos (R)</u>	Prêmio comercial (PC)
C	113113	Crédito das Operações de Seguro e Resseguro/ <u>Prêmios a Receber/Direto/Juros a Apropriar (A*)</u>	Juros do fracionamento (AF)
C	21124	Contas a Pagar/ <u>Impostos e Encargos Sociais a Recolher/Imposto Sobre Operações Financeiras (P)</u>	IOF s/ prêmio comercial pago (IOF)

Ajuste do prêmio emitido pela cessão de risco

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3111131	Prêmios Ganhos/ <u>Prêmios Emitidos/Prêmios de Seguros/Cosseguros Cedidos a Congêneres/Prêmios Cedidos em Cosseguros (R)</u>	
C	212221	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Seguradoras/Cosseguro Cedido Emitido/Prêmios (P)</u>	Prêmio comercial cedido em cosseguro (-) comissão de cosseguro

Com esse lançamento, os prêmios emitidos na Demonstração de Resultado passam a estar compatibilizados com o contrato de seguro em que há seguradoras compartilhando o risco.

Constituição da PPNG (pelo valor líquido da parcela do prêmio cedido em cosseguro, o qual deve estar líquido da comissão de cosseguro)

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3118111	Prêmios Ganhos/ <u>Variação das Provisões Técnicas/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Prêmios Não Ganhos/Direto (R)</u>	
C	2161111	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas – Danos (ou Pessoas)/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Direto/Riscos Emitidos (P)</u>	Prêmio comercial (-) [Parcela cedida em cosseguro (-) comissão de cosseguro]

A apropriação dos custos de aquisição dos produtos de seguro no resultado é realizada em subgrupo específico Custos de Aquisição (314). Para o caso das comissões sobre prêmios emitidos e vigentes, a contabilização é a seguinte:

Reconhecimento inicial dos custos de aquisição (comissão de corretagem)

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3141111	Custo de Aquisição/ <u>Comissões sobre Prêmios/Comissão sobre Prêmios Emitidos/Direto/Riscos Vigentes (R)</u>	
C	2125111	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Comissões e Juros sobre Prêmios/Direto/Comissões/Comissões – Riscos Emitidos (P)</u>	Comissão de corretagem

No caso dos custos de aquisição passíveis de diferimento, após os registros acima, realiza-se o registro do diferimento do montante total desses custos, pois a comissão de cosseguro sobre prêmio cedido não é mais considerada uma recuperação dos custos de aquisição, mas sim um componente de fechamento do preço. No caso das comissões sobre prêmios, o esquema de contabilização é o seguinte:

Diferimento dos custos de aquisição (comissão de corretagem)

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	1217111	Realizável a Longo Prazo/ <u>Custos de Aquisição Diferidos/Diferimento - Vigência do Risco/Custos de Aquisição – Seguros/Comissão de Seguros (A)</u>	
C	3145111	Custo de Aquisição/ <u>Variação do Custo de Aquisição Diferido/Variação de Comissões Diferidas/Direto/Riscos Emitidos (R)</u>	Comissão de corretagem

Igualmente à emissão direta sem cessão, com o decorrer da vigência do prazo de cobertura do risco, *pro rata die*, a PPNG será revertida ao resultado. A diferença, nesse caso, é apenas relativa à base de cálculo da PPNG que estará diminuída do prêmio cedido em cosseguro (líquido da comissão de cosseguro). O esquema de contabilização é o mesmo visto anteriormente:

Apropriação da receita de prêmios (reversão da PPNG durante a vigência do contrato)

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	2161111	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas – Danos (ou Pessoas)/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Direto/Riscos Emitidos (P)</u>	

Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador

C	3118111	Prêmios Ganhos/ <u>Varição das Provisões Técnicas/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Prêmios Não Ganhos/Direto (R)</u>	Base de cálculo da PPNG x (período de vigência decorrido / prazo de vigência do risco)
---	---------	--	---

Os custos de aquisição diferidos são apropriados ao resultado na mesma proporção do reconhecimento das receitas relacionadas às respectivas apólices/bilhetes/certificados/títulos. Uma vez que só podem ser diferidos custos com relação direta e incremental com as apólices/bilhetes/certificados/títulos, essa proporção será *pro rata die* no mesmo prazo do contrato, dado que assim será apropriado o prêmio como vimos. O lançamento contábil é:

Apropriação dos custos de aquisição diferidos (comissão de corretagem)

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3145111	Custo de Aquisição/ <u>Varição do Custo de Aquisição Diferido/Varição de Comissões Diferidas/Direto/Riscos Emitidos (R)</u>	
C	1217111	Realizável a Longo Prazo/ <u>Custos de Aquisição Diferidos/Diferimento - Vigência do Risco/Custos de Aquisição – Seguros/Comissão de Seguros (A)</u>	Comissão de corretagem, agenciamento ou angariação X (período de vigência decorrido / prazo de vigência do risco)

Independente da apropriação dos custos ao resultado, ao receber os prêmios de seguro, a seguradora inicialmente transfere o saldo devedor para a conta de comissões a pagar, conforme demonstrado abaixo:

Transferência do saldo devedor pelo recebimento dos prêmios

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	2125111	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Comissões e Juros sobre Prêmios/Direto/Comissões/Comissões – Riscos Emitidos (P)</u>	
C	21241	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Comissões de Seguros e Resseguros/Comissões a Pagar - Seguros (P)</u>	Comissão de corretagem,

			agenciamento ou de angariação
--	--	--	-------------------------------------

No momento da liquidação da obrigação dessas comissões, o seguinte lançamento é efetuado:

Pagamento dos custos de aquisição (comissão de corretagem)

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21241	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Comissões de Seguros e Resseguros/Comissões a Pagar - Seguros (P)</u>	
C	11131	Disponível/ <u>Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)</u>	Valor Pago de Comissão de corretagem, agenciamento ou angariação.

Independente da apropriação dos custos de aquisição diferidos ao resultado, os pagamentos das comissões são lançados como segue:

Pagamento dos custos de aquisição (comissão de corretagem)

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	2125111	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Comissões e Juros sobre Prêmios/Direto/Comissões/Comissões – Riscos Emitidos (P)</u>	
C	11131	Disponível/ <u>Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)</u>	Comissão de corretagem agenciamento ou angariação.

Independente da apropriação da receita de prêmios ao resultado por meio da reversão da PPNG, os recebimentos de cada parcela do prêmio de seguro são lançados como segue:

Recebimento do prêmio de seguro cedido em cosseguro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11131	Disponível/ <u>Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)</u>	Prêmio bruto recebido (-) IOF*
D	21124	Contas a Pagar/ <u>Impostos e Encargos Sociais a Recolher/Imposto Sobre Operações Financeiras (P)</u>	IOF s/ prêmio comercial pago

C	113111	Crédito das Operações/ <u>Prêmios a Receber/Direto/Prêmios - Riscos Vigentes Emitidos (A)</u>	Prêmio bruto recebido
---	--------	---	-----------------------

* a exclusão do valor do IOF ocorre quando a supervisionada possui convênio com instituição financeira para que esta retenha e recolha o imposto aos cofres públicos.

Importa notar que, em caso de não identificação do valor recebido, a companhia deverá reconhecer temporariamente um passivo, conforme lançamento a seguir:

Recebimento de recursos não identificados

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11131	Disponível/ <u>Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)</u>	valor recebido e não identificado
C	21541	Depósitos de Terceiros/Prêmios e Emolumentos Recebidos/Seguros_(P)	valor recebido e não identificado

Identificados os recursos recebidos, o respectivo saldo deve ser transferido para as contas específicas do evento de recebimento de prêmios.

No momento do recebimento do prêmio, a seguradora líder transfere o prêmio cedido em cosseguro devido às congêneres para a conta de Cosseguro Cedido a Liquidar. Posteriormente, em momento acordado entre as partes, paga os valores devidos já líquidos da comissão de cosseguro devida, conforme lançamento abaixo:

Transferência de saldos para cosseguro cedido a liquidar

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	212221	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Seguradoras/Cosseguro Cedido Emitido/Prêmios (P)</u>	
C	212231	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Seguradoras/Cosseguro Cedido a Liquidar/Prêmios - Líquidos de Comissão (P)</u>	Prêmio comercial cedido em cosseguro (-) comissão de cosseguro

Pagamento do prêmio cedido em cosseguro (líquido da comissão de cosseguro)

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	212231	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Seguradoras/Cosseguro Cedido a Liquidar/Prêmios - Líquidos de Comissão (P)</u>	

C	11131	Disponível/ <u>Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)</u>	Prêmio comercial cedido em cosseguro (-) comissão de cosseguro
---	-------	---	--

Acerca dos eventuais sinistros ocorridos no contrato de seguro estruturado em cosseguro, devido à repartição das responsabilidades entre as seguradoras da operação, quando a seguradora líder é avisada sobre a ocorrência de um sinistro, esta realiza o lançamento da emissão direta sem cessão e, em seguida, ajusta o passivo e o resultado.

Aviso de Sinistro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3131111	Sinistros Ocorridos/ <u>Sinistros/Indenizações Avisadas/Administrativas (ou Judiciais)/Direto (R)</u>	
C	2161511	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas – Danos (ou Pessoas)/Provisão de Sinistros a Liquidar/Administrativas (ou Judiciais)/Direto (P)</u>	Estimativa da indenização

Ajuste da PSL pela cessão de risco

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	216154	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas – Danos (ou Pessoas)/Provisão de Sinistros a Liquidar/Recuperação sobre Cosseguros Cedidos (P)</u>	
C	313211	Sinistros Ocorridos/ <u>Recuperação de Sinistros/Recuperação de Indenizações de Congêneres/Direto (R)</u>	Indenização cedida

No momento em que a seguradora líder quitar a indenização ao segurado ou beneficiário, esta deve registrar o pagamento da indenização total e o crédito junto às demais participantes da operação de cosseguro.

Pagamento da indenização

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
-----	--------	--	-------

D	2161511	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas – Danos (ou Pessoas)/Provisão de Sinistros a Liquidar/Administrativas (ou Judiciais)/Direto (P)</u>	
C	11131	Disponível/ <u>Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)</u>	Indenização paga

Registro do direito junto à congênera

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	113224	Créditos das Operações de Seguros e Resseguros/ <u>Seguradoras – País/Cosseguo Cedido/Sinistros (A)</u>	
C	216154	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas – Danos (ou Pessoas)/Provisão de Sinistros a Liquidar/Recuperação sobre Cosseguros Cedidos (P)</u>	Indenização cedida

Por fim, a Circular Susep determina que as operações decorrentes dos consórcios DPVAT devem ser tratadas contabilmente como cosseguro, de modo que as receitas e despesas serão registradas pela Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT sempre pelo valor bruto. Os repasses de receita e as recuperações de despesas transferidos às consorciadas deverão ser registrados em contas retificadoras específicas da operação do DPVAT.

3.1.7 Orientação sobre a contabilização das principais operações do seguro DPVAT

3.1.7.1 Contabilização do Consórcio DPVAT (principais operações)

Considerando a dissolução do Consórcio DPVAT e o disposto na Resolução CNSP nº 399/2020, o disposto nesta seção é válido somente para o *run-off* de riscos vigentes até 31 de dezembro de 2020. Deste modo, realizamos a exclusão dos itens que tratavam sobre a emissão de prêmios, dado que não haverá mais emissão de bilhetes do seguro DPVAT.

PPNG

Por ocasião do *run-off* do consórcio, não haverá mais constituição de PPNG. A PPNG é formada pela parcela dos prêmios tarifários destinadas a "Sinistros + Despesas com sinistros", multiplicado pela razão entre os dias a decorrer no ano e o total de dias do ano, conforme registro contábil demonstrado a seguir:

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3118111	Prêmios Ganhos/ <u>Variação das Provisões Técnicas/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Prêmios Não Ganhos/Direto (R)</u>	
C	2161111	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas – Danos (ou Pessoas)/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Direto/Riscos Emitidos (P)</u>	

A parcela dos prêmios tarifários destinadas a margem de resultado de 2% deverá ser diferida utilizando a metodologia acima, sendo registrado em conta de passivo segregada.

A PPNG deve ser diferida, a partir de janeiro de 2020, da mesma forma que é realizado para os demais ramos de seguros, não existindo mais diferenças em relação ao tratamento a ser dado, conforme registro contábil demonstrado a seguir:

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	2161111	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas – Danos (ou Pessoas)/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Direto/Riscos Emitidos (P)</u>	
C	3118111	Prêmios Ganhos/ <u>Variação das Provisões Técnicas/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Prêmios Não Ganhos/Direto (R)</u>	

Sinistros

Os sinistros devem ser contabilizados a partir de janeiro de 2020 da mesma forma que é realizado para os demais ramos de seguros, não existindo diferenças em relação ao tratamento a ser dado.

Provisão de Sinistros a Liquidar

A PSL deverá ser contabilizada da mesma forma que ocorre nos demais ramos levando-se em consideração as disposições do Capítulo III da Resolução CNSP nº 398/20.

IBNR

A IBNR deverá ser contabilizada da mesma forma que ocorre nos demais ramos levando-se em consideração as disposições do Capítulo II da Resolução CNSP nº 398/20.

Provisão de Despesas Relacionadas

A PDR deverá ser contabilizada da mesma forma que ocorre nos demais ramos levando-se em consideração as disposições do Capítulo IV da Resolução CNSP nº 398/20.

Provisão de Despesas Administrativas

A PDA deverá ser contabilizada da mesma forma que ocorre nos demais ramos levando-se em consideração as disposições do Capítulo VI da Resolução CNSP nº 398/20.

Provisão de Excedente Técnico

A PET deverá ser constituída/revertida em função dos resultados técnicos de cada mês, conforme as disposições do art. 7º da Resolução 398/20.

No caso de excedente técnico no mês, o saldo apurado deverá ser constituir a PET e, no caso de déficit, deverá ser realizada a reversão.

Caso não haja saldo suficiente na PET, deverá ser constituído um crédito em Valores a Compensar, o qual será revertido quando da ocorrência de superávits técnicos.

Capitalização das Provisões Técnicas do DPVAT

Os recursos das provisões técnicas PDA e PET deverão ser capitalizadas, mensalmente, na forma dos incisos I e II do art. 10 da Resolução CNSP 398/20, respectivamente.

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	362315	Despesas Financeiras/Despesas Financeiras com Operações de Seguros - Ramos Elementares e Vida em Grupo/Despesas Financeiras – Seguros	
C	216193/216161/216151/216152	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/Provisões Técnicas – Danos/	

As provisões técnicas - que não a PDA e a PET - não deverão incorporar atualizações que reflitam a rentabilidade das carteiras de investimentos que garantem as provisões técnicas.

3.1.7.2 Registro Contábil das operações do Consórcio DPVAT pelas consorciadas

Para fins do registro contábil das operações do Consórcio DPVAT pelas consorciadas, somente devem ser registrados os valores a receber referentes a apuração mensal da margem de resultado e o devido recebimento destes, bem como as receitas de prestação de serviços de recepção e regulação de sinistros.

3.1.7.3 Contabilização das receitas de Recepção e Regulação de Sinistros pelas consorciadas

Receita com a Prestação do Serviço de Recepção e Regulação de Sinistros do DPVAT

As Seguradoras Consorciadas devem registrar a receita com a prestação do serviço de recepção e regulação de sinistros do Consórcio DPVAT no momento da prestação do serviço independentemente do momento em que os valores são ressarcidos pela Seguradora Líder.

Reconhecimento da Receita

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11384	Créditos das Operações/Outros Créditos Operacionais/Consórcio DPVAT	
C	315191	Outras Receitas e Despesas Operacionais/Outras Receitas Operacionais/Outras Receitas - Consórcio DPVAT/Consórcio DPVAT	

Recebimento do ressarcimento da Seguradora Líder

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	1113	Bancos Conta Depósitos	
C	11384	Créditos das Operações/Outros Créditos Operacionais/Consórcio DPVAT	

Despesa com a contratação de reguladora para prestação do serviço

As Seguradoras Consorciadas devem registrar a despesa com a contratação de reguladora para prestação do serviço de regulação de sinistros do Consórcio DPVAT no momento da ocorrência da prestação do serviço, independentemente do momento em que ocorra o pagamento pelo serviço.

Reconhecimento da despesa

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	315294	Outras Receitas e Despesas Operacionais/Outras Despesas Operacionais/Outras Despesas com Operações de Seguros/Consórcio DPVAT	
C	21287	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/Outros Débitos Operacionais/Contas a Pagar - DPVAT	

Pagamento aos prestadores de serviço

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21287	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/Outros Débitos Operacionais/Contas a Pagar - DPVAT	
C	1113	Bancos Conta Depósitos	

3.2 Escrituração Contábil das Principais Operações de Previdência

No mercado supervisionado pela Susep, existem produtos com naturezas jurídicas distintas, porém com a mesma essência econômica: planos que garantem, ao final de um prazo, um determinado capital que pode ser pago de uma só vez ou em forma de rendas. Por conta dessa segregação jurídica, há termos diferentes para produtos regulamentados como previdência e produtos regulamentados como seguro, mas que possuem a mesma essência na prática.

Para fins de simplificação deste manual, chamaremos de “entidades de previdência” as entidades de previdência complementar aberta e sociedades seguradoras, bem como utilizaremos os termos referentes aos produtos de previdência para os dois tipos de produtos. Utilizaremos, também, a nomenclatura produtos de previdência complementar aberta para englobar os produtos regulamentados como previdência e como seguro com cobertura de sobrevivência.

Os lançamentos apresentados a seguir consideram as contas adequadas para contabilização dos produtos de PGBL e VGBL, podendo ter de ser adaptados aos demais produtos de acumulação da previdência complementar aberta (planos tradicionais, PRGP, PRGP, PAGP, PRI, VAGP, VRGP, VRSA e VRI).

As parcelas das contribuições destinadas às coberturas de risco dos produtos previdenciários (risco por morte ou invalidez) não são tratados nesta parte do manual, sendo boa parte das suas contabilizações similares às demonstradas para as operações de seguros, ainda que em contas distintas, quando necessário.

Os principais eventos que irão gerar registros contábeis relacionados ao contrato de previdência complementar aberta são:

- a) reconhecimento das contribuições (aportes) do participante;
- b) constituição da PMBAC;
- c) reconhecimento do excedente financeiro;
- d) reconhecimento da insuficiência de provisões técnicas apurada pelo teste de adequação de passivos (TAP);
- e) reconhecimento da taxa de estruturação e manutenção de planos de previdência e de seguros de pessoas (antiga “taxa de gestão”);
- f) reconhecimento dos resgates;
- g) liquidação do benefício em pagamento único ou sob forma de renda; e
- h) portabilidades externas.

3.2.1 Reconhecimento e Aplicação das Contribuições

O fato gerador da receita relativa aos produtos de acumulação financeira é o recebimento da contribuição por parte da entidade de previdência, conforme § 2º do art. 101 da Circular Susep nº 648/21.

O montante recebido pela entidade de previdência a título de contribuição é dividido em “contribuição pura” e “carregamento”. O carregamento é definido como a importância destinada a atender às despesas administrativas e de comercialização do plano.

Nos casos (raros) em que o recurso recebido não for prontamente identificado como uma contribuição, ou seja, não se tenha qualquer conhecimento da sua origem, a supervisionada deve reconhecer uma obrigação relativa a depósitos de terceiros:

Recebimento de recurso em conta não identificado

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11131	Disponível/ <u>Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)</u>	
C	21551	<u>Depósitos de Terceiros/Valores a Reclassificar - Previdência Complementar/Valores a Reclassificar - Previdência Complementar (P)</u>	Valor do crédito em conta não identificado

Caso haja imediata identificação de que se trata de aporte para plano de previdência, o trânsito do saldo por depósito de terceiros não deve ser realizado.

Uma vez identificado enquanto contribuição de participante de plano de previdência, faz-se o lançamento inicial de transição desse valor pelas contas de resultado:

Identificação dos recursos junto à instituição bancária.

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21551	<u>Depósitos de Terceiros/Valores a Reclassificar - Previdência Complementar/Valores a Reclassificar - Previdência Complementar (P)</u>	
		ou	
	11131	<u>Disponível/Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)*</u>	
C	331281	<u>Rendas de Contribuições/Receitas de Contribuições - Planos Não Bloqueados/Planos de Contribuição Variável/Riscos Recebidos (R)</u>	Valor do aporte identificado
		ou	
	3111111*	<u>Prêmios Ganhos/Prêmios Emitidos/Prêmios de Seguros/Diretos/Prêmios - Riscos Emitidos (R)**</u>	

* usar esta conta contábil em caso de imediata identificação de que se trata de recurso proveniente de participante de plano de previdência e que, portanto, não transitou em depósito de terceiros previamente.

**Utilizar esta conta contábil para os produtos classificados como seguros.

O montante recebido, descontado do carregamento, será em seguida cotizado e aplicado no FIE correspondente.

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11261111	<u>Aplicações/Quotas de Fundos de Investimentos/Vinculadas à Cobertura de Provisões Técnicas/ Quotas de Fundos de Investimentos Especialmente Constituídos/Fundos</u>	

		Especialmente Constituídos – Garantidoras de Planos de Benefícios/Valor Original	
C	11131	Disponível/ <u>Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos – Movimento – País (A)</u>	Valor da contribuição menos carregamento cobrado

3.2.2 Constituição e Atualização da PMBAC

No momento que ocorre a identificação dos recursos, o carregamento, se cobrado do participante, é reconhecido no resultado da entidade de previdência privada, tendo em vista a constituição da PMBAC que será realizada pelo montante da contribuição pura, de modo que a diferença seja apropriada ao resultado como receita.

Reconhecimento da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC).

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3322181	<u>Variação das Provisões Técnicas/Variação das Provisões Técnicas – Planos Não Bloqueados/Provisão Matemática de Benefícios a Conceder/Planos de Contribuição Variável/P.G.B.L</u>	
		ou	
	31183221*	<u>Prêmios Ganhos/Variação das Provisões Técnicas/Provisão Matemática de Benefícios a Conceder/Vida Individual e com Cobertura de Sobrevivência/Pagamento por Sobrevivência - Renda – Capitalização/Renda Vitalícia (R)*</u>	
C	2172181	<u>Provisões Técnicas – Previdência Complementar/Planos Não Bloqueados/Provisão Matemática de Benefícios a Conceder/Planos de Contribuição Variável/P.G.B.L. (P)</u>	Valor da contribuição pura
		ou	
	2163151*	<u>Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros/Provisões Técnicas - Vida Individual e com Cobertura de Sobrevivência/Provisão Matemática de Benefícios a Conceder/Vida Gerador de Benefícios/Vida Gerador de Benefícios (P)*</u>	

Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador

*Utilizar esta conta contábil para os produtos classificados como seguros. No caso da conta 31183221, o último dígito será diferente para as diversas formas de renda, sendo “1” para renda vitalícia, “2” para renda temporária e “3” para renda por prazo certo.

Após a identificação do recurso como um aporte a ser destinado para fundo relativo a plano de previdência e antes da necessária cotização, a companhia deverá manter o recurso em Provisão de Resgate e Outros Valores a Regularizar (PVR).

Ao realizar o os lançamentos demonstrados acima, restará apresentado no resultado do período o valor do carregamento, que constitui a receita da operação de acordo com os conceitos contábeis atuais.

No caso dos produtos PGBL e VGBL, a rentabilidade do FIE onde os recursos da PMBAC estão aplicados são totalmente repassados ao participante. Assim, a remuneração da PMBAC correspondente à rentabilidade do respectivo FIE deve ser registrada conforme lançamento a seguir

Reconhecimento da Atualização da PMBAC devido a rentabilidade de do FIE.

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	362711	<u>Despesas Financeiras/Despesas Financeiras com Provisões Técnicas - Previdência Complementar - Planos Não Bloqueados/Provisão Matemática de Benefícios a Conceder/Juros (R)</u>	
	ou	ou	
	362411*	<u>Despesas Financeiras/Despesas Financeiras com Provisões Técnicas - Vida Individual e Vida com Cobertura de Sobrevivência/Provisão Matemática de Benefícios a Conceder/Juros (R)*</u>	
C	2172181	<u>Provisões Técnicas – Previdência Complementar/Planos Não Bloqueados/Provisão Matemática de Benefícios a Conceder/Planos de Contribuição Variável/P.G.B.L. (P)</u>	Remuneração da PMBAC conforme rentabilidade do FIE
	ou	ou	
	2163151*	<u>Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros/Provisões Técnicas - Vida Individual e com Cobertura de Sobrevivência/Provisão Matemática de Benefícios a Conceder/Vida Gerador de Benefícios/Vida Gerador de Benefícios (P)*</u>	

*Utilizar esta conta contábil para os produtos classificados como seguros. No caso da conta 31183221, o último dígito será diferente para as diversas formas de renda, sendo “1” para renda vitalícia, “2” para renda temporária e “3” para renda por prazo certo.

3.2.3 Reconhecimento do Excedente Financeiro

Para os contratos de previdência que preveem a reversão de resultados financeiros (atualização monetária e/ou juros) durante o período de diferimento (PRGP/VRGP, PAGP/VAGP, PRSA/VRSA e Dotal Misto com Performance) ou durante o pagamento de benefícios em forma de renda (PGBL/VGBL, PRGP/VRGP, PAGP/VAGP, PRSA/VRSA e Dotal Misto com Performance), a entidade de previdência deve registrar a obrigação decorrente da reversão de resultados financeiros na Provisão de Excedente Financeiros (PEF) para garantir o pagamento dos valores destinados à distribuição dessa rentabilidade mínima prometida até que se proceda à reversão ao participante.

Reconhecimento do excedente financeiro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	362761	<u>Despesas Financeiras/Despesas Financeiras com Provisões Técnicas - Previdência Complementar - Planos Não Bloqueados/Provisão de Excedente Financeiro/Juros (R)</u>	
	ou	ou	
	362461*	<u>Despesas Financeiras/Despesas Financeiras com Provisões Técnicas - Vida Individual e Vida com Cobertura de Sobrevivência/Provisão de Excedente Financeiro/Juros (R)*</u>	
C	217271	<u>Provisões Técnicas – Previdência Complementar/Planos Não Bloqueados/Provisão de Excedente Financeiro/Planos de Previdência (P)</u>	Montante do excedente calculado conforme regulamento e atualizado diariamente conforme valor das quotas do FIE onde estão aplicados os respectivos recursos
	ou	ou	
	216351*	<u>Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/Provisões Técnicas - Vida Individual e com Cobertura de Sobrevivência/Provisão de Excedente Financeiro/Seguro de Vida Individual (P)*</u>	

*Utilizar esta conta contábil para os produtos classificados como seguros.

Se durante o período de diferimento, o saldo da PEF oriundo dos excedentes associados aos recursos da PMBAC for revertido à própria PMBAC, deve ser realizado o seguinte registro contábil.

Reconhecimento da reversão do excedente financeiro para a PMBAC.

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	217271 ou 216351*	Provisões Técnicas – Previdência Complementar/ <u>Planos Não Bloqueados/Provisão de Excedente Financeiro/Planos de Previdência (P)</u> ou <u>Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/Provisões Técnicas - Vida Individual e com Cobertura de Sobrevivência/Provisão de Excedente Financeiro/Seguro de Vida Individual (P)*</u>	
C	2172181 ou 2163151*	<u>Provisões Técnicas – Previdência Complementar/Planos Não Bloqueados/Provisão Matemática de Benefícios a Conceder/Planos de Contribuição Variável/P.G.B.L. (P)</u> ou <u>Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros/Provisões Técnicas - Vida Individual e com Cobertura de Sobrevivência/Provisão Matemática de Benefícios a Conceder/Vida Gerador de Benefícios/Vida Gerador de Benefícios (P)*</u>	Montante do excedente revertido à PMBAC

*Utilizar esta conta contábil para os produtos classificados como seguros.

Eventualmente o saldo da PEF oriundo dos excedentes associados aos recursos da PMBAC pode ser utilizado para cobrir déficits.

Se a partir da data de concessão de benefício (capital segurado), o saldo da PEF for revertido à PMBC, a fim de aumentar a renda mensal a ser calculada, o seguinte lançamento contábil será realizado antes do cálculo da renda mensal conforme parâmetros técnicos do plano.

Reconhecimento da reversão do excedente financeiro para a PMBC

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	217271	Provisões Técnicas – Previdência Complementar/ <u>Planos Não Bloqueados/Provisão de Excedente Financeiro/Planos de Previdência (P)</u>	

	ou 216351*	ou <u>Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/Provisões Técnicas - Vida Individual e com Cobertura de Sobrevivência/Provisão de Excedente Financeiro/Seguro de Vida Individual (P)*</u>	
C	2242481 ou 2233261*	<u>Provisões Técnicas - Previdência Complementar/Planos Não Bloqueados/Provisão Matemática de Benefícios Concedidos/Planos de Contribuição Variável/Planos de Contribuição Variável (P)</u> ou <u>Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/Provisões Técnicas - Vida Individual e com Cobertura de Sobrevivência/Provisão Matemática de Benefícios Concedidos/Vida Gerador de Benefícios/Vida Gerador de Benefícios (P)*</u>	Montante do excedente revertido à PMBC

*Utilizar esta conta contábil para os produtos classificados como seguros.

Em caso de o saldo da PEF ser usado para pagamento direto ao participante, o seguinte registro deverá ser efetuado, a fim de transferir o respectivo montante da Provisão de Excedentes Financeiros para Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar, antes de ser liquidado financeiramente.

Reconhecimento da obrigação de liquidação do excedente financeiro em favor do participante

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	217271 ou 216351*	<u>Provisões Técnicas – Previdência Complementar/Planos Não Bloqueados/Provisão de Excedente Financeiro/Planos de Previdência (P)</u> ou <u>Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/Provisões Técnicas - Vida Individual e com Cobertura de Sobrevivência/Provisão de Excedente Financeiro/Seguro de Vida Individual (P)*</u>	

C	217294	<u>Provisões Técnicas – Previdência Complementar/Planos Não Bloqueados/Outras Provisões Técnicas - Previdência Complementar/Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (P)</u>	Montante do excedente revertido à PVR para posterior pagamento ao assistido.
	ou 216394*	<u>Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/Provisões Técnicas - Vida Individual e com Cobertura de Sobrevivência/Outras Provisões/Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (P)*</u>	

*Utilizar esta conta contábil para os produtos classificados como seguros.

Uma vez transferido o saldo, a entidade de previdência realiza a liquidação financeira em favor do participante.

Reconhecimento da liquidação financeira do excedente financeiro em favor do participante

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	217294	<u>Provisões Técnicas – Previdência Complementar/Planos Não Bloqueados/Outras Provisões Técnicas - Previdência Complementar/Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (P)</u>	
	ou 216394*	<u>Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/Provisões Técnicas - Vida Individual e com Cobertura de Sobrevivência/Outras Provisões/Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (P)*</u>	
C	11131	<u>Disponível/Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)</u>	Montante do excedente revertido à PVR

*Utilizar esta conta contábil para os produtos classificados como seguros.

3.2.4 Reconhecimento da Insuficiência de Provisões Técnicas Apurada pelo Teste de Adequação de Passivos (TAP)

O CPC 11 obriga as seguradoras avaliar, a cada data de balanço, se seu passivo por contrato de seguro está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se essa avaliação mostrar que o valor do passivo por contrato de seguro está inadequado à luz dos fluxos de caixa futuros estimados, toda a deficiência deve ser reconhecida no resultado. Os arts. 36 a 48 da Circular Susep nº 648/21 e Orientação da Susep específica sobre o TAP regulam o tema e estabelecem que se a insuficiência apurada for nas provisões PPNG, PMBAC ou PMBC, a contrapartida

do lançamento contábil do resultado deverá ser na Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Em caso de insuficiência apurada nas provisões relacionadas a sinistros o ajuste deverá ser realizado na respectiva provisão.

A insuficiência apurada nas provisões técnicas deve ser registrada como uma despesa no resultado (débito) e a sua contrapartida em provisão técnica específica.

Reconhecimento da insuficiência de Provisão apurada pelo TAP.

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	332294	<u>Variações das Provisões Técnicas/Varição das Provisões Técnicas - Planos Não Bloqueados/Outras Provisões Técnicas - Previdência Complementar/Provisão Complementar de Cobertura (R)</u>	
	ou		
	ou	<u>Prêmios Ganhos/Varição das Provisões Técnicas/Outras Provisões Técnicas/Provisão Complementar de Cobertura (R)*</u>	

	311885*		
C	2163951	Provisões Técnicas – Previdência Complementar/ <u>Planos Não Bloqueados/Outras Provisões Técnicas - Previdência Complementar/Provisão Complementar de Cobertura/Teste de Adequação de Passivo (P)</u>	
	ou		
	2163951*	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas - Vida Individual e com Cobertura de Sobrevivência/Outras Provisões/Provisão Complementar de Cobertura/Teste de Adequação de Passivo (P)*</u>	

*Utilizar esta conta contábil para os produtos classificados como seguros.

3.2.5 Reconhecimento da taxa de estruturação e manutenção de planos de previdência e de seguros de pessoas (antiga “taxa de gestão”)

O reconhecimento contábil da taxa de estruturação e manutenção de planos de previdência e de seguros de pessoas (antiga “taxa de gestão”) é realizado a partir do momento em que ocorre a entrada efetiva de caixa em favor da entidade de previdência privada, o que costuma ocorrer via bancos.

Reconhecimento da taxa de estruturação e manutenção de planos de previdência e de seguros de pessoas (antiga “taxa de gestão”)

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11131	Disponível/ <u>Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)</u>	
C	33311	Rendas com taxa de estruturação e manutenção de planos de previdência e de seguros de pessoas e Outras Taxas / <u>Rendas com taxa de estruturação e manutenção de planos de previdência e de seguros de pessoas / Rendas com taxa de estruturação e manutenção de planos de previdência e de seguros de pessoas (R)</u>	Montante calculado conforme percentual contratado com a administradora autorizada pela CVM
	ou		

31211*	ou	
		Rendas com Taxas e Emissão de Apólices / <u>Rendas com taxa de estruturação e manutenção de planos de previdência e de seguros de pessoas</u> / <u>Rendas com taxa de estruturação e manutenção de planos de previdência e de seguros de pessoas</u> (R)*

*Utilizar esta conta contábil para os produtos classificados como seguros.

3.2.6 Reconhecimento do Resgate

O registro contábil do resgate é promovido por dois lançamentos. O primeiro diz respeito à reversão do saldo de PMBAC constituído, até então, em nome do participante para a Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar.

Reconhecimento da obrigação de liquidação do montante do benefício em favor do participante

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	2172181	Provisões Técnicas – Previdência Complementar/ <u>Planos Não Bloqueados/Provisão Matemática de Benefícios a Conceder/Planos de Contribuição Variável/P.G.B.L. (P)</u>	
	ou	ou	
	2163151*	Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas - Vida Individual e com Cobertura de Sobrevivência/Provisão</u>	

Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador

		<u>Matemática de Benefícios a Conceder/Vida Gerador de Benefícios/Vida Gerador de Benefícios (P)*</u>	
C	217294	<u>Provisões Técnicas – Previdência Complementar/Planos Não Bloqueados/Outras Provisões Técnicas - Previdência Complementar/Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (P)</u>	Montante resgatado
	ou		
	ou	<u>Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/Provisões Técnicas - Vida Individual e com Cobertura de Sobrevivência/Outras Provisões/Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (P)*</u>	
	216394*		

*Utilizar esta conta contábil para os produtos classificados como seguros.

Em sequência, o seguinte lançamento finaliza o evento com a liquidação bancária do resgate, em favor do participante, por meio de um crédito na conta bancos, tendo a sua contrapartida na conta de Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar.

Reconhecimento da liquidação financeira do montante do benefício em favor do participante

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	217294	<u>Provisões Técnicas – Previdência Complementar/Planos Não Bloqueados/Outras Provisões Técnicas - Previdência Complementar/Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (P)</u>	Montante resgatado
	ou		
	ou		

	216394*	<u>Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/Provisões Técnicas - Vida Individual e com Cobertura de Sobrevivência/Outras Provisões/Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (P)*</u>	
C	21122	Contas a Pagar/Impostos e Encargos Sociais a Recolher/Imposto de Renda Retido de Terceiros	Imposto de renda retido sobre resgate
C	11131	Disponível/ <u>Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)</u>	Montante resgatado (-) impostos retidos

*Utilizar esta conta contábil para os produtos classificados como seguros.

3.2.7 Pagamento de Benefício

O participante, ao alcançar o período de gozo de benefício, poderá recebê-lo sob a forma de pagamento único ou convertê-lo em rendas mensais, respeitando o estabelecido no contrato.

3.2.7.1 Pagamento Único

Quando o participante alcança o período de gozo de benefício e opta pelo pagamento único do montante acumulado em sua PMBAC, a entidade de previdência privada deve realizar a transferência desse montante para a Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar, no caso de produtos não relativos a coberturas de risco, ou para a Provisão de Sinistros a Liquidar, no caso de produtos relativos a coberturas de risco.

Reconhecimento da obrigação de liquidação do montante do benefício em favor do participante

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	2172181	<u>Provisões Técnicas – Previdência Complementar/Planos Não Bloqueados/Provisão Matemática de Benefícios a Conceder/Planos de Contribuição Variável/P.G.B.L.</u>	
	ou	ou	

	2163151*	<u>Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros/Provisões Técnicas - Vida Individual e com Cobertura de Sobrevivência/Provisão Matemática de Benefícios a Conceder/Vida Gerador de Benefícios/Vida Gerador de Benefícios*</u>	
C	21729427*	<u>Provisões Técnicas – Previdência Complementar/Planos Não Bloqueados/ Outras Provisões Técnicas - Previdência Complementar/ Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar/ Resgates e Outros Valores a Realizar/ Plano De Renda - Aposentadoria - Capitalização (P)</u>	Saldo da PMBAC do participante
	ou		
	21729428	<u>Provisões Técnicas – Previdência Complementar/Planos Não Bloqueados/ Outras Provisões Técnicas - Previdência Complementar/ Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar/ Resgates e Outros Valores a Realizar/ Plano de Contribuição Variável (P)</u>	
	ou		
	2163811**	<u>Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/Provisões Técnicas - Vida Individual e com Cobertura de Sobrevivência/Provisão de Sinistros a Liquidar/Administrativa/Seguros (P)*</u>	

* Este dígito varia conforme o tipo de Renda (1-Vitalícia, 2-Temporária ou 3-Por Prazo Certo).

**Utilizar esta conta contábil para os produtos classificados como seguros.

Uma vez transferido o saldo, a entidade de previdência realiza a liquidação financeira em favor do participante.

Reconhecimento da liquidação financeira do montante do benefício em favor do participante

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21729427*	<u>Provisões Técnicas – Previdência Complementar/Planos Não Bloqueados/ Outras Provisões Técnicas - Previdência Complementar/ Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar/ Resgates e Outros Valores a Realizar/ Plano De Renda - Aposentadoria - Capitalização (P)</u>	

	ou	ou	
	21729428	Provisões Técnicas – Previdência Complementar/ <u>Planos Não Bloqueados/ Outras Provisões Técnicas - Previdência Complementar/ Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar/ Resgates e Outros Valores a Realizar/ Plano de Contribuição Variável (P)</u>	
		ou	
	ou	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas - Vida Individual e com Cobertura de Sobrevivência/Provisão de Sinistros a Liquidar/Administrativa/Seguros (P)*</u>	
	2163811**		
C	11131	Disponível/ <u>Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)</u>	Saldo da PMBAC do participante

* Este dígito varia conforme o tipo de Renda (1-Vitalícia, 2-Temporária ou 3-Por Prazo Certo).

**Utilizar esta conta contábil para os produtos classificados como seguros.

3.2.7.2 Conversão em Renda e Pagamento Mensal

Se o participante optar pela conversão em renda do montante total acumulado em sua da PMBAC, a entidade de previdência privada deve realizar a transferência desse montante para a PMBC.

Reconhecimento da reversão do montante acumulado na PMBAC para a PMBC

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	2172181	Provisões Técnicas – Previdência Complementar/ <u>Planos Não Bloqueados/Provisão Matemática de Benefícios a Conceder/Planos de Contribuição Variável/P.G.B.L. (P)</u>	
	ou	ou	

	2163151*	Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas - Vida Individual e com Cobertura de Sobrevivência/Provisão Matemática de Benefícios a Conceder/Vida Gerador de Benefícios/Vida Gerador de Benefícios (P)*</u>	
C	2242481	Provisões Técnicas - Previdência Complementar/ <u>Planos Não Bloqueados/Provisão Matemática de Benefícios Concedidos/Planos de Contribuição Variável/Planos de Contribuição Variável (P)</u>	Saldo da PMBAC do participante
	ou		
	ou		
	2233261*	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas - Vida Individual e com Cobertura de Sobrevivência/Provisão Matemática de Benefícios Concedidos/Vida Gerador de Benefícios/Vida Gerador de Benefícios (P)*</u>	

*Utilizar esta conta contábil para os produtos classificados como seguros.

A opção por conversão em rendas caracteriza-se pelo pagamento mensal, por parte da entidade de previdência privada em favor de participante que atinge a fase de gozo de benefício, de montante apurado conforme parâmetros técnicos do plano contratado (taxa de juros e tábua de mortalidade). Para fins de registro mensal do valor liquidado pela entidade de previdência privada em favor de participante, deve-se realizar um registro à débito na PMBC e, em contrapartida, no Disponível (bancos).

Reconhecimento da liquidação financeira do pagamento mensal do benefício em favor do participante

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	2242481	Provisões Técnicas - Previdência Complementar/ <u>Planos Não Bloqueados/Provisão Matemática de Benefícios Concedidos/Planos de Contribuição Variável/Planos de Contribuição Variável (P)</u>	
	ou		

	ou 2233261*	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas - Vida Individual e com Cobertura de Sobrevivência/Provisão Matemática de Benefícios Concedidos/Vida Gerador de Benefícios/Vida Gerador de Benefícios (P)*</u>	
C	11131	Disponível/ <u>Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)</u>	Renda calculada conforme parâmetros técnicos do plano

*Utilizar esta conta contábil para os produtos classificados como seguros.

No caso de rendas vencidas, estas devem ser transferidas para Provisão de Sinistros a Liquidar, conforme o lançamento a seguir:

Transferência das Rendas Vencidas da PMBC para PSL

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	2242481 ou ou 2233261*	Provisões Técnicas - Previdência Complementar/ <u>Planos Não Bloqueados/Provisão Matemática de Benefícios Concedidos/Planos de Contribuição Variável/Planos de Contribuição Variável (P)</u> ou Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas - Vida Individual e com Cobertura de Sobrevivência/Provisão Matemática de Benefícios Concedidos/Vida Gerador de Benefícios/Vida Gerador de Benefícios (P)*</u>	
C	2172617* ou 2163811**	Provisões Técnicas – Previdência Complementar/ <u>Planos Não Bloqueados/Provisão de Sinistros A Liquidar/Administrativos/Plano De Renda - Aposentadoria - Capitalização (P)</u> ou Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas - Vida Individual e com Cobertura de Sobrevivência/Provisão de Sinistros a Liquidar/Administrativa/Seguros (P)*</u>	Saldo da PMBAC do participante

* Este dígito varia conforme o tipo de Renda (1-Vitalícia, 2-Temporária ou 3-Por Prazo Certo).

**Utilizar esta conta contábil para os produtos classificados como seguros.

No momento da liquidação financeira das rendas vencidas, realiza-se o registro a débito na PSL tendo como contrapartida a conta do disponível (bancos).

Reconhecimento da liquidação financeira do montante do benefício em favor do participante

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	2172617*	Provisões Técnicas – Previdência Complementar/ <u>Planos Não Bloqueados/Provisão de Sinistros A Liquidar/Administrativos/Plano De Renda - Aposentadoria - Capitalização (P)</u>	
	ou	ou	
	2163811**	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas - Vida Individual e com Cobertura de Sobrevivência/Provisão de Sinistros a Liquidar/Administrativa/Seguros (P)*</u>	
C	11131	<u>Disponível/Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)</u>	Saldo da PMBAC do participante

* Este dígito varia conforme o tipo de Renda (1-Vitalícia, 2-Temporária ou 3-Por Prazo Certo).

**Utilizar esta conta contábil para os produtos classificados como seguros.

3.2.8 Portabilidades Externas

As operações relativas às portabilidades externas não devem transitar no resultado e serão contabilizadas conforme lançamentos a seguir.

Portabilidades aceitas de outras entidades/seguradoras

Pelo recebimento do recurso financeiro portado

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11131	<u>Disponível/Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)</u>	
C	21551	Depósito de Terceiros/Valores a Reclassificar - <u>Previdência Complementar/Valores a Reclassificar Previdência Complementar (P)</u>	Recurso financeiro recebido

Pela identificação do recurso financeiro:

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21551	Depósito de Terceiros/Valores a Reclassificar - <u>Previdência Complementar/Valores a Reclassificar Previdência Complementar (P)</u>	
C	21228 Ou 213227	Débito de Operações com Seguros e Resseguros/ Seguradoras/Transferência de Carteira - Seguros (P) Débito de Operações com Previdência/ Operações de Resseguro e Repasses – Previdência Complementar / Operações de Repasses de Previdência Complementar/ Transferência de Carteira – Previdência Complementar (P)	Recurso financeiro recebido

Pela Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21228 Ou 213227	Débito de Operações com Seguros e Resseguros/ Seguradoras/Transferência de Carteira - Seguros (P) Débito de Operações com Previdência/ Operações de Resseguro e Repasses – Previdência Complementar / Operações de Repasses de Previdência Complementar/ Transferência de Carteira – Previdência Complementar (P)	
C	21631 Ou 21721	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros / Provisões Técnicas – Vida Individual e Com Cobertura de Sobrevivência / Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (P) Provisões Técnicas - Previdência Complementar / Planos Não Bloqueados/ Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (P)	Recurso financeiro recebido

Pelo investimento no fundo financeiro especialmente constituído/ativo garantidor

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	112	Aplicações (A)	
C	11131	Disponível/Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - <u>Movimento - País (A)</u>	Recurso financeiro recebido

Portabilidades aceitas de outras entidades/seguradoras

Pelo processamento da solicitação de portabilidade pelo participante

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21631	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros / Provisões Técnicas – Vida Individual e Com Cobertura de Sobrevivência / Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (P)	
	Ou 21721	Provisões Técnicas - Previdência Complementar / Planos Não Bloqueados/ Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (P)	
C	21228	Débito de Operações com Seguros e Resseguros/ Seguradoras/Transferência de Carteira - Seguros (P)	Valor a ser transferido
	Ou 213227	Débito de Operações com Previdência/ Operações de Resseguro e Repasses – Previdência Complementar / Operações de Repasses de Previdência Complementar/ Transferência de Carteira – Previdência Complementar (P)	

Pela Constituição da Provisão para Resgates e Outros Valores a Regularizar

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21228	Débito de Operações com Seguros e Resseguros/ Seguradoras/Transferência de Carteira - Seguros (P)	
	Ou 213227	Débito de Operações com Previdência/ Operações de Resseguro e Repasses – Previdência Complementar / Operações de Repasses de Previdência Complementar/ Transferência de Carteira – Previdência Complementar (P)	

C	216394	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros / Provisões Técnicas – Vida Individual e Com Cobertura de Sobrevivência / Outras Provisões / Provisão para Resgate e/ou Outros Valores a Regularizar (P)	Valor a ser transferido
	Ou 217294	Provisões Técnicas - Previdência Complementar / Planos Não Bloqueados/ Outras Provisões Técnicas – Previdência Complementar / Provisão para Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar (P)	

Pelo resgate do fundo financeiro especialmente constituído / ativo garantidor

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11131	Disponível/Bancos <u>Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País</u> (A)	
C	112	Aplicações (A)	Valor a ser transferido

Pela efetiva transferência do recurso

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	216394 Ou 217294	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros / Provisões Técnicas – Vida Individual e Com Cobertura de Sobrevivência / Outras Provisões / Provisão para Resgate e/ou Outros Valores a Regularizar (P) Provisões Técnicas - Previdência Complementar / Planos Não Bloqueados/ Outras Provisões Técnicas – Previdência Complementar / Provisão para Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar (P)	
C	11131	Disponível/Bancos <u>Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País</u> (A)	Valor a ser transferido

3.3 Escrituração Contábil das Principais Operações de Resseguro

A Circular Susep nº 648/215, em seus artigos 146 a 152, define os princípios fundamentais para o registro contábil das operações de resseguro, os quais podem ser aplicados, no que couber, ao registro do contrato de retrocessão. São eles:

- a) definições

- aceitação do contrato: momento em que a cedente e o ressegurador, seja de forma direta ou por meio de corretor de resseguro, responsabilizam-se, de maneira formalizada ou não, pela existência do contrato de resseguro; e
- acordo entre as partes: momento em que as partes concordam com as bases técnicas envolvidas.

b) reconhecimento inicial

- a seguradora, a EAPC e o ressegurador local deverão reconhecer contabilmente o prêmio de resseguro de acordo com as características de cada tipo de contrato.

i) contratos não proporcionais e facultativos

- os prêmios dos contratos automáticos não proporcionais e facultativos deverão ser reconhecidos no início de vigência ou no momento da sua aceitação, o que primeiro ocorrer, pelo valor do prêmio acordado contratualmente; e
- os prêmios adicionais referentes a ajustes posteriores ao início do contrato deverão ser reconhecidos no momento do acordo entre as partes.

ii) contratos proporcionais

- as cedentes deverão reconhecer os prêmios dos contratos proporcionais pelo valor de cada risco a ser repassado, na proporção de sua cessão;
- os resseguradores e retrocessionários deverão reconhecer os prêmios dos contratos automáticos proporcionais pelo valor estimado informado pela cedente;
- os resseguradores locais e retrocessionários poderão aplicar fator de corte nos valores estimados de prêmios, de acordo com estudo específico elaborado pelo ressegurador;
- o prêmio deverá ser apropriado por todos os meses do período de vigência do contrato;
- os resseguradores locais e retrocessionários poderão utilizar estimativas de sazonalidade para o rateio, conforme estudo próprio elaborado;
- os resseguradores locais e retrocessionários deverão ajustar os prêmios estimados já reconhecidos, assim que obtiverem informações sobre os prêmios efetivos; e
- os estudos mencionados acima deverão ser mantidos atualizados e à disposição da Susep e dos auditores independentes, em mídia digital e, quando solicitados, ser

entregues no prazo máximo de cinco dias úteis, contados da data do recebimento da solicitação.

c) diferimento

- os prêmios de resseguro/retrocessão deverão ser diferidos ao longo dos prazos a decorrer do contrato.
- as cedentes deverão diferir os prêmios dos contratos automáticos e facultativos proporcionais pelo prazo de vigência do risco.
- os prazos a decorrer dos contratos de resseguro poderão ser superiores à vigência contratual estabelecida, de acordo com as características de cada tipo de contrato.

d) alocação dos prêmios

- os prêmios de resseguro/retrocessão deverão ser alocados entre os ramos ou grupo de ramos abrangidos pelo contrato, de acordo com a exposição de prêmios estimada pela cedente.

Em conjunto com a Circular nº 648/21 as supervisionadas devem observar as orientações específicas sobre o registro contábil das operações de resseguros constantes deste manual.

As metodologias distinguem-se entre os tipos de contratos de resseguro: automáticos proporcionais, automáticos não-proporcionais e facultativos. Abordamos, ainda, as questões referentes à comissão escalonada e à participação nos lucros.

Com relação à operação de retrocessão, esta deve ser tratada de maneira análoga ao resseguro, devido às suas similaridades.

Os contratos de resseguro em sua maioria abrangem diversos ramos e/ou grupo de ramos, sendo que seus prêmios devem ser rateados entre os ramos (no caso das seguradoras) ou entre os grupos de ramos (no caso dos resseguradores) para o registro na contabilidade. Os rateios devem ser realizados de acordo com a exposição ao risco e/ou distribuição de prêmio por ramo/grupo de ramos informados pela cedente nos contratos, nos endossos e nas prestações de contas técnicas. Visando à conformidade e à comparabilidade de informações, é ideal que, nos prêmios de contratos não proporcionais que englobem mais de um ramo/grupo de ramo, o critério de rateio se baseie em informação transmitida da cedente para o ressegurador/retrocessionário e não em informação de domínio exclusivo do ressegurador/retrocessionário. Assim sendo, a contabilização dos prêmios de resseguro deverá obedecer aos seguintes critérios:

a) Contrato automático proporcional:

- Resseguradores/Retrocessionários: contabilização por contrato e grupo de ramos, de acordo com os critérios estabelecidos neste documento. Deve-se observar a regra de rateio por grupo de ramos;
- Cedente: contabilização por apólice/contrato;

b) Facultativos:

- Resseguradores/Retrocessionários: contabilização por contrato e grupo de ramos, de acordo com os critérios estabelecidos neste documento;
- Cedente: contabilização por apólice/contrato;

c) Contrato automático não-proporcional:

- Resseguradores/Retrocessionários: contabilização por contrato e grupo de ramos, de acordo com os critérios estabelecidos neste documento. Deve-se observar a regra de rateio por grupo de ramos;
- Cedente: contabilização por contrato, de acordo com os critérios estabelecidos neste documento. Deve-se observar a regra de rateio por ramo para seguradora e por grupo de ramos para o ressegurador

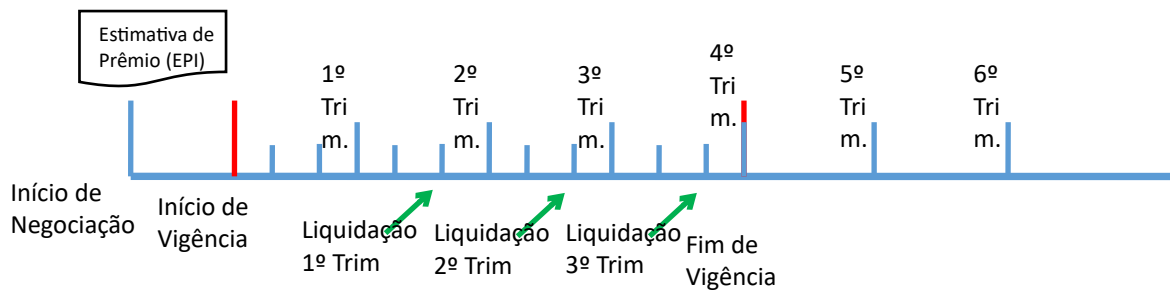
3.3.1 Orientações para Registro e Diferimento dos Prêmios Operações de Resseguro

3.3.1.1 Reconhecimento Inicial

3.3.1.1.1 Contratos Proporcionais

3.3.1.1.1.1 Resseguradores Locais

Os contratos proporcionais possuem uma dinâmica de operacionalização em que as informações são repassadas aos resseguradores, geralmente, a cada três meses, conforme exemplo abaixo.



Observação: Este exemplo foi utilizado apenas para ilustrar a operacionalização do contrato proporcional, não sendo obrigatórios os prazos mencionados acima.

Com base nesta dinâmica, o registro contábil dos prêmios de contratos proporcionais e seus requisitos estariam uniformizados.

$$EPI \begin{cases} \frac{EPI}{n} \\ \frac{EPI}{\text{sazonalidade}} \end{cases}$$

Onde:

EPI – Prêmio estimado a ser cedido ao ressegurador

n – Número de meses de vigência do contrato

sazonalidade – Sazonalidade aplicada ao EPI no respectivo mês

O EPI (*Estimate Premium Income*) corresponde a uma estimativa dos prêmios de seguros totais que serão, em parte, cedidos pela cedente ao ressegurador. Durante a vigência do contrato, a cedente cederá um conjunto de apólices. Entretanto, no início do contrato, a cedente não tem como assegurar o montante exato a ser repassado. Desta forma, a cedente realiza uma estimativa da receita de prêmio de seguro que, em parte, será repassada ao longo da vigência do contrato.

O ressegurador local poderá se utilizar de um fator de corte a ser aplicado no EPI. Este fator de corte corresponde a uma ponderação estatística, geralmente menor do que 1 (um), utilizada pelos resseguradores para ajustar o EPI informado pela cedente. Como o EPI é um montante estimado, este valor pode não ser cumprido integralmente, assim, o fator de corte ajusta a estimativa de prêmio informada pela cedente para um valor mais realista, de acordo com o estudo específico do ressegurador.

O fator de corte poderá ser utilizado na metodologia desde que o mesmo seja mensurado e auditado pelo auditor independente, com a devida menção e divulgação nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, sem o comprometimento de suas informações estratégicas.

A fim de proporcionar maior visibilidade aos usuários das demonstrações financeiras dos resseguradores, o prêmio estimado será registrado em conta contábil específica e seu saldo será ajustado à medida que as contas técnicas sejam recepcionadas, conforme exemplo de ajustamento do EPI demonstrado mais adiante.

Assim, o prêmio de resseguro estimado deverá ser registrado na conta Prêmios a Receber - Prêmio Estimado.

O ajustamento do EPI deve ser realizado posteriormente à emissão dos prêmios, com base no prêmio efetivamente emitido pela cedente no período de referência. Sendo assim, uma vez recepcionada a conta técnica do trimestre “x” com a informação do prêmio emitido no período “x”, o ressegurador deverá realizar o ajuste. Para tanto, deve estornar o prêmio da conta de Prêmios a Receber - Prêmio Estimado e registrar o prêmio efetivamente realizado e informado pela cedente na conta de Prêmios a Receber - Prêmio Efetivo, não sendo permitido modificar as estimativas para os próximos meses.

Em regra, não será permitida a reavaliação das estimativas para os próximos meses, exceto quando houver uma mudança contratual, devidamente formalizada, que altere as estimativas de prêmio inicialmente previstas.

Exemplo₁:

- Premissas

EPI do Ressegurador	12.000
Início de Vigência	01/01/20X1
Fim de Vigência	31/12/20X1

Prestação de Contas Trimestral

Envio da Conta até 30 dias após o fechamento do trimestre

Liquidação de contas até 30 dias após a concordância do ressegurador

Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador

Conta Técnica - 1º Trim		Conta Técnica - 3º Trim	
Prêmio Emitido no Trimestre	1,500.00	Prêmio Emitido no Trimestre	4,000.00
Prêmio Emitido e pago no Trimestre	900.00	Prêmio Emitido e pago no Trimestre	2,700.00
Prêmio a ser pago nos próximos Trimestres	600.00	Prêmio a ser pago nos próximos Trimestres	1,800.00

Conta Técnica - 2º Trim		Conta Técnica - 4º Trim	
Prêmio Emitido no Trimestre	1,500.00	Prêmio Emitido no Trimestre	1,000.00
Prêmio Emitido e pago no Trimestre	1,600.00	Prêmio Emitido e pago no Trimestre	700.00
Prêmio a ser pago nos próximos Trimestres	500.00	Prêmio a ser pago nos próximos Trimestres	2,100.00

Conta Técnica - 5º Trim	
Prêmio Emitido no Trimestre	0.00
Prêmio Emitido e pago no Trimestre	2,100.00
Prêmio a ser pago nos próximos Trimestres	0.00

Tabela 1 – Registro contábil do Contrato Proporcional

	Jan/20X1	Fev/20X1	Mar/20X1	Abr/20X1	Mai/20X1	Jun/20X1	Jul/20X1	Ago/20X1	Set/20X1	Out/20X1	Nov/20X1	Dez/20X1	Jan/20X2	Fev/20X2	Mar/20X2	Abr/20X2	Mai/20X2	
Contas de Ativo	Premio Estimado	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000						
	Premios Efetivo				1.500		1.500			4.000			1.000					
	Premios a Receber	1.000	1.000	1.000	-500	100	1.000	-500	-600	1.000	2.000	-1.700	1.000	-2.000	-700	0	0	-2.100
Contas de Resultado	Caixa				900		900		1.600		2.700		700					
	Prêmio Emitido Efetivo	0	0	0	1.500	0	1.500	0	0	4.000	0	0	1.000					
	Prêmio Emitido Estimado	1.000	1.000	1.000	-2.000	1.000	1.000	-2.000	1.000	1.000	-2.000	1.000	1.000	-3.000	0	0	0	0
	Prêmio Emitido Total	1.000	1.000	1.000	-500	1.000	1.000	-500	1.000	1.000	2.000	1.000	1.000	-2.000	0	0	0	0

ACUMULADO																		
	Jan/20X1	Fev/20X1	Mar/20X1	Abr/20X1	Mai/20X1	Jun/20X1	Jul/20X1	Ago/20X1	Set/20X1	Out/20X1	Nov/20X1	Dez/20X1	Jan/20X2	Fev/20X2	Mar/20X2	Abr/20X2	Mai/20X2	
Contas de Ativo	Premio Estimado	1.000	2.000	3.000	4.000	5.000	6.000	7.000	8.000	9.000	10.000	11.000	12.000	12.000	12.000	12.000	12.000	
	Premios Efetivo	0	0	0	-3.000	-3.000	-3.000	-6.000	-6.000	-6.000	-9.000	-9.000	-9.000	-12.000	-12.000	-12.000	-12.000	
	Premios a Receber	1.000	2.000	3.000	2.500	2.600	3.600	3.100	2.500	3.500	5.500	3.800	4.800	2.800	2.100	2.100	2.100	0
Contas de Resultado	Caixa	0	0	0	0	900	900	900	2.500	2.500	2.500	5.200	5.200	5.200	5.900	5.900	5.900	8.000
	Prêmio Emitido Efetivo	0	0	0	1.500	1.500	1.500	3.000	3.000	3.000	7.000	7.000	7.000	8.000	8.000	8.000	8.000	
	Prêmio Emitido Estimado	1.000	2.000	3.000	1.000	2.000	3.000	1.000	2.000	3.000	1.000	2.000	3.000	0	0	0	0	0
	Prêmio Emitido Total	1.000	2.000	3.000	2.500	3.500	4.000	5.000	6.000	8.000	9.000	10.000	8.000	8.000	8.000	8.000	8.000	

Este exemplo foi utilizado apenas para ilustrar a operacionalização do contrato proporcional, não sendo obrigatórios os prazos mencionados. Assim, o contrato poderá possuir prazos diferentes e pagamentos em períodos posteriores ao demonstrado acima.

Para fins de aplicação deste exemplo consideram-se as seguintes definições:

a) Prêmio Emitido: prêmio de resseguro a ser registrado pelo ressegurador. Corresponde ao prêmio de seguro a ser repassado pela cedente ao ressegurador em contrato proporcional com a aplicação das respectivas taxas e percentuais de resseguro;

b) Prêmio Emitido Pago: prêmio de resseguro a ser recebido pelo ressegurador, para o qual o respectivo prêmio de seguro já foi pago pelo segurado e que será repassado ao ressegurador em contrato proporcional com a aplicação das respectivas taxas e percentuais de resseguro.

c) Prêmio a ser Pago: prêmio de resseguro a ser recebido pelo ressegurador para o qual o prêmio de seguro ainda não foi pago pelo segurado e que será repassado ao ressegurador em contrato proporcional com a aplicação das respectivas taxas e percentuais de resseguro, em prestação de conta posterior.

Observações:

- O EPI é registrado pró-rata nas contas de Prêmios Estimados de acordo com a vigência do contrato. Nesse exemplo, como temos 12 meses de vigência, consideramos R\$12.000,00/12, o que resulta em R\$1.000,00 por mês de vigência de Prêmio Estimado.
- Note que, neste exemplo, o fator de corte é 1(um), ou seja, o EPI é contabilizado integralmente.

Para os casos em que o Ressegurador obtém de modo mensal a informação dos Prêmios Efetivos Emitidos pela cedente, como acontece em quando cedente e ressegurador fazem parte de um mesmo grupo econômico, o registro contábil pode ser realizado somente pelo prêmio efetivo, sem a necessidade de haver o registro inicial prêmio estimado e seu posterior estorno.

A comissão de resseguro é registrada em conta redutora do Prêmio de Resseguro, portanto o seu registro ocorrerá de forma análoga ao prêmio. A comissão de resseguro é uma remuneração paga pelo ressegurador à cedente para ressarcir os seus custos administrativos na administração das apólices (exemplo: comissão de corretagem de seguro, despesas com sinistros, despesas em geral), uma vez que estes custos, de modo geral, são arcados exclusivamente pela cedente.

A comissão de corretagem é a remuneração paga ao corretor de resseguro. De modo geral é definida como um percentual do prêmio de resseguro e, caso o prêmio de resseguro sofra alguma modificação, a comissão de corretagem também será modificada. Em regra, o registro contábil da comissão de corretagem seguirá a mesma metodologia dos prêmios proporcionais.

Nos casos em que ocorrer adiantamento de comissão de resseguro sem que haja a emissão do prêmio correspondente, o ressegurador deverá, quando do efetivo pagamento desse valor, realizar o

registro contábil na conta Créditos das Operações com Seguros e Resseguro e, em contrapartida, na conta Caixa. No momento da prestação de contas, deverá ser reconhecida a comissão efetiva - relacionada com os prêmios efetivamente emitidos – na conta Comissão Efetiva (Redutora de Prêmio de Resseguro Efetivo e, em contrapartida, na conta Créditos das Operações com Seguros e Resseguro.

Os resseguradores recebem, por meio das prestações de contas, as informações relativas aos sinistros ocorridos no período que estão cobertos pelo contrato de resseguro proporcional. O recebimento da prestação de contas pode ser considerado como fato gerador para o registro dos sinistros. Deste modo, o ressegurador poderá realizar a constituição da Provisão de Sinistros a Liquidar quando receber a prestação de contas da cedente, mesmo que antes disto receba da cedente informações com avisos individuais de sinistros. Em regra, não é obrigatório para o ressegurador o registro de sinistros antes da recepção da prestação de contas.

Para os casos em que ocorrer aviso de sinistro que se configure como solicitação de adiantamento da recuperação de sinistros específicos e identificáveis, antes da cedente efetivar a liquidação junto ao segurado, o ressegurador deverá considerar a data desse aviso como fato gerador para realizar o registro contábil do aviso do sinistro (constituição da PSL); e, quando do efetivo pagamento desse valor, deverá considerar este como fato gerador para realizar o registro contábil da liquidação do sinistro (baixa da PSL).

Para os casos em que ocorrer adiantamento não diretamente relacionado a sinistros específicos e identificáveis, o ressegurador deverá, quando do efetivo pagamento desse valor, realizar o registro contábil na conta Créditos das Operações com Seguros e Resseguro em contrapartida da conta Caixa.

3.3.1.1.1.2 Cedentes

Diferentemente dos resseguradores, no momento de aceitação dos riscos, as cedentes possuem a informação real dos prêmios a serem cedidos nos contratos de resseguro, salvo se ocorrer algum fato novo no decorrer do contrato.

Assim, o prêmio a ser cedido em resseguro/retrocessão pelas cedentes deve ser registrado no valor integral da cessão (para as seguradoras, no valor integral da emissão da apólice e/ou endosso). A comissão de resseguro deve ser contabilizada de forma análoga ao prêmio.

Nos casos em que ocorrer adiantamento de comissão de resseguro sem que haja a emissão do prêmio correspondente, a cedente deverá, quando do efetivo recebimento desse valor, realizar o

registro contábil na conta Caixa e, em contrapartida, na conta Débito das Operações com Seguros e Resseguro. Com a ocorrência da emissão dos prêmios cobertos pelo contrato de resseguro, a cedente deverá realizar a apropriação da comissão aos prêmios cedidos em resseguro correspondentes.

Para os casos em que ocorrer adiantamento da recuperação de sinistros específicos e identificáveis, antes da cedente efetivar a liquidação junto ao segurado, a cedente deve, quando do efetivo recebimento desse valor, realizar o registro contábil do adiantamento na conta Caixa e, em contrapartida, a baixa do Ativo de Resseguro de PSL correspondente.

Para os casos em que ocorrer adiantamento não diretamente relacionado a sinistros específicos e identificáveis, a cedente deve, quando do efetivo pagamento desse valor, realizar o registro contábil na conta Caixa e, em contrapartida, na conta Débitos das Operações com Seguros e Resseguros.

3.3.1.1.2 Contratos Não-Proporcionais

Os contratos não proporcionais possuem características bem distintas dos contratos proporcionais. O não-proporcional é contratado para uma carteira de riscos, não havendo necessariamente uma relação direta com as apólices emitidas pela cedente dentro da vigência do contrato de resseguro (exemplos: contrato na base de cessão de *loss occurring* ou contrato do tipo *stop loss*).

O contrato não-proporcional é precificado com base numa exposição esperada, informada pela cedente, que pode ser medida pela importância segurada (IS), pelo volume de prêmio (contratos não-proporcionais por risco), por fatores de sinistralidade (*stop loss*), entre outros fatores, etc.

O preço do contrato e o prêmio mínimo são estabelecidos no seu início. Mesmo que a exposição esperada não seja cumprida, a cedente paga o prêmio mínimo ao ressegurador.

Definições Importantes:

Prêmio Mínimo (PM) – prêmio a ser pago pela cedente ao ressegurador, independente do cumprimento da exposição prevista.

Prêmio Depósito (PD) – prêmio geralmente menor ou igual ao prêmio mínimo. Tem como objetivo principal promover um desembolso de caixa menor para a cedente durante a vigência do contrato. Desta forma, os resseguradores proporcionam um alívio de caixa para a cedente.

Prêmio de Ajuste (PA) – prêmio a ser pago, geralmente ao final do contrato, aplicando-se uma taxa de ajuste, previamente estabelecida, ao volume de exposição efetivamente realizado pela cedente (a medida de exposição será definida no contrato, geralmente é a receita de prêmio), deduzindo-se o Prêmio Depósito e observando-se o Prêmio Mínimo.

Prêmio de Reintegração (PR) – prêmio a ser pago para que a cobertura do contrato não-proporcional volte a ser estabelecida após a ocorrência de um sinistro. Geralmente é liquidado de forma simultânea à recuperação do sinistro.

3.3.1.1.2.1 Resseguradores Locais

O Prêmio Mínimo deve ser registrado na conta de Prêmios a Receber - Prêmios Efetivos, se este for maior ou igual que o Prêmio Depósito. Caso o PD seja superior ao PM, o valor registrado deverá ser o do PM e, ajustado conforme acordado em contrato e, quando omissivo, ao final do contrato, este valor será acrescido da conta de Prêmios a Receber - Prêmios Efetivos.

Exemplo₂:

- Premissas

Início de Vigência 01/01/20X1

Fim de Vigência 31/12/20X1

Vigência padrão das apólices aceitas pela cedente que serão cedidas no contrato de resseguro: 12 meses

Prêmio Mínimo 12.000

Prêmio Depósito 12.000

Pagamento em 4 parcelas sendo a primeira 60 dias após o início de vigência e as demais em 90 dias após o pagamento da parcela anterior.

Base de Cessão: Risk Attaching

Tabela 2 – Registro Contábil do Contrato Não-Proporcional

		Jan/20X1	Fev/20X1	Mar/20X1	Abr/20X1	Mai/20X1	Jun/20X1	Jul/20X1	Ago/20X1	Set/20X1	Out/20X1	Nov/20X1	Dez/20X1
Contas de Ativo	Premios a Receber	12,000	0	0	0	-3,000	0	0	-3,000	0	0	-3,000	0
	Caixa		3,000			3,000			3,000			3,000	
Contas de Resultado	Prêmio Emitido	12,000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

ACUMULADO

		Jan/20X1	Fev/20X1	Mar/20X1	Abr/20X1	Mai/20X1	Jun/20X1	Jul/20X1	Ago/20X1	Set/20X1	Out/20X1	Nov/20X1	Dez/20X1
Contas de Ativo	Premios a Receber	12,000	9,000	9,000	9,000	6,000	6,000	6,000	3,000	3,000	3,000	0	0
	Caixa	0	3,000	3,000	3,000	6,000	6,000	6,000	9,000	9,000	9,000	12,000	12,000
Contas de Resultado	Prêmio Emitido	12,000	12,000	12,000	12,000	12,000	12,000	12,000	12,000	12,000	12,000	12,000	12,000

O Prêmio de Reintegração deverá ser calculado de acordo com o contrato e registrado, integralmente, na conta de Prêmio de Resseguro - Prêmios Efetivos no momento do aviso do sinistro ressegurado.

O Prêmio de Ajuste deverá ser registrado na conta de Prêmio de Resseguro - Prêmios Efetivos no momento em que o ressegurador que tomar conhecimento de que a exposição ao risco excedeu o patamar inicialmente estipulado, conforme estabelecido no contrato.

Os valores de comissão de resseguro e comissão de corretagem dos contratos não-proporcionais devem seguir os mesmos critérios de reconhecimento dos prêmios listados anteriormente em suas respectivas contas.

Os ajustes negativos como, por exemplo, os causados por cancelamentos, depois de superado o Prêmio Mínimo, deverão ser registrados no momento em que são reconhecidos pelo ressegurador.

3.3.1.1.2.2 Cedentes

O contrato de resseguro não-proporcional é adquirido para proteção de uma carteira. Conforme o tipo e/ou a base de cessão, nem a cedente nem o ressegurador conseguem determinar exatamente, num determinado momento, quais apólices estariam expostas neste contrato.

Diferentemente do seguro proporcional, em que o ressegurador se vincula às apólices cedidas pela cedente, no contrato não-proporcional o ressegurador se vincula a sinistros, na forma de sinistros individuais, sinistros agregados ou sinistralidades.

O prêmio do resseguro não-proporcional é negociado com base na probabilidade dos valores de sinistros excederem um limite previamente estabelecido.

Desta forma, o prêmio mínimo do contrato não-proporcional deve ser registrado no início do contrato como prêmio de resseguro cedido, seguindo o critério de registro deste prêmio adotado pelo ressegurador.

Caso haja contratos intitulados de contratos automáticos não-proporcionais que possuem uma vinculação e cessão risco a risco, tais contratos devem seguir o processo de contabilização dos contratos proporcionais.

O Prêmio de Ajuste deverá ser registrado pela cedente quando esta apurar que a exposição ao risco coberto pelo contrato de resseguro excede o patamar inicialmente estipulado, conforme definido contratualmente. A cedente deve informar ao ressegurador o saldo do Prêmio de Ajuste apurado.

O Prêmio de Reintegração deve ser registrado na conta Prêmio de Resseguro Cedido no momento do aviso do sinistro ressegurado.

Os ajustes negativos como, por exemplo, os causados por cancelamento de apólices de seguros, depois de superado o Prêmio Mínimo, deverão ser registrados no momento em que são reconhecidos pela cedente.

Os valores de comissão de resseguro e comissão de corretagem dos contratos não-proporcionais devem seguir os mesmos critérios de reconhecimento dos prêmios listados anteriormente em suas respectivas contas.

3.3.1.1.3 Contratos Facultativos

3.3.1.1.3.1 Resseguradores Locais

Os contratos facultativos funcionam de forma muito similar à emissão das apólices pelas cedentes, isto é, no início do contrato o ressegurador conhece o prêmio a ser recebido e a vigência do risco, podendo assim registrar o prêmio efetivo a ser recebido. Assim, o prêmio do contrato facultativo deve ser registrado pelo valor pactuado no contrato no momento da aceitação do risco, na conta Prêmios a Receber - Prêmios Efetivos.

Caso haja algum endosso com alteração de prêmio e/ou alteração de vigência, o mesmo deve ser considerado utilizando-se a mesma metodologia do risco original.

Os valores de comissão de resseguro e comissão de corretagem dos contratos facultativos devem seguir os mesmos critérios de reconhecimento dos prêmios listados anteriormente em suas respectivas contas.

3.3.1.1.3.2 Cedentes

Assim como os resseguradores, a cedente conhece em seus riscos facultativos as características das apólices no momento da aceitação do negócio e repasse do mesmo. Desta forma, o prêmio cedido deste contrato deve ser registrado na conta de Prêmio de Resseguro Cedido.

Os valores de comissão de resseguro dos contratos facultativos devem seguir os mesmos critérios de reconhecimento dos prêmios listados anteriormente em suas respectivas contas.

3.3.1.2 Diferimento

3.3.1.2.1 Contratos Proporcionais

3.3.1.2.1.1 Resseguradores Locais

O diferimento dos prêmios de contratos proporcionais tem como objetivo realizar a apropriação das receitas em consonância com o regime de competência e, assim, resguardar a exposição à qual o ressegurador está submetido, utilizando-se as melhores informações que este possui.

O diferimento do prêmio deve ser realizado pelo período estimado de risco a decorrer das apólices inseridas no contrato, isto é, o ressegurador deve estimar uma vigência padrão dessas apólices para utilizar como fator de prazo dos riscos inseridos no contrato.

O método apresentado a seguir não tem como objetivo determinar regra específica a ser utilizada por todo ressegurador local para diferimento dos prêmios de contratos proporcionais, mas sim demonstrar o conceito mínimo de diferimento do prêmio a ser utilizado pelo ressegurador.

Exemplo₃:

- Premissas

Vigência padrão das apólices aceitas pela cedente que serão cedidas no contrato de resseguro: 12 meses

Vigência do Contrato: 12 meses

Emissão da cedente é realizada em média no meio do mês

Base de Cessão: Risk Attaching

Observação: De acordo com a base de cessão adotada, é possível que uma apólice com vigência de 12 meses seja aceita no último mês de cobertura do contrato de resseguro. Sendo assim, pelas características da base de cessão, esta apólice está coberta durante toda a sua vigência pelo contrato de resseguro firmado. Isso justifica a utilização do prazo padrão de vigência das apólices para diferimento do prêmio, ainda que o contrato de resseguro tenha sua vigência encerrada.

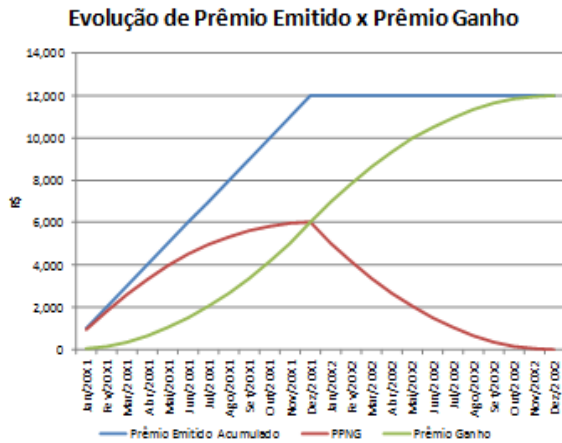


Gráfico 1– Prêmio Emitido e Prêmio Ganho de um contrato proporcional com EPI realizado exatamente igual ao EPI estimado.

	Prêmio Emitido Acumulado	PPNG	Prêmio Ganho
Jan/20X1	1,000	958	42
Fev/20X1	2,000	1,833	167
Mar/20X1	3,000	2,625	375
Abr/20X1	4,000	3,333	667
Mai/20X1	5,000	3,958	1,042
Jun/20X1	6,000	4,500	1,500
Jul/20X1	7,000	4,958	2,042
Ago/20X1	8,000	5,333	2,667
Set/20X1	9,000	5,625	3,375
Out/20X1	10,000	5,833	4,167
Nov/20X1	11,000	5,958	5,042
Dez/20X1	12,000	6,000	6,000
Jan/20X2	12,000	5,042	6,958
Fev/20X2	12,000	4,167	7,833
Mar/20X2	12,000	3,375	8,625
Abr/20X2	12,000	2,667	9,333
Mai/20X2	12,000	2,042	9,958
Jun/20X2	12,000	1,500	10,500
Jul/20X2	12,000	1,042	10,958
Ago/20X2	12,000	667	11,333
Set/20X2	12,000	375	11,625
Out/20X2	12,000	167	11,833
Nov/20X2	12,000	42	11,958
Dez/20X2	12,000	0	12,000

Tabela 3 – Prêmio Emitido e Prêmio Ganho de um contrato proporcional com EPI realizado exatamente igual ao EPI estimado.

* Prêmio Emitido Acumulado do Contrato

O exemplo acima tem como premissa o exato cumprimento do valor inicialmente previsto no EPI. Caso haja alguma diferenciação no cumprimento do EPI e/ou sazonalidade na emissão dos prêmios, o comportamento seria distinto conforme Gráfico2 baseado no exemplo₁.

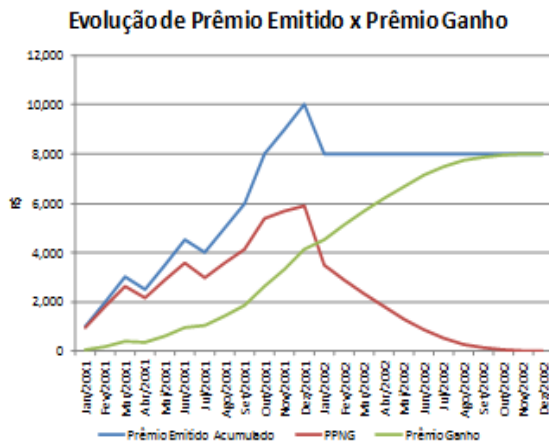


Gráfico 2 – Prêmio Emitido e Prêmio Ganho de um contrato proporcional com EPI realizado conforme exemplo 1.

	Prêmio Emitido Acumulado	PPNG	Prêmio Ganho
Jan/20X1	1,000	958	42
Fev/20X1	2,000	1,833	167
Mar/20X1	3,000	2,625	375
Abr/20X1	2,500	2,146	354
Mai/20X1	3,500	2,896	604
Jun/20X1	4,500	3,563	938
Jul/20X1	4,000	2,958	1,042
Ago/20X1	5,000	3,583	1,417
Set/20X1	6,000	4,125	1,875
Out/20X1	8,000	5,375	2,625
Nov/20X1	9,000	5,667	3,333
Dez/20X1	10,000	5,875	4,125
Jan/20X2	8,000	3,479	4,521
Fev/20X2	8,000	2,875	5,125
Mar/20X2	8,000	2,313	5,688
Abr/20X2	8,000	1,792	6,208
Mai/20X2	8,000	1,313	6,688
Jun/20X2	8,000	875	7,125
Jul/20X2	8,000	514	7,486
Ago/20X2	8,000	264	7,736
Set/20X2	8,000	125	7,875
Out/20X2	8,000	56	7,944
Nov/20X2	8,000	14	7,986
Dez/20X2	8,000	0	8,000

Tabela 4 – Prêmio Emitido e Prêmio Ganho de um contrato proporcional com EPI realizado exatamente igual ao EPI estimado.

* Prêmio Emitido Acumulado do Contrato

O exemplo acima utiliza os ajustes de EPI demonstrados no exemplo 1.

Caso algumas das premissas utilizadas sejam modificadas como, por exemplo, a vigência padrão das apólices e/ou o cumprimento do EPI, o gráfico terá um comportamento diferente dos modelos apresentados.

Os valores de diferimento de comissão de resseguro e comissão de corretagem devem seguir os mesmos critérios de diferimento dos prêmios.

3.3.1.2.1.2 Cedentes/Ativo de Resseguro e Retrocessão Cedida

Assim como descrito no item 2.1.2, a cedente possui exatamente as informações de cada apólice cedida pelo contrato de resseguro. O diferimento do prêmio dessas apólices pode ser executado na mesma proporção do diferimento do prêmio de seguro.

Os valores de diferimento de comissão de resseguro devem seguir os mesmos critérios de diferimento dos prêmios.

Cabe destacar que a parcela redutora da necessidade de cobertura de provisões técnicas da cedente é tratada em normativo específico.

3.3.1.2.2 Contratos Não-Proporcionais

3.3.1.2.2.1 Resseguradores Locais

O diferimento do prêmio deve ser realizado pelo período estimado de risco a decorrer das apólices inseridas no contrato, isto é, a vigência padrão estimada das apólices, com base nas informações fornecidas pela cedente.

O exemplo de diferimento apresentado abaixo não tem como objetivo determinar uma regra específica a ser utilizada por todo ressegurador local para diferimento dos prêmios de contratos não-proporcionais, mas sim demonstrar o conceito mínimo de diferimento do prêmio a ser utilizado pelo ressegurador.

Exemplo₄:

- Premissas

Vigência padrão das apólices aceitas pela cedente que serão cedidas no contrato de resseguro: 12 meses

Vigência do Contrato: 12 meses

Base de cessão: Risk Attaching

Emissão da cedente é realizada em média no meio do mês

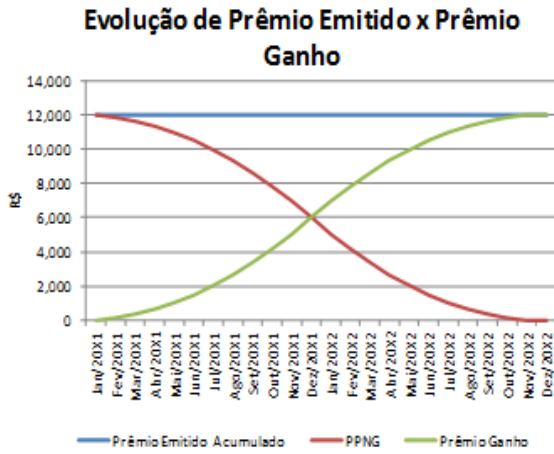


Gráfico 3 – Prêmio Emitido e Prêmio Ganho de um contrato não-proporcional

	Prêmio Emitido Acumulado	PPNG	Prêmio Ganho
Jan/20X1	12,000	11,958	42
Fev/20X1	12,000	11,833	167
Mar/20X1	12,000	11,625	375
Abr/20X1	12,000	11,333	667
Mai/20X1	12,000	10,958	1,042
Jun/20X1	12,000	10,500	1,500
Jul/20X1	12,000	9,958	2,042
Ago/20X1	12,000	9,333	2,667
Set/20X1	12,000	8,625	3,375
Out/20X1	12,000	7,833	4,167
Nov/20X1	12,000	6,958	5,042
Dez/20X1	12,000	6,000	6,000
Jan/20X2	12,000	5,042	6,958
Fev/20X2	12,000	4,167	7,833
Mar/20X2	12,000	3,375	8,625
Abr/20X2	12,000	2,667	9,333
Mai/20X2	12,000	2,042	9,958
Jun/20X2	12,000	1,500	10,500
Jul/20X2	12,000	1,042	10,958
Ago/20X2	12,000	667	11,333
Set/20X2	12,000	375	11,625
Out/20X2	12,000	167	11,833
Nov/20X2	12,000	42	11,958
Dez/20X2	12,000	0	12,000

Tabela 5 – Prêmio Emitido e Prêmio Ganho de um contrato não-proporcional

* Prêmio Emitido Acumulado do Contrato

Caso algumas das premissas utilizadas no exemplo₃ sejam modificadas, tais como a vigência padrão das apólices, lançamento dos prêmios de ajustes e reintegração ou a expectativa de exposição da cedente, as curvas de prêmio emitido e prêmio ganho também serão modificadas.

Exemplo₅:

- Premissas

Vigência padrão das apólices aceitas pela cedente que serão cedidas no contrato de resseguro: 12 meses

Vigência do Contrato: 12 meses

Base de cessão: Loss Ocurring

Emissão da cedente é realizada em média no meio do mês

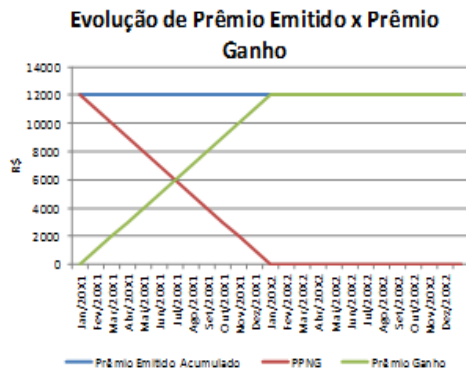


Gráfico 4 – Prêmio Emitido e Prêmio Ganho de um contrato não-proporcional

	Prêmio Emitido Acumulado	PPNG	Prêmio Ganho
Jan/20X1	12,000	11,000	1,000
Fev/20X1	12,000	10,000	2,000
Mar/20X1	12,000	9,000	3,000
Abr/20X1	12,000	8,000	4,000
Mai/20X1	12,000	7,000	5,000
Jun/20X1	12,000	6,000	6,000
Jul/20X1	12,000	5,000	7,000
Ago/20X1	12,000	4,000	8,000
Set/20X1	12,000	3,000	9,000
Out/20X1	12,000	2,000	10,000
Nov/20X1	12,000	1,000	11,000
Dez/20X1	12,000	0	12,000
Jan/20X2	12,000	0	12,000
Fev/20X2	12,000	0	12,000
Mar/20X2	12,000	0	12,000
Abr/20X2	12,000	0	12,000
Mai/20X2	12,000	0	12,000
Jun/20X2	12,000	0	12,000
Jul/20X2	12,000	0	12,000
Ago/20X2	12,000	0	12,000
Set/20X2	12,000	0	12,000
Out/20X2	12,000	0	12,000
Nov/20X2	12,000	0	12,000
Dez/20X2	12,000	0	12,000

Tabela 6 – Prêmio Emitido e Prêmio Ganho de um contrato não-proporcional

* Prêmio Emitido Acumulado do Contrato

Os valores de diferimento de comissão de resseguro e comissão de corretagem devem seguir os mesmos critérios de diferimento dos prêmios.

3.3.1.2.2.2 Cedentes/Ativo de Resseguro e Retrocessão Cedida

O diferimento do prêmio deve ser realizado pelo período estimado de risco a decorrer, tendo em vista que o contrato não-proporcional protege uma carteira de riscos, não sendo possível atrelar o prêmio do contrato não-proporcional a uma apólice ou conjunto de apólices.

O diferimento dos prêmios de contratos não-proporcionais das cedentes deve ser efetuado de acordo com a Orientações da Susep ao Mercado - Provisões Técnicas.

Cabe destacar que a parcela redutora da necessidade de cobertura de provisões técnicas da cedente é tratada em normativo específico.

3.3.1.2.3 Contratos Facultativos

3.3.1.2.3.1 Resseguradores Locais

Assim como descrito no método de contabilização dos prêmios, em que o ressegurador conhece, no momento da aceitação do contrato facultativo, as informações de vigência e valor do prêmio, é possível realizar o diferimento dos mesmos exatamente pelo prazo a decorrer do risco.

Os valores de diferimento de comissão de resseguro e comissão de corretagem devem seguir os mesmos critérios de diferimento dos prêmios.

3.3.1.2.3.2 Cedentes

Assim como descrito na contabilização dos prêmios em que a cedente possui exatamente as informações da(s) apólice(s) cedida(s) pelo contrato de resseguro facultativo, o diferimento do prêmio dessas apólices pode ser executado na mesma proporção do diferimento do prêmio de seguro.

Os valores de diferimento de comissão de resseguro e comissão de corretagem devem seguir os mesmos critérios de diferimento dos prêmios.

3.3.1.2.4 Comissão Escalonada

O contrato de resseguro pode prever uma bonificação de comissão escalonada (*sliding scale*) que varia de acordo com o resultado do contrato. No início do contrato é determinada uma comissão provisória que será utilizada como base do contrato e, de acordo com o desenvolvimento do mesmo, o resultado é apurado. De modo geral, a apuração do resultado do contrato ocorre após sua vigência podendo, assim, resultar em valores a pagar de comissão do ressegurador para a cedente ou em valores a devolver de comissão da cedente para o ressegurador.

3.3.1.2.4.1 Resseguradores Locais

O valor de comissão escalonada é geralmente apurado ao fim do contrato e o ressegurador deve adotar como boa prática o provisionamento destes valores em provisão técnica específica – Provisão de Excedente Técnico (PET). A constituição da PET, neste caso, será realizada somente se o cálculo desta provisão for efetuado por contrato.

No momento do acordo entre as partes do valor da comissão e conseqüente pagamento, este valor deverá ser debitado da PET no montante constituído para o respectivo contrato e creditado na conta Comissões Efetivas de Resseguros.

Os valores provisionados de comissão escalonada que foram objeto de cessão proporcional de retrocessão poderão ser contabilizados como um ativo de retrocessão, na proporção em que forem cedidos.

3.3.1.2.4.2 Cedente

A cedente deverá registrar o valor de comissão a receber ou a pagar na conta Comissão de Resseguro (Redutora de Passivo) no momento da apuração dos valores.

A cedente deverá, caso apure *déficit* no contrato e seja obrigada a devolver determinado montante de comissão, ajustar a provisão técnica específica – Provisão de Excedente Técnico (PET).

3.3.1.2.5 Participação nos Lucros

O contrato de resseguro poderá prever o pagamento de valores referentes a participações nos resultados (como *“No Claims Bonus”* e *“Profit Comission”*), geralmente chamados de participação nos lucros.

3.3.1.2.5.1 Ressegurador Local

O valor dessa bonificação é apurado ao fim do contrato e deverá ser registrado na conta de participação nos lucros. Atendendo ao princípio contábil da prudência, o ressegurador deve realizar o registro deste valor em provisão técnica específica – Provisão de Excedente Técnico (PET).

Os valores provisionados de participação nos lucros que foram objeto de cessão proporcional de retrocessão poderão ser contabilizados como um ativo de retrocessão, na proporção em que forem cedidos.

3.3.1.2.5.2 Cedente

De modo geral, a companhia cedente não tem passivos a serem quitados sob a ótica de participação nos lucros, uma vez que, caso o contrato apresente prejuízo, ela não deve devolver valores ao ressegurador.

Há, geralmente, nos contratos de resseguro, cláusula de compensação de déficit (*deficit carried*), em que, para efeitos contratuais, o prejuízo de um período pode ser compensado em períodos futuros. Desta forma, a cedente geralmente não paga valores de participação nos lucros e, portanto, deve registrar estes valores no momento da apuração, na conta de receitas com participações em lucros.

3.3.2 Escrituração do Resseguro na Ótica da Seguradora

Os direitos advindos dos contratos de resseguro são registrados em contas do ativo da cedente, não podendo ser compensados com as obrigações dos contratos de seguro emitidos pela mesma, conforme determina o CPC 11. As provisões técnicas de seguro (obrigações da seguradora junto ao segurado) são brutas das operações de resseguro, ou seja, não sofrem qualquer redução pelo fato de o risco ter sido transferido ao ressegurador.

3.3.2.1 Contrato Proporcional

3.3.2.1.1 Reconhecimento Inicial do Prêmio Cedido em Resseguro

Reconhecimento da despesa com prêmios cedidos em resseguro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3193111*1	Resultado com Operação de Resseguro/ <u>Despesas com Resseguro/Prêmios de Resseguros/Direto/Resseguradora Local*/Prêmios (R)</u>	
C	21231*11	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Resseguradoras/Resseguro Cedido – Resseguradora Local*/Prêmios/Riscos Emitidos (P)</u>	

* Este dígito pode variar conforme o tipo do ressegurador com o qual está sendo realizada a operação, sendo utilizado no passivo “1” para ressegurador local, “3” para ressegurador admitido e “5” para ressegurador eventual. No resultado, “1” para ressegurador local, “2” para ressegurador admitido e “3” para ressegurador eventual.

Reconhecimento da comissão de resseguro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21231*13	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Resseguradoras/Resseguro Cedido – Resseguradora Local*/Prêmios/(-) Comissões sobre Seguro Cedido Em Resseguro (P⁽⁻⁾)</u>	
C	3193111*2	Resultado com Operação de Resseguro/ <u>Despesas com Resseguro/Prêmios de Resseguros/Direto/Resseguradora Local*/Prêmios (R)</u>	XX

* Este(a) dígito (subconta) varia conforme o tipo do ressegurador com o qual está sendo realizada a operação, sendo utilizado no passivo “1” para ressegurador local, “3” para ressegurador admitido e “5” para ressegurador eventual. No resultado, “1” para ressegurador local, “2” para ressegurador admitido e “3” para ressegurador eventual.

3.3.2.1.2 Reconhecimento Inicial e Mensuração Subsequente do Ativo de Resseguro Proporcional

Diferimento da despesa com prêmio cedido em resseguro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	119111	Ativo de Resseguro e Retrocessões Diferidos/ <u>Prêmios - Resseguro/Prêmio de Resseguro Diferido - PPNG/Prêmio de Resseguro Diferido - PPNG (A)</u>	
C	3193211	Resultado com Operação de Resseguro/ <u>Despesas com Resseguro/Variação da Despesa de Resseguro/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Provisão de Prêmios Não Ganhos (R)</u>	

Diferimento da comissão de resseguro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3193212	Resultado com Operação de Resseguro/ <u>Despesas com Resseguro/Variação da Despesa de Resseguro/Provisão de Prêmios Não Ganhos/ Comissões Diferidas - Prêmios Cedidos em Resseguro (R)</u>	
C	119112	Ativo de Resseguro e Retrocessões Diferidos/ <u>Prêmios - Resseguro/Prêmio de Resseguro Diferido - PPNG/Comissões Diferidas - Prêmios Cedidos em Resseguro (A⁽¹⁾)</u>	

Apropriação da despesa com prêmio cedido em resseguro do mês

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3193211	Resultado com Operação de Resseguro/ <u>Despesas com Resseguro/Variação da Despesa de Resseguro/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Provisão de Prêmios Não Ganhos (R)</u>	
C	119111	Ativo de Resseguro e Retrocessões Diferidos/ <u>Prêmios - Resseguro/Prêmio de Resseguro Diferido - PPNG/Prêmio de Resseguro Diferido - PPNG (A)</u>	

Apropriação da comissão de resseguro do mês

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	119112	Ativo de Resseguro e Retrocessões Diferidos/ <u>Prêmios - Resseguro/Prêmio de Resseguro Diferido - PPNG/ Comissões Diferidas - Prêmios Cedidos em Resseguro (A⁽¹⁾)</u>	
C	3193212	Resultado com Operação de Resseguro/ <u>Despesas com Resseguro/Variação da Despesa de Resseguro/Provisão de Prêmios Não Ganhos/ Comissões Diferidas - Prêmios Cedidos em Resseguro (R)</u>	

3.3.2.1.3 Registro da Baixa do Prêmio Cedido de Contrato de Resseguro Proporcional

Transferência de saldo devedor (prêmio cedido) pela aceitação da prestação de conta técnica pelo ressegurador

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21231*11	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Resseguradoras/Resseguro Cedido – Resseguradora Local*/Prêmios/Riscos Emitidos (P)</u>	
C	21232**11	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Resseguradoras/Resseguro a Liquidar – Resseguradora Local**/Prêmios/Riscos Emitidos (P)</u>	

* Este(a) dígito (subconta) varia conforme o tipo do ressegurador com o qual está sendo realizada a operação, sendo utilizado no passivo “1” para ressegurador local, “3” para ressegurador admitido e “5” para ressegurador eventual.

** Este(a) dígito (subconta) varia conforme o tipo do ressegurador com o qual está sendo realizada a operação, sendo utilizado no passivo “2” para ressegurador local, “4” para ressegurador admitido e “6” para ressegurador eventual.

Transferência de saldo devedor (comissão de resseguro) pela aceitação da prestação de conta técnica pelo ressegurador

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21232*12	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Resseguradoras/Resseguro a Liquidar – Resseguradora Local*/Prêmios/(-) Comissões sobre Seguro Cedido em Resseguro (P⁽⁻⁾)</u>	
C	21231**13	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Resseguradoras/Resseguro Cedido – Resseguradora Local**/Prêmios/(-) Comissões sobre Seguro Cedido em Resseguro (P⁽⁻⁾)</u>	

* Este(a) dígito (subconta) varia conforme o tipo do ressegurador com o qual está sendo realizada a operação, sendo utilizado no passivo “2” para ressegurador local, “4” para ressegurador admitido e “6” para ressegurador eventual.

** Este(a) dígito (subconta) varia conforme o tipo do ressegurador com o qual está sendo realizada a operação, sendo utilizado no passivo “1” para ressegurador local, “3” para ressegurador admitido e “5” para ressegurador eventual.

Liquidação financeira da conta técnica aceita pelo ressegurador

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21232*11	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Resseguradoras/Resseguro a Liquidar – Resseguradora Local*/Prêmios/Riscos Emitidos (P)</u>	
C	21232*12	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Resseguradoras/Resseguro a Liquidar – Resseguradora Local*/Prêmios/(-) Comissões sobre Seguro Cedido em Resseguro (P⁽⁻⁾)</u>	
C	11131	Disponível/ <u>Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)</u>	

* Este(a) dígito (subconta) varia conforme o tipo do ressegurador com o qual está sendo realizada a operação, sendo utilizado no passivo “2” para ressegurador local, “4” para ressegurador admitido e “6” para ressegurador eventual.

3.3.2.1.4 Comissão Escalonada de Resseguro

O contrato de resseguro pode prever uma bonificação de comissão escalonada (*sliding scale*) que varia de acordo com o resultado do contrato. No início do contrato é determinada uma comissão provisória que será utilizada como base do contrato e, de acordo com o desenvolvimento do mesmo, o resultado é apurado. De modo geral, a apuração do resultado do contrato ocorre após sua vigência podendo, assim, resultar em valores a pagar de comissão do ressegurador para a cedente ou em valores a devolver de comissão da cedente para o ressegurador.

3.3.2.1.4.1 Reconhecimento Inicial e Liquidação da Comissão Escalonada de Resseguro

Reconhecimento da comissão de resseguro escalonada

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21231*13	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/Resseguradoras/Resseguro Cedido – Resseguradora Local*/Prêmios/(-) Comissões sobre Seguro Cedido em Resseguro (P ⁽⁻⁾)	
C	3193111*2	Resultado com Operação de Resseguro/Despesas com Resseguro/Prêmios de Resseguros/Direto/Resseguradora Local*/Prêmios (R)	

* Este dígito pode variar conforme o tipo do ressegurador com o qual está sendo realizada a operação, sendo utilizado no passivo “1” para ressegurador local, “3” para ressegurador admitido e “5” para ressegurador eventual. No resultado, “1” para ressegurador local, “2” para ressegurador admitido e “3” para ressegurador eventual.

Reconhecimento do recebimento da comissão de resseguro escalonada

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11131	Disponível/Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)	
C	21231*13	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/Resseguradoras/Resseguro Cedido – Resseguradora Local*/Prêmios/(-) Comissões sobre Seguro Cedido em Resseguro (P ⁽⁻⁾)	

* Este dígito pode variar conforme o tipo do ressegurador com o qual está sendo realizada a operação, sendo utilizado no passivo “1” para ressegurador local, “3” para ressegurador admitido e “5” para ressegurador eventual. No resultado, “1” para ressegurador local, “2” para ressegurador admitido e “3” para ressegurador eventual.

3.3.2.1.5 Participação nos Lucros do Contrato de Resseguro

3.3.2.1.5.1 Reconhecimento Inicial e Liquidação da Participação nos Lucros do Contrato de Resseguro

Reconhecimento inicial da participação nos lucros do contrato de resseguro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11341*8	Créditos das Operações/Resseguradoras/Resseguradora – Local*/Outros Créditos (A)	
C	319211*	Resultado com Operação de Resseguro/Receitas com Participações em Lucros/Resseguros Cedidos/Resseguradora Local* (R)	

* Este dígito varia de acordo com o tipo do ressegurador com o qual está sendo realizada a operação, sendo utilizado “1” para ressegurador local, “2” para ressegurador admitido e “3” para ressegurador eventual.

Reconhecimento da liquidação financeira da participação nos lucros do contrato de resseguro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11131	Disponível/ <u>Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)</u>	
C	11341*8	Créditos das Operações/ <u>Resseguradoras/Resseguradora – Local*/Outros Créditos (A)</u>	

* Este dígito varia de acordo com o tipo do ressegurador com o qual está sendo realizada a operação, sendo utilizado “1” para ressegurador local, “2” para ressegurador admitido e “3” para ressegurador eventual.

3.3.2.2 Contrato Não Proporcional

3.3.2.2.1 Reconhecimento Inicial do Prêmio de Resseguro Não Proporcional

Reconhecimento inicial do prêmio mínimo cedido em resseguro não proporcional

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3193111*1	Resultado com Operação de Resseguro/ <u>Despesas com Resseguro/Prêmios de Resseguros/Direto/Resseguradora Local*/Prêmios (R)</u>	
C	21231*11	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Resseguradoras/Resseguro Cedido – Resseguradora Local*/Prêmios/Riscos Emitidos (P)</u>	

* Este(a) dígito (subconta) varia conforme o tipo do ressegurador com o qual está sendo realizada a operação, sendo utilizado no passivo “1” para ressegurador local, “3” para ressegurador admitido e “5” para ressegurador eventual. No resultado, “1” para ressegurador local, “2” para ressegurador admitido e “3” para ressegurador eventual.

3.3.2.2.2 Reconhecimento Inicial e Mensuração Subsequente do Ativo de Resseguro Não Proporcional

Diferimento da despesa com prêmio mínimo depósito em resseguro não proporcional

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	119111	Ativo de Resseguro e Retrocessões Diferidos/ <u>Prêmios - Resseguro/Prêmio de Resseguro Diferido - PPNG/Prêmio de Resseguro Diferido - PPNG (A)</u>	
C	3193211	Resultado com Operação de Resseguro/ <u>Despesas com Resseguro/Varição da Despesa de Resseguro/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Provisão de Prêmios Não Ganhos (R)</u>	

Apropriação da despesa com prêmio cedido em resseguro do mês

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3193211	Resultado com Operação de Resseguro/ <u>Despesas com Resseguro/Varição da Despesa de Resseguro/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Provisão de Prêmios Não Ganhos (R)</u>	
C	119111	Ativo de Resseguro e Retrocessões Diferidos/ <u>Prêmios - Resseguro/Prêmio de Resseguro Diferido - PPNG/Prêmio de Resseguro Diferido - PPNG (A⁽¹⁾)</u>	

3.3.2.2.3 Reconhecimento e Diferimento do Prêmio de Ajuste do Contrato de Resseguro Não Proporcional

Reconhecimento da despesa com prêmio de ajuste em resseguro não proporcional

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3193111*1	Resultado com Operação de Resseguro/ <u>Despesas com Resseguro/Prêmios de Resseguros/Direto/Resseguradora Local*/Prêmios (R)</u>	
C	21231*11	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Resseguradoras/Resseguro Cedido – Resseguradora Local*/Prêmios/Riscos Emitidos (P)</u>	

* Este(a) dígito (subconta) varia conforme o tipo do ressegurador com o qual está sendo realizada a operação, sendo utilizado no passivo “1” para ressegurador local, “3” para ressegurador admitido e “5” para ressegurador eventual. No resultado, “1” para ressegurador local, “2” para ressegurador admitido e “3” para ressegurador eventual.

De acordo com orientação da Susep sobre ativos redutores, a partir de seu reconhecimento inicial, o prêmio de ajuste deverá ser diferido até o final da vigência do contrato de resseguro. O período de diferimento do prêmio de ajuste não poderá ultrapassar o término do diferimento do prêmio mínimo do contrato correspondente, encerrando-se os dois no mesmo intervalo de tempo.

Os registros contábeis ligados ao reconhecimento do ativo de resseguro oriundo do prêmio de ajuste e ao seu diferimento são operacionalizados de modo idêntico ao demonstrado no item 3.3.1.2.2.

3.3.2.2.4 Reconhecimento do Prêmio de Reintegração de Resseguro Não Proporcional

Reconhecimento da despesa com prêmio de reintegração em resseguro não proporcional

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3193111*1	Resultado com Operação de Resseguro/ <u>Despesas com Resseguro/Prêmios de Resseguros/Direto/Resseguradora Local*/Prêmios (R)</u>	
C	21231*11	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Resseguradoras/Resseguro Cedido – Resseguradora Local*/Prêmios/Riscos Emitidos (P)</u>	

* Este(a) dígito (subconta) varia conforme o tipo do ressegurador com o qual está sendo realizada a operação, sendo utilizado no passivo “1” para ressegurador local, “3” para ressegurador admitido e “5” para ressegurador eventual. No resultado, “1” para ressegurador local, “2” para ressegurador admitido e “3” para ressegurador eventual.

3.3.2.3 Contrato Facultativo

O prêmio de resseguro do contrato facultativo, seja ele proporcional ou não proporcional, deve ser registrado pelo valor previsto no acordo no momento da aceitação do risco. Na ocorrência de endossos que alterem o valor do prêmio e/ou a vigência, estes devem ser considerados pela mesma metodologia de cálculo do risco original. Os valores de comissão de resseguro desses contratos devem ser reconhecidos pelos mesmos critérios utilizados para proporcionais ou não proporcionais, conforme o caso.

3.3.2.4 Reconhecimento e Liquidação de Sinistros

Constituição da PSL

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3131111	Sinistros Ocorridos/ <u>Sinistros/Indenizações Avisadas</u> /Administrativas (ou Judiciais)/Direto (R)	
C	2161511	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas – Danos (ou Pessoas)/Provisão de Sinistros a Liquidar</u> /Administrativas (ou Judiciais)/Direto (P)	

Ajuste da PSL por expectativa de recuperação de salvados e ressarcidos (ajuste negativo de salvados e ressarcidos)

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	216156	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas – Danos (ou Pessoas)/Provisão de Sinistros a Liquidar</u> / (-) Estimativa de Salvados e Ressarcidos (P ⁽¹⁾)	
C	313114	Sinistros Ocorridos/ <u>Sinistros/Indenizações Avisadas</u> / Variação da Estimativa de Salvados e Ressarcidos - PSL (R)	

Como é decorrente da variação de uma estimativa em função de novas informações disponíveis para a seguradora, esse lançamento pode ser invertido, até o limite do saldo da conta, caso a variação na expectativa de recuperação de salvado e ressarcidos aumente a provisão de PSL.

Ajuste da PSL por aumento do IBNER (ajuste positivo de IBNER)

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3131131	Sinistros Ocorridos/ <u>Sinistros/Indenizações Avisadas</u> /Variação de Sinistros IBNER – ajuste PSL/Direto (R)	
C	21615511	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas – Danos (ou Pessoas)/Provisão de Sinistros a Liquidar</u> /IBNER/Administrativo (ou Judicial)/Direto (P)	

Como é decorrente da variação de uma estimativa em função de novas informações disponíveis para a seguradora, esse lançamento pode ser invertido, caso a variação na provisão de IBNER seja negativa (redução do passivo de PSL).

Ajuste da PSL pela regulação do sinistro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3131111	Sinistros Ocorridos/ <u>Sinistros/Indenizações Avisadas</u> /Administrativas (ou Judiciais)/Direto (R)	
C	2161511	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas – Danos (ou Pessoas)/Provisão de Sinistros a Liquidar</u> /Administrativas (ou Judiciais)/Direto (P)	

Reconhecimento do direito à indenização junto ao ressegurador

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	119311	Ativo de Resseguro e Retrocessões Diferidos/ <u>Sinistros - Resseguro/Sinistros - Pendentes de Pagamento/Sinistros - Pendentes de Pagamento</u> (A)	
C	3191111*	Resultado com Operação de Resseguro/ <u>Receitas com Resseguros/Indenização de Sinistros/Direto/Resseguradora Local</u> * (R)	

Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador

* Este dígito (desdobramento) varia de acordo com o tipo do ressegurador com o qual está sendo realizada a operação, sendo utilizado “1” para ressegurador local, “2” para ressegurador admitido e “3” para ressegurador eventual.

Reconhecimento de variação no direito à indenização junto ao ressegurador devido à variação da expectativa de salvados e ressarcidos

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	319114	Resultado com Operação de Resseguro/ <u>Receitas com Resseguros/Indenização de Sinistros/Variação da Estimativa de Salvados e Ressarcidos – PSL/Direto (R)</u>	
C	119311	Ativo de Resseguro e Retrocessões Diferidos/ <u>Sinistros - Resseguro/Sinistros - Pendentes de Pagamento/Sinistros - Pendentes de Pagamento (A)</u>	

Reconhecimento de variação no direito à indenização junto ao ressegurador devido à variação do ajuste de IBNER

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	119312	Ativo de Resseguro e Retrocessões Diferidos/ <u>Sinistros - Resseguro/Sinistros - Pendentes de Pagamento/IBNER (A)</u>	
C	3191191	Resultado com Operação de Resseguro/ <u>Receitas com Resseguros/Indenização de Sinistros/Variação de Sinistros IBNER – PSL/Direto (R)</u>	

Reconhecimento de variação no direito à indenização junto ao ressegurador por reestimativa da PSL após regulação do sinistro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	119311	Ativo de Resseguro e Retrocessões Diferidos/ <u>Sinistros - Resseguro/Sinistros - Pendentes de Pagamento/Sinistros - Pendentes de Pagamento (A)</u>	
C	3191111*	Resultado com Operação de Resseguro/ <u>Receitas com Resseguros/Indenização de Sinistros/Direto/Resseguradora Local* (R)</u>	

* Este dígito (desdobramento) varia de acordo com o tipo do ressegurador com o qual está sendo realizada a operação, sendo utilizado “1” para ressegurador local, “2” para ressegurador admitido e “3” para ressegurador eventual.

Constituição da IBNR

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	313511	Sinistros Ocorridos/ <u>Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados/Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados/Direto (R)</u>	
C	2161611	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas – Danos (ou Pessoas)/Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados/Administrativo (ou Judicial)/Direto (P)</u>	

Como é decorrente da variação de uma estimativa em função de novas informações disponíveis para a seguradora, esse lançamento pode ser invertido, caso a variação na provisão de IBNR seja negativa (redução do passivo).

Ajuste da IBNR por expectativa de salvados e ressarcidos

Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	216163	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/Provisões Técnicas – Danos (ou Pessoas)/Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados/(-) Estimativa de Salvados e Ressarcidos (P ⁽¹⁾)	
C	313513	Sinistros Ocorridos/ <u>Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados/Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados/Estimativa de Salvados e Ressarcidos (R)</u>	

Como é decorrente da variação de uma estimativa em função de novas informações disponíveis para a seguradora, esse lançamento pode ser invertido, até o limite do saldo da conta, caso a variação na expectativa de recuperação de salvados e ressarcidos aumente a provisão de IBNR.

Considerando que a seguradora possua contrato de resseguro que ceda parte dos riscos relativos ao ramo para o qual constituiu o IBNR, pode novamente fazer os lançamentos desse evento econômico. Suponhamos mais uma vez a cessão de 40% em resseguro proporcional em todos os riscos do ramo. Os lançamentos seriam:

Reconhecimento do direito junto ao ressegurador por variação de IBNR

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11932	Ativo de Resseguro e Retrocessões Diferidos/ <u>Sinistros - Resseguro/IBNR (A)</u>	
C	3191311	Resultado com Operação de Resseguro/ <u>Receitas com Resseguros/Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados/Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados/Direto (R)</u>	

Como é decorrente da variação de uma estimativa em função de novas informações disponíveis para a seguradora, esse lançamento pode ser invertido, caso a variação na provisão de IBNR seja negativa (redução do passivo).

Reconhecimento da variação no direito junto ao ressegurador devido à variação da expectativa de salvados e ressarcidos

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3191319	Resultado com Operação de Resseguro/ <u>Receitas com Resseguros/Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados/Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados/Estimativa de Salvados e Ressarcidos (R)</u>	
C	11932	Ativo de Resseguro e Retrocessões Diferidos/ <u>Sinistros - Resseguro/IBNR (A)</u>	

Como é decorrente da variação de uma estimativa em função de novas informações disponíveis para a seguradora, esse lançamento pode ser invertido, caso a variação na expectativa de recuperação de salvados e ressarcidos aumente a provisão de IBNR.

Liquidação da indenização de sinistro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	2161511	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas – Danos (ou Pessoas)/Provisão de Sinistros a Liquidar/Administrativas (ou Judiciais)/Direto (P)</u>	
C	11131	Disponível/ <u>Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)</u>	

Transferência do saldo de ativos de resseguro para créditos das operações de sinistros pagos

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11341*42	Crédito das Operações/ <u>Resseguradoras/Resseguradora Local/Sinistros /Sinistros Pagos (A)</u>	
C	119311	Ativo de Resseguro e Retrocessões Diferidos/ <u>Sinistros - Resseguro/Sinistros - Pendentes de Pagamento/Sinistros - Pendentes de Pagamento (A)</u>	

* Este dígito (desdobramento) varia de acordo com o tipo do ressegurador com o qual está sendo realizada a operação, sendo utilizado “1” para ressegurador local, “2” para ressegurador admitido e “3” para ressegurador eventual.

Liquidação financeira da conta técnica aceita pelo ressegurador

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11131	Disponível/ <u>Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)</u>	
D	21232*11	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Resseguradoras/Resseguro a Liquidar – Resseguradora Local*/Prêmios/Riscos Emitidos (P)</u>	
C	21232*12	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Resseguradoras/Resseguro a Liquidar – Resseguradora Local*/Prêmios/(-) Comissões sobre Seguro Cedido em Resseguro (P⁽¹⁾)</u>	
C	11341**42	Crédito das Operações/ <u>Resseguradoras/Resseguradora Local*/Sinistros /Sinistros Pagos (A)</u>	

* Este dígito (desdobramento) varia de acordo com o tipo do ressegurador com o qual está sendo realizada a operação, sendo utilizado “2” para ressegurador local, “4” para ressegurador admitido e “6” para ressegurador eventual.

** Este dígito (desdobramento) varia de acordo com o tipo do ressegurador com o qual está sendo realizada a operação, sendo utilizado “1” para ressegurador local, “3” para ressegurador admitido e “5” para ressegurador eventual.

3.3.3 Escrituração do Resseguro na Ótica do Ressegurador Local

3.3.3.1 Contrato Proporcional

3.3.3.1.1 Reconhecimento Inicial do Prêmio de Resseguro Proporcional (Estimado)

Reconhecimento do prêmio estimado de resseguro proporcional do mês

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	1132321	Créditos das Operações/ <u>Seguradoras - País/ Resseguro Aceito - Resseguradora Local/ Prêmios Estimados/Prêmios Estimados de Resseguros (A)</u>	
C	3211121	Prêmios Ganhos/ <u>Prêmios de Resseguros/Prêmios de Resseguros/Estimado/ Prêmios (R)</u>	

Reconhecimento da comissão estimada de resseguro proporcional do mês

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3211122	Prêmios Ganhos/ <u>Prêmios de Resseguros/Prêmios de Resseguros /Estimado/(-) Comissão Sobre Prêmios Estimados (R)</u>	
C	1132322	Créditos das Operações/ <u>Seguradoras - País / Resseguro Aceito - Resseguradora Local/ Prêmios Estimados/(-) Comissões Estimadas de Resseguros (A⁽¹⁾)</u>	

Reconhecimento da comissão estimada de corretagem de resseguro proporcional do mês

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	323311	Despesas de Corretagem/ <u>Despesas de Corretagem/Corretagem/Resseguros</u> (R)	
C	21242	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Corretores de Seguros e Resseguros/Corretagem a Pagar - Resseguros</u> (P)	

3.3.3.1.2 Constituição e Diferimento da PPNG e do Custo de Aquisição Diferido de Resseguro Proporcional (Estimado)

Reconhecimento da PPNG estimada de resseguro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	32121121	Prêmios Ganhos/ <u>Variações das Provisões Técnicas/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Resseguros/Prêmios Diferidos Estimados/Prêmios Diferidos Estimados</u> (R)	
C	21641121	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas - Resseguradora/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Direto/Riscos Emitidos Estimados/Prêmios Diferidos Estimados</u> (P)	

Reconhecimento da comissão estimada de resseguro (reduzora da PPNG)

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21641122	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas - Resseguradora/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Direto/Riscos Emitidos Estimados /(-) Comissões Diferidas Estimadas</u> (P ⁽¹⁾)	
C	32121122	Prêmios Ganhos/ <u>Variações das Provisões Técnicas/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Resseguros/Prêmios Diferidos Estimados /(-) Comissões Diferidas Estimadas</u> (R)	

Reconhecimento do custo de aquisição diferido estimado

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	118223	Custos de Aquisição Diferidos/ <u>Diferimento - Outros/Comissão de Corretagem – Resseguros/Corretagem de Resseguros</u> (A)	
C	323511	Despesas de Corretagem/ <u>Varição das Despesas de Corretagem Diferidas/Varição de Corretagens Diferidas/Resseguros</u> (R)	

Apropriação da PPNG estimada de resseguro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21641121	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas - Resseguradora/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Direto/Riscos Emitidos Estimados/Prêmios Diferidos Estimados</u> (P)	
C	32121121	Prêmios Ganhos/ <u>Variações das Provisões Técnicas/Provisão De Prêmios Não Ganhos/Resseguros/Prêmios Diferidos Estimados/Prêmios Diferidos Estimados</u> (R)	

Apropriação da comissão estimada de resseguro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	32121122	Prêmios Ganhos/ <u>Variações das Provisões Técnicas/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Resseguros/Prêmios Diferidos Estimados /(-) Comissões Diferidas Estimadas (R)</u>	
C	21641122	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas - Resseguradora/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Direto/Riscos Emitidos Estimados /(-) Comissões Diferidas Estimadas (P⁽¹⁾)</u>	

Apropriação do custo de aquisição diferido estimado

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	323511	Despesas de Corretagem/ <u>Varição das Despesas de Corretagem Diferidas/Varição de Corretagens Diferidas/Resseguros (R)</u>	
C	118223	Custos de Aquisição Diferidos/ <u>Diferimento - Outros/Comissão de Corretagem – Resseguros/Corretagem de Resseguros (A)</u>	

3.3.3.1.3 Reconhecimento do Ajuste do Prêmio de Resseguro Proporcional (Efetivo)

Reversão do registro do prêmio estimado de resseguro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3211121	Prêmios Ganhos/ <u>Prêmios de Resseguros/Prêmios de Resseguros/Estimado/ Prêmios (R)</u>	
C	1132321	Créditos das Operações/ <u>Seguradoras - País/ Resseguro Aceito - Resseguradora Local/ Prêmios Estimados/Prêmios Estimados de Resseguros (A)</u>	

Reconhecimento do prêmio efetivo de resseguro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	1132311	Créditos das Operações/ <u>Seguradoras - País/Resseguro Aceito - Resseguradora Local/Prêmios Efetivos/Prêmios Efetivos de Resseguros (A)</u>	
C	3211111	Prêmios Ganhos/ <u>Prêmios de Resseguros/Prêmios de Resseguros/Efetivo/Prêmios (R)</u>	

Reversão do registro da comissão estimada de resseguro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	1132322	Créditos das Operações/ <u>Seguradoras - País/Resseguro Aceito - Resseguradora Local/Prêmios Estimados/(-) Comissões Estimadas de Resseguros (A⁽¹⁾)</u>	
C	3211122	Prêmios Ganhos/ <u>Prêmios de Resseguros/Prêmios de Resseguros/Estimado/(-) Comissão Sobre Prêmios Estimados (R)</u>	

Reconhecimento da comissão efetiva de resseguro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3211112	Prêmios Ganhos/ <u>Prêmios de Resseguros/Prêmios de Resseguros/Efetivo /(-) Comissão Sobre Prêmios (R)</u>	

Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador

C	1132312	Créditos das Operações/Seguradoras - País/Resseguro Aceito - Resseguradora Local/Prêmios Efetivos/(-) Comissões Efetivas de Resseguros (A ⁽⁻⁾)	
---	---------	--	--

Reversão do registro da comissão estimada de corretagem de resseguro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21242	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/Corretores de Seguros e Resseguros/Corretagem a Pagar - Resseguros (P)	
C	323311	Despesas de Corretagem/Despesas de Corretagem/Corretagem/Resseguros (R)	

Reconhecimento da comissão efetiva de corretagem de resseguro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	323311	Despesas de Corretagem/Despesas de Corretagem/Corretagem/Resseguros (R)	
C	21242	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/Corretores de Seguros e Resseguros/Corretagem a Pagar - Resseguros (P)	

3.3.3.1.4 Reconhecimento do Ajuste da PPNG e do Custo de Aquisição Diferido de Resseguro Proporcional (Efetivo)

Reversão do registro da PPNG estimada de resseguro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21641121	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/Provisões Técnicas - Resseguradora/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Direto/Riscos Emitidos Estimados/Prêmios Diferidos Estimados (P)	
C	32121121	Prêmios Ganhos/Variações das Provisões Técnicas/Provisão De Prêmios Não Ganhos/Resseguros/Prêmios Diferidos Estimados/Prêmios Diferidos Estimados (R)	

Reconhecimento da PPNG efetiva de resseguro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
C	21641111	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/Provisões Técnicas - Resseguradora/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Direto/Riscos Emitidos Efetivos/Prêmios Diferidos Efetivos (P)	
D	32121111	Prêmios Ganhos/Variações das Provisões Técnicas/Resseguros/Prêmios Diferidos Efetivos/Prêmios Diferidos Efetivos (R)	

Reversão do registro da comissão estimada de resseguro (reduzora da PPNG)

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	32121122	Prêmios Ganhos/Variações das Provisões Técnicas/Provisão de Prêmios Não	

		Ganhos/Resseguros/Prêmios Diferidos Estimados /(-) Comissões Diferidas Estimadas (R)	
C	21641122	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/Provisões Técnicas - Resseguradora/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Direto/Riscos Emitidos Estimados /(-) Comissões Diferidas Estimadas (P ⁽¹⁾)	

Reconhecimento da comissão efetiva de resseguro (reduzora da PPNG)

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21641112	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/Provisões Técnicas - Resseguradora/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Direto/Riscos Emitidos Efetivos/(-) Comissões Diferidas Efetivos (P ⁽¹⁾)	
C	32121112	Prêmios Ganhos/Variações das Provisões Técnicas/Resseguros/Prêmios Diferidos Efetivos/(-) Comissões Diferidas Efetivos (R)	

Reversão do registro do custo de aquisição diferido estimado

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	323511	Despesas de Corretagem/Variação das Despesas de Corretagem Diferidas/Variação de Corretagens Diferidas/Resseguros (R)	
C	118223	Custos de Aquisição Diferidos/Diferimento - Outros/Comissão de Corretagem – Resseguros/Corretagem de Resseguros (A)	

Reconhecimento do custo de aquisição diferido efetivo

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	118223	Custos de Aquisição Diferidos/Diferimento - Outros/Comissão de Corretagem – Resseguros/Corretagem de Resseguros (A)	
C	323511	Despesas de Corretagem/Variação das Despesas de Corretagem Diferidas/Variação de Corretagens Diferidas/Resseguros (R)	

3.3.3.1.5 Registro do Recebimento do Prêmio de Resseguro Proporcional

Registro do recebimento do prêmio de resseguro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11131	Disponível/ <u>Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País</u> (A)	
C	21543	Depósitos de Terceiros/ <u>Prêmios e Emolumentos Recebidos/Resseguros</u> (P)	

3.3.3.1.6 Registro da Baixa do Prêmio de Resseguro Proporcional Recebido

Registro da baixa do prêmio de resseguro proporcional recebido

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	2164511	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas -</u>	

		<u>Danos/Provisão de Sinistros a Liquidar/Administrativas/Direto (P)</u>	
D	21543	<u>Depósitos de Terceiros/Prêmios e Emolumentos Recebidos/Resseguros (P)</u>	
D	21242	<u>Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/Corretores de Seguros e Resseguros/Corretagem a Pagar - Resseguros (P)</u>	
D	1132312	<u>Créditos das Operações/Seguradoras - País/Resseguro Aceito - Resseguradora Local/Prêmios Efetivos /(-) Comissões Efetivas de Resseguros (A⁽¹⁾)</u>	
C	1132311	<u>Créditos das Operações/Seguradoras - País/Resseguro Aceito - Resseguradora Local/Prêmios Efetivos/Prêmios Efetivos de Resseguros (A)</u>	

3.3.3.1.7 Comissão Escalonada de Resseguro

3.3.3.1.7.1 Reconhecimento Inicial da Comissão Escalonada de Resseguro

Reconhecimento da comissão escalonada estimada de resseguro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	321231	<u>Prêmios Ganhos/Variações das Provisões Técnicas/Provisão de Excedentes Técnicos/Resseguros (R)</u>	
C	21649311	<u>Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/Provisões Técnicas - Resseguradora/Outras Provisões/Provisão de Excedentes Técnicos/Direto/Comissão Escalonada (P)</u>	

Cabe ressaltar que os valores registrados como comissão escalonada derivada de contrato resseguro que foi objeto de retrocessão proporcional poderão ser contabilizados como ativo de retrocessão, na proporção em que forem cedidos.

3.3.3.1.7.2 Mensuração Subsequente e Liquidação da Comissão Escalonada Efetiva de Resseguro

Reversão do registro da comissão escalonada estimada de resseguro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21649311	<u>Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/Provisões Técnicas - Resseguradora/Outras Provisões/Provisão de Excedentes Técnicos/Direto/Comissão Escalonada (P)</u>	
C	321231	<u>Prêmios Ganhos/Variações das Provisões Técnicas/Provisão de Excedentes Técnicos/Resseguros (R)</u>	

Reconhecimento da comissão escalonada efetiva de resseguro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3211112	<u>Prêmios Ganhos/Prêmios de Resseguros/Prêmios de Resseguros/Efetivo/Prêmios/(-) Comissão Sobre Prêmios (R)</u>	
C	1132312	<u>Créditos das Operações/Seguradoras - País/Resseguro Aceito - Resseguradora Local/Prêmios Efetivos/(-) Comissões Efetivas de Resseguros (A⁽¹⁾)</u>	

Registro da liquidação da comissão de resseguro escalonada

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	1132312	Créditos das Operações/Seguradoras - País/Resseguro Aceito - Resseguradora Local/Prêmios Efetivos/(-) Comissões Efetivas de Resseguros (A ⁽¹⁾)	
C	11131	Disponível/Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)	

3.3.3.1.8 Participação nos Lucros do Contrato de Resseguro

3.3.3.1.8.1 Reconhecimento Inicial da Participação nos Lucros de Resseguro

Reconhecimento da participação nos lucros estimada

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	324261	Outras Receitas e Despesas Operacionais/ <u>Outras Despesas Operacionais/Lucros Atribuídos/Resseguros (R)</u>	
C	21649312	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas - Resseguradora/Outras Provisões/Provisão De Excedentes Técnicos/Direto/Participação Nos Lucros (P)</u>	

3.3.3.1.8.2 Mensuração Subsequente e Liquidação da Participação nos Lucros do Contrato de Resseguro

Registro da participação nos lucros a pagar

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21649312	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas - Resseguradora/Outras Provisões/Provisão de Excedentes Técnicos/Direto/Participação nos Lucros (P)</u>	
C	21283	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Outros Débitos Operacionais/Lucros Atribuídos a Pagar (P)</u>	

Registro da liquidação da participação nos lucros

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21283	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Outros Débitos Operacionais/Lucros Atribuídos a Pagar (P)</u>	
C	11131	Disponível/Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - <u>Movimento - País (A)</u>	

3.3.3.2 Contrato Não Proporcional

3.3.3.2.1 Reconhecimento Inicial do Prêmio de Resseguro Não Proporcional

Reconhecimento do prêmio de resseguro não proporcional

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	1132311	Créditos das Operações/Seguradoras - País/Resseguro Aceito - <u>Resseguradora Local/Prêmios Efetivos/Prêmios Efetivos de Resseguros (A)</u>	
C	3211111	Prêmios Ganhos/ <u>Prêmios de Resseguros/Prêmios de</u>	

		<u>Resseguros/Efetivo/Prêmios (R)</u>	
--	--	---------------------------------------	--

Reconhecimento da comissão de corretagem de resseguro não proporcional

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	323311	Despesas de Corretagem/ <u>Despesas de Corretagem/Corretagem/Resseguros (R)</u>	
C	21242	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Corretores de Seguros e Resseguros/Corretagem a Pagar - Resseguros (P)</u>	

3.3.3.2.2 Constituição e Diferimento da PPNG e do Custo de Aquisição Diferido de Resseguro Não Proporcional

Reconhecimento da PPNG de resseguro não proporcional

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	32121111	Prêmios Ganhos/ <u>Variações das Provisões Técnicas/Resseguros/Prêmios Diferidos Efetivos/Prêmios Diferidos Efetivos (R)</u>	
C	21641111	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas - Resseguradora/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Direto/Riscos Emitidos Efetivos/Prêmios Diferidos Efetivos (P)</u>	

Reconhecimento do custo de aquisição diferido de resseguro não proporcional

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	118223	Custos de Aquisição Diferidos/ <u>Diferimento - Outros/Comissão de Corretagem – Resseguros/Corretagem de Resseguros (A)</u>	
C	323511	Despesas de Corretagem/ <u>Varição das Despesas de Corretagem Diferidas/Varição de Corretagens Diferidas/Resseguros (R)</u>	

Apropriação da PPNG de resseguro não proporcional

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21641111	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas - Resseguradora/Provisão de Prêmios Não Ganhos/Direto/Riscos Emitidos Efetivos/Prêmios Diferidos Efetivos (P)</u>	
C	32121111	Prêmios Ganhos/ <u>Variações das Provisões Técnicas/Resseguros/Prêmios Diferidos Efetivos/Prêmios Diferidos Efetivos (R)</u>	

Apropriação do custo de aquisição diferido de resseguro não proporcional

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	323511	Despesas de Corretagem/ <u>Varição das Despesas de Corretagem Diferidas/Varição de Corretagens Diferidas/Resseguros (R)</u>	
C	118223	Custos de Aquisição Diferidos/ <u>Diferimento - Outros/Comissão de Corretagem – Resseguros/Corretagem de Resseguros (A)</u>	

3.3.3.2.3 Reconhecimento e Diferimento do Prêmio de Ajuste de Resseguro Não Proporcional

Reconhecimento do prêmio de ajuste de resseguro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	1132311	Créditos das Operações/ <u>Seguradoras - País/Resseguro Aceito - Resseguradora Local/Prêmios Efetivos/Prêmios Efetivos de Resseguros (A)</u>	
C	3211111	Prêmios Ganhos/ <u>Prêmios de Resseguros/Prêmios de Resseguros/Efetivo/Prêmios (R)</u>	

Reconhecimento da comissão de corretagem adicional

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	323311	Despesas de Corretagem/ <u>Despesas de Corretagem/Corretagem/Resseguros (R)</u>	
C	21242	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros/ <u>Corretores de Seguros e Resseguros/Corretagem a Pagar - Resseguros (P)</u>	

3.3.3.2.4 Reconhecimento do Prêmio de Reintegração de Resseguro Não Proporcional

Reconhecimento do prêmio de reintegração de resseguro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	1132311	Créditos das Operações/ <u>Seguradoras - País/Resseguro Aceito - Resseguradora Local/Prêmios Efetivos/Prêmios Efetivos de Resseguros (A)</u>	
C	3211111	Prêmios Ganhos/ <u>Prêmios de Resseguros/Prêmios de Resseguros/Efetivo/Prêmios (R)</u>	

3.3.3.3 Contrato Facultativo

O contrato de resseguro facultativo, no qual a cedente e o ressegurador negociam em separado risco a risco, funciona de forma muito similar à emissão das apólices pelas cedentes, isto é, no início do contrato, o ressegurador conhece o prêmio a ser recebido e a vigência do risco, podendo assim registrar o prêmio como efetivo.

O prêmio do resseguro do contrato facultativo, seja ele proporcional ou não proporcional, deve ser registrado pelo valor estabelecido no contrato no momento da aceitação do risco. Na ocorrência de endossos que alterem o valor do prêmio e/ou a vigência, estes devem ser considerados pela mesma metodologia de cálculo do risco original. Os valores de comissão de resseguro e comissão de corretagem desses contratos devem ser reconhecidos pelos mesmos critérios utilizados para os contratos proporcionais (efetivos) e não proporcionais.

3.3.3.4 Reconhecimento e Liquidação de Sinistros

Reconhecimento de sinistros de resseguro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	322111	Operações de Resseguro/ <u>Sinistros Ocorridos/Sinistros</u> /Indenizações Avisadas/Resseguros (R)	
C	2164511	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas - Danos/Provisão de Sinistros a Liquidar/Administrativas/Direto (P)</u>	

Liquidação de sinistros de resseguro

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	2164511	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros/ <u>Provisões Técnicas - Danos/Provisão de Sinistros a Liquidar/Administrativas/Direto (P)</u>	
C	11131	Disponível/ <u>Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)</u>	

3.4 Escrituração Contábil das Principais Operações de Capitalização

Com a edição da Circular Susep nº 678/22, com vigência a partir de 2024, passou a segregar a receita das quotas de capitalização e de sorteio da quota de carregamento.

Desse modo, os fatos geradores da receita para as operações de capitalização passam a ser:

I - o recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e

II - o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento.

A Provisão de Despesas Administrativas (PDA) foi substituída pela Provisão de Receita Diferida (PRD), a qual passará a representar as contraprestações a serem oferecidas pelas sociedades de capitalização, sendo constituída para os casos de diferimento das receitas de quotas de carregamento dos títulos de capitalização, conforme metodologia descrita no estudo técnico. O saldo constante na Despesa Administrativa (PDA), na data-base 31/12/2023, deverá ser revertido em contrapartida a conta de lucros ou prejuízos acumulados no Patrimônio Líquido.

3.4.1 Principais Definições

Título de capitalização

É um produto em que parte dos pagamentos realizados pelo subscritor é usado para formar um capital, segundo cláusulas e regras aprovadas e mencionadas no próprio título (Condições Gerais do Título) e que será pago em moeda corrente num prazo máximo estabelecido. O restante dos valores dos pagamentos é usado para custear os sorteios, quase sempre previstos neste tipo de produto e as despesas administrativas das sociedades de capitalização.

Tipos de títulos de capitalização disponíveis:

- Pagamento Mensal (PM): É um título que prevê um pagamento a cada mês de vigência do título;
- Pagamento Periódico (PP): É um título em que não há correspondência entre o número de pagamentos e o número de meses de vigência do título; e
- Pagamento Único (PU): É um título em que o pagamento é único (realizado uma única vez), tendo sua vigência estipulada na proposta.

Cotas do título de capitalização

- Cotas de sorteio: tem como finalidade custear os prêmios que são distribuídos em cada série;
- Cotas de capitalização: representa o percentual de cada pagamento que será destinado à constituição do capital; e
- Cota de Carregamento: cobre os custos de despesas com corretagem, colocação e administração do título de capitalização, emissão, atendimento ao cliente, desenvolvimento de sistemas, lucro da sociedade de capitalização.

Modalidades de títulos de capitalização:

- Compra Programada;
- Filantropia Premiável;
- Incentivo;
- Instrumento de garantia;
- Popular; e
- Tradicional.

Não identificamos diferenças relevantes entres os títulos no que tange a contabilização pela sociedade de capitalização, portanto, o manual será, neste momento, baseado na **modalidade tradicional** e as sociedades de capitalização devem usar como referência este manual.

3.4.2 Reconhecimento Inicial dos Títulos de Capitalização, dos Demais Pagamentos e dos Recebimentos dos Recursos Financeiros

3.4.2.1 Reconhecimento Inicial dos Títulos de Capitalização Quando do Recebimento (Pagamento Único (PU), Pagamento Mensal (PM) e Pagamento Periódico (PP))

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11371	Crédito das operações/Créditos com operações de capitalização /Créditos com operações de capitalização	
C	34111	Receita com Títulos de capitalização/ Contribuição com títulos de capitalização / Contribuição - Quota de Capitalização e Sorteio	
C	34112	Receita com Títulos de capitalização/ Contribuição com títulos de capitalização / Contribuição - Quota de Carregamento	

Operações com Parceiros

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
-----	--------	--	-------

D	11372	Crédito das operações/Créditos com operações de capitalização/Crédito com Operações – Instituições Parceiras Curto Prazo	
C	34111	Receita com Títulos de capitalização/Contribuição com títulos de capitalização / Contribuição - Quota de Capitalização e Sorteio	
C	34112	Receita com Títulos de capitalização/ Contribuição com títulos de capitalização / Contribuição - Quota de Carregamento	

Comissão sobre Emissão dos Títulos de Capitalização

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	34411	Custo de Aquisição / Despesas de Corretagem / Despesa de Corretagem sobre Vendas de Títulos de Capitalização	
C	21421	Débitos de operações com capitalização/Agentes e correspondentes/Comissões De Corretagem a Pagar	

3.4.2.2 Recebimento Efetivo dos Recursos Financeiros e conciliação com emissão

Operações de Capitalização para PU, PM e PP, Recebimento do Recurso Financeiro e Conciliação Com a Emissão

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11131	Disponível/Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)	
C	21561	Depósitos de terceiros/Valores a reclassificar – Capitalização/Valores a reclassificar - Capitalização	
D	21561	Depósitos de terceiros/Valores a reclassificar – Capitalização/ Valores a reclassificar - Capitalização	
C	11371	Créditos das Operações/Créditos com operações de capitalização/Créditos com operações de capitalização	

Operações com Parceiros

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11131	Disponível/Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)	
C	21561	Depósitos de terceiros/Valores a reclassificar – Capitalização/ Valores a reclassificar - Capitalização	
D	21561	Depósitos de terceiros/Valores a reclassificar – Capitalização/Valores a reclassificar - Capitalização	
C	11372	Crédito das operações/Créditos com operações de capitalização/Crédito com Operações – Instituições Parceiras Curto Prazo	

Quando a supervisionada emitir/registrar os títulos no momento do recebimento, o lançamento poderá, alternativamente, ser realizado da seguinte forma:

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11131	Disponível/Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)	
C	34111	Receita com Títulos de capitalização/Contribuição com títulos de	

		capitalização / Contribuição - Quota de Capitalização e Sorteio	
C	34112	Receita com Títulos de capitalização/ Contribuição com títulos de capitalização / Contribuição - Quota de Carregamento	

3.4.2.3 Reconhecimento do Cancelamento do Título de Capitalização e Rejeição do Recebimento do Título e/ou parcela

3.4.2.3.1 Reconhecimento do Cancelamento de Títulos Emitidos e Não recebidos

Cancelamento das Operações de Capitalização Sem o Recebimento para Pagamento único, PM e PP.

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	341112	Receita com Títulos de capitalização/Contribuição com títulos de capitalização / Devolução e Cancelamento - Quotas de Capitalização e Sorteio	
D	341122	Receita com Títulos de capitalização/Contribuição com títulos de capitalização / Devolução e Cancelamento - Quotas de Carregamento	
C	11371	Disponível/Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País (A)	

Cancelamento da Comissão sobre Emissão dos Títulos de Capitalização

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21421	Débitos de operações com capitalização/Agentes e correspondentes/Comissões De	
C	34411	Despesas De Corretagem Sobre Vendas De Títulos De Capitalização	

Operações com Parceiros

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	341112	Cancelamento do Título Valor da Quota de Capitalização e Sorteio	
D	341122	Cancelamento do Título Valor da Cota de Carregamento	
C	11372	Crédito das operações/Créditos com operações de capitalização/Crédito com Operações – Instituições Parceiras Curto Prazo	

3.4.2.3.2 Reconhecimento do Cancelamento e Devolução dos Títulos emitido e recebido

Reconhecimento do Cancelamento das Operações de Capitalização "PU/PM/PP"

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	341112	Cancelamento do Título Valor da Quota de Capitalização e Sorteio	
D	341122	Cancelamento do Título Valor da Cota de Carregamento	
C	214818	Débitos de Operações com Capitalização/Outros Débitos Operacionais/Outros Débitos	

Pagamentos dos Títulos Provisionados para Devolução/Cancelado

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	214818	Débitos de Operações com Capitalização/Outros Débitos Operacionais/Outros Débitos	
D	362898	Despesa Financeiras/Despesas Financeiras com Provisões Técnicas-Capitalização/Outras Provisões/Outras Despesas	
C	11131	Banco conta depósitos – Movimento – País	

3.4.2.3.3 Reconhecimento da Rejeição do Título ou parcela por inconsistência

Reconhecimento da Rejeição do Título e/ou Parcela Recebida

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21561	Depósitos de terceiros/Valores a reclassificar – Capitalização/ Valores a reclassificar - Capitalização	
C	214818	Débitos de Operações com Capitalização/Outros Débitos Operacionais/Outros Débitos	

Reconhecimento do Pagamento do Título e ou Parcela Provisionados para Devolução

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	214818	Débitos de Operações com Capitalização/Outros Débitos Operacionais/Outros Débitos	
D	362898	Despesa Financeiras/Despesas Financeiras com Provisões Técnicas-Capitalização/Outras Provisões/Outras Despesas	
C	11131	Disponível/Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País	

3.4.3 Constituição das Provisões Técnicas de Capitalização

3.4.3.1 Provisão Matemática para Capitalização (PMC)

A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) deve ser constituída para a cobertura dos valores garantidos pela tabela de resgate, com base na parcela dos valores arrecadados para capitalização, devendo ser calculada para cada título que

estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial, observadas as regulamentações específicas vigentes.

O fato gerador da constituição da provisão é o pagamento ou a informação de pagamento da contribuição pelo subscritor.

A provisão deverá considerar atualização monetária e juros, a partir da data de início de vigência.

Quando não conhecida a data de aquisição ou do pagamento inicial, a provisão deverá ser constituída com atualização monetária e juros, tomando por base a data de início de comercialização da série, desde que o prazo de comercialização da série não ultrapasse 60 dias, conforme dita o art. 28 da Resolução CNSP nº 384/2020.

Quando ocorrer o evento gerador de resgate, a sociedade de capitalização deverá baixar o valor constituído na PMC - relativo ao título a ser resgatado - e constituir o montante correspondente ao valor do resgate na Provisão para Resgates (PR), líquido de penalidade se houver, a qual será atualizada conforme provisão contratual.

3.4.3.1.1 Constituição das Provisões Técnicas

Constituição das Provisões Técnicas pela Emissão dos Títulos, Apropriação de Parcela.

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3422	Varição das provisões de Resgate / Constituição Da Provisão Para Resgate	
C	21811/22511	Provisões Técnicas – Capitalização/Provisões para Resgate/Provisão Matemática para Capitalização Circulante/Não Circulante	

Reconhecimento da Atualização Monetária e do Juros

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	362811	Despesa Financeiras/Despesas Financeiras com Provisões Técnicas-Capitalização/Provisão Matemática para Capitalização/Juros	
D	362812	Despesa Financeiras/Despesas Financeiras com Provisões Técnicas-Capitalização/Provisão Matemática para Capitalização/Atualização Monetária	
C	21811/22511	Provisões Técnicas – Capitalização/Provisões para Resgate/Provisão Matemática para Capitalização Circulante/Não Circulante	

3.4.3.1.2 Reconhecimento da Reversão das Provisões Técnicas

Reversão da Provisão Matemática de Capitalização em Função dos Cancelamentos dos Títulos ou Recebimentos Indevidos

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21811/22511	Provisões Técnicas – Capitalização/Provisões para Resgate/Provisão Matemática para Capitalização Circulante/Não Circulante	
C	3421	Variação das Provisões de Resgate /Reversão Da Provisão Para Resgate	
C	362811	Despesa Financeiras/Despesas Financeiras com Provisões Técnicas-Capitalização/Provisão Matemática para Capitalização/Juros	
C	362812	Despesa Financeiras/Despesas Financeiras com Provisões Técnicas-Capitalização/Provisão Matemática para Capitalização/Atualização Monetária	

3.4.3.1.3 Transferência da PMC para a Provisão de Resgate por final de vigência do título, por solicitação de Resgate antecipado

Constituição da Provisão para Resgate de Títulos Vencidos

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21811/22511	Provisões Técnicas – Capitalização/Provisões para Resgate/Provisão Matemática para Capitalização Circulante/Não Circulante	
C	21813	Provisões Técnicas – Capitalização/Provisão para resgates/Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	

Constituição da Provisão para Resgate de Títulos Antecipados

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21811/22511	Provisões Técnicas – Capitalização/Provisões para Resgate/Provisão Matemática para Capitalização Circulante/Não Circulante	
C	21812	Provisões Técnicas – Capitalização/Provisão para resgates/Provisão para Resgate Antecipado de Títulos	

Reconhecimento da Receita com Penalidade decorrente de Resgates Antecipados

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21811/22511	Provisões Técnicas – Capitalização/Provisões para Resgate/Provisão Matemática para Capitalização Circulante/Não Circulante	
C	34512	Outras Receitas e despesas Operacionais/Outras Receitas Operacionais/Receita com Resgate de Título	

3.4.4. Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)

A Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) deve ser constituída para a cobertura dos valores relativos aos sorteios ainda não realizados, devendo ser constituída para cada

título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados, observadas as regulamentações específicas vigentes.

A PSR deve ser atualizada de acordo com os critérios definidos em contrato, observadas as regulamentações específicas vigentes.

O evento gerador da reversão da provisão é a efetiva realização do sorteio.

Quando da realização do sorteio, a sociedade de capitalização deverá efetuar a baixa da PSR constituída para esse sorteio e, quando o título contemplado não pertencer à própria companhia, constituir o valor do sorteio na Provisão para Sorteios a Pagar (PSP), a qual será atualizada conforme previsão contratual.

Eventuais devoluções de custos de sorteios futuros já pagos devem ser baixadas da PSR e transferidas para a PR, para o caso de liquidação antecipada por sorteio, conforme a legislação vigente,

A parcela da cota de sorteio relativa à premiação instantânea, tanto para as séries fechadas quanto para as séries abertas, apenas transitará pela PSR.

3.4.4.1 Constituição das Provisões Técnicas

Contabilização da Constituição das Provisões Técnicas pela Emissão dos Títulos, Apropriação de Parcela.

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	34312	Varição da Provisão de Sorteios / Varição da Provisão de Sorteios / Constituição Da Provisão Para Sorteios	
C	21821/22521	Provisões Técnicas Capitalização/Provisão para Sorteio/Provisão para Sorteios a Realizar Circulante/Não Circulante	

Contabilização referente a Atualização Monetária e juros das Provisões Técnicas

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	362821	Despesa Financeiras/Despesas Financeiras com Provisões Técnicas-Capitalização/Provisão para Sorteio a realizar/Juros	
D	362822	Despesa Financeiras/Despesas Financeiras com Provisões Técnicas-Capitalização/Provisão para Sorteio a realizar/Atualização Monetária	
C	21821/22521	Provisões Técnicas Capitalização/Provisão para Sorteio/Provisão para Sorteios a Realizar Circulante Não Circulante	

3.4.4.2 Reconhecimento da Reversão das Provisões Técnicas

Reversão da Provisão de Sorteio a Realizar em Função de Decurso de Risco de Sorteio ou Cancelamento dos Títulos

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
-----	--------	--	-------

D	21821/22521	Provisões Técnicas Capitalização/Provisão para Sorteio/Provisão para Sorteios a Realizar Circulante Não Circulante	
C	34311	Varição da Provisão de Sorteios / Varição da Provisão de Sorteios / Reversão Da Provisão Para Sorteios	
C	362821	Despesa Financeiras/Despesas Financeiras com Provisões Técnicas-Capitalização/Provisão para Sorteio a realizar/Juros	
C	362822	Despesa Financeiras/Despesas Financeiras com Provisões Técnicas-Capitalização/Provisão para Sorteio a realizar/Atualização Monetária	

3.4.5 Provisão de Receita Diferida (PRD)

A Provisão de Receita Diferida (PRD), instituída pela Circular Susep nº 678/22, representa os valores esperados para atendimento da contraprestação a ser oferecida pelas sociedades de capitalização aos titulares dos direitos de resgate e sorteios (quota de carregamento), sendo constituída para o diferimento da receita das quotas de carregamento dos títulos de capitalização, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico.

Constituição da PRD na emissão do título pelo valor do carregamento conforme estudo técnico

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	341212	Receita com Títulos de Capitalização / Variação da Receita Diferida – títulos de Capitalização / Constituição da provisão para Receita Diferida	
C	2184/2255	Provisão Para Receitas Diferidas	

Reversão do diferimento da PRD na emissão do título e/ou nas baixas mensais conforme estudo técnico ou

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	2184/2255	Provisão Para Receitas Diferidas	
C	341211	Receita com Títulos de Capitalização / Variação da Receita Diferida – títulos de Capitalização / Reversão da provisão para Receita Diferida	

Reversão da Provisão Receita diferida por Cancelamento/Resgate título de Capitalização

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	2184/2255	Provisão Para Receitas Diferidas	
C	341211	Receita com Títulos de Capitalização / Variação da Receita Diferida – títulos de Capitalização / Reversão da provisão para Receita Diferida	

3.4.6 Provisão Complementar de Sorteios (PCS)

A Provisão Complementar de Sorteios (PCS) deve ser constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar, sendo utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos sorteios a realizar.

Ressalte-se que a PCS não abrange os valores relativos à variabilidade dos sorteios. Esses montantes, os quais eram abrangidos pela Provisão de Contingências (de acordo com a Resolução CNSP nº 162/06, revogada em 2013), não devem ser considerados como provisão técnica, mas sim no cálculo do capital de risco de subscrição das sociedades de capitalização.

Portanto, a PCS deve representar a diferença positiva entre o valor presente esperado a pagar dos sorteios a realizar e o saldo da Provisão de Sorteios a Realizar (PSR), com base nos títulos cujos sorteios já tenham sido custeados e não realizados até a data-base de cálculo - ou seja, a sociedade de capitalização não deverá considerar, no cálculo, a possível contemplação de títulos que ainda serão vendidos ou cujas parcelas dos sorteios correspondentes ainda não tenham sido custeadas. Ressalte-se que, quando não houver diferença material, a companhia pode utilizar o próprio valor do sorteio ao invés do valor presente do sorteio a ser realizado.

De forma geral, caso o produto esteja adequadamente estruturado e a PSR esteja constituída em conformidade com os normativos vigentes, o valor presente esperado a pagar dos sorteios a realizar será similar ao saldo da PSR, não devendo ocasionar a necessidade de constituição de PCS.

Contudo, nos casos dos títulos com cláusulas de contemplação obrigatória a PCS, de forma geral, será significativa, haja vista que os valores esperados dos sorteios referentes aos produtos com contemplação obrigatória (os quais são custeados com parte do carregamento para despesas administrativas) não são totalmente abrangidos pela PSR.

Dessa forma, a partir do momento em que forem cumpridas as cláusulas de contemplação obrigatória previstas em contrato, a diferença entre o valor do sorteio referente a uma série com contemplação obrigatória e o saldo da PSR relativo a esse sorteio deverá ser considerada na PCS.

Quando da realização do sorteio, a sociedade de capitalização deverá baixar o valor constituído na PCS - referente ao sorteio correspondente - e constituir o valor do sorteio na Provisão para Sorteios a Pagar (PSP), a qual será atualizada conforme previsão contratual.

No caso da premiação instantânea, a PCS também poderá ser relevante, haja vista que, como o saldo da PSR para a cobertura desses valores é nulo, a PCS deverá, em cada data-base de cálculo, representar, para cada série, a diferença positiva entre o valor acumulado das parcelas das cotas de sorteios referentes às premiações instantâneas dos títulos vendidos e o valor total das premiações instantâneas ocorridas - as quais, por sua vez, ou já foram pagas ou já estão contempladas na Provisão de Sorteios a Pagar (PSP).

Essa diferença, de forma geral (em planos cuja cota de sorteio está devidamente calculada), é equivalente à diferença entre o valor das premiações instantâneas constantes em títulos ainda não vendidos e as cotas de sorteios dos títulos ainda não vendidos. Ressalte-se que a PCS deve ser constituída somente enquanto houver possibilidade de ocorrência de premiação instantânea.

3.4.6.1 Constituição das Provisões Técnicas

Constituição das Provisões Técnicas pela Emissão dos Títulos, Apropriação de Parcela.

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	34332	Variação da Provisão de Sorteios / Variação des Provisão para Complementação de Sorteios /Constituição de Provisão para Complementação de Sorteios	
C	21823/22522	Provisão para Sorteio /Provisão para complementação de Sorteio Circulante/Não Circulante	

Reconhecimento Referente a Atualização Monetária e Juros

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	362898	Despesa Financeiras/Despesas Financeiras com Provisões Técnicas-Capitalização/Outras Provisões/Outras Despesas	
C	21823/22522	Provisão para Sorteio /Provisão para complementação de Sorteio Circulante/Não Circulante	

3.4.6.2 Reconhecimento da Reversão das Provisões Técnicas

Reversão da Provisão Complementar de Sorteio por Cancelamento dos Títulos ou Apuração de Sorteio

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21823/22522	Provisão para Sorteio /Provisão para complementação de Sorteio Circulante/Não Circulante	
C	34331	Variação da Provisão de Sorteios / Variação de Provisão para Complementação de Sorteios / Reversão De Provisão para Complementação de Sorteios	
C	362898	Despesa Financeiras/Despesas Financeiras com Provisões Técnicas-Capitalização/Outras Provisões/Outras Despesas	

3.4.7 Provisão para Distribuição de Bônus (PDB)

A Provisão para Distribuição de Bônus (PDB) deve ser constituída para a cobertura dos valores relativos ao pagamento de bônus previstos em contrato, devendo ser calculada para cada título (cujo plano estabeleça a distribuição de bônus) que estiver em vigor ou suspenso, de acordo com os critérios previstos em nota técnica atuarial, observadas as regulamentações específicas vigentes.

O fato gerador da constituição da provisão é o mesmo fato gerador da contabilização das receitas das operações de capitalização definido pelas normas contábeis.

Quando não ocorrido o evento gerador de distribuição de bônus e for constatada a extinção definitiva da obrigação de pagamento de bônus, os valores correspondentes deverão ser revertidos da provisão.

Quando ocorrer o evento gerador da distribuição de bônus, a sociedade de capitalização deverá baixar o valor constituído na PDB - relativo ao título gerador do pagamento de bônus - e constituir o montante referente ao valor do bônus a pagar na Provisão para Resgates (PR), a qual será atualizada conforme previsão contratual.

3.4.7.1 Constituição das Provisões Técnicas

Constituição das Provisões Técnicas pela Emissão dos Títulos, Apropriação de Parcela.

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	34242	Variação das Provisões de Resgate/ Variação de Provisão para distribuição de Bônus/Constituição Provisão para Distribuição de Bônus	
C	21814 /22512	Provisão para Resgates /Provisão para Distribuição de Bônus	

Reconhecimento da Atualização Monetária e Juros

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	34242	Variação das Provisões de Resgate/ Variação de Provisão para distribuição de Bônus/Constituição Provisão para Distribuição de Bônus	
C	21814 /22512	Provisão para Resgates /Provisão para Distribuição de Bônus	

3.4.7.2 Reconhecimento da Reversão das Provisões Técnicas

Reversão da Provisão para Distribuição de Bônus por Cancelamento dos Títulos ou Recebimentos Indevidos

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
C	21814 /22512	Provisão para Resgates /Provisão para Distribuição de Bônus	
C	34241	Variação das Provisões de Resgate/ Variação de Provisão para distribuição de Bônus / Reversão Provisão para Distribuição de Bônus	
C	362898	Despesa Financeiras/Despesas Financeiras com Provisões Técnicas-Capitalização/Outras Provisões/Outras Despesas	

3.4.8 Outras Provisões Técnicas (OPT)

A constituição de Outras Provisões Técnicas (OPT) somente poderá ser efetuada mediante prévia autorização da Susep. No documento de solicitação enviado à Susep, a sociedade de capitalização deverá apresentar, no mínimo, as justificativas técnicas para a constituição da provisão e o detalhamento da metodologia de cálculo.

A OPT não poderá ser utilizada para a garantia de valores abrangidos pelas demais provisões técnicas e nem para contemplar valores que não sejam compatíveis com os conceitos de provisões técnicas adotados pela Susep.

3.4.8.1 Constituição das Provisões Técnicas

Constituição das Provisões Técnicas pela Emissão dos Títulos, Apropriação de Parcela.

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	34292	Variação das Provisões Técnicas/Variação de Outras Provisões Técnicas/Constituição De Outras Provisões Técnicas	
C	2188/2258	Outras Provisões Curto Prazo/Longo Prazo	

Reconhecimento da Atualização Monetária e Juros

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	362892	Despesa Financeiras/Despesas Financeiras com Provisões Técnicas-Capitalização/Outras Provisões/Atualização Monetária	
C	2188/2258	Provisões Técnicas – Capitalização/Outras Provisões Técnicas Circulante/Não Circulante	

3.4.8.2 Reconhecimento da Reversão das Provisões Técnicas

Reversão de Outras Provisões em Função de Decurso de Vigência, por Cancelamento do Título ou Risco

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	2188/2258	Provisões Técnicas – Capitalização/Outras Provisões Técnicas Circulante/Não Circulante	
C	34291	Variação das Provisões Técnicas/Variação de Outras Provisões Técnicas/Reversão De Outras Provisões Técnicas	
C	362892	Despesa Financeiras/Despesas Financeiras com Provisões Técnicas-Capitalização/Outras Provisões/Atualização Monetária	

3.4.9 Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)

A Provisão para Sorteios a Pagar (PSP) deve ser constituída a partir da data de realização do sorteio, até a data da efetiva liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, devendo ser atualizada conforme previsão contratual, observadas as regulamentações específicas vigentes.

De forma geral, o fato gerador da baixa da provisão, decorrente de pagamento, é a liquidação financeira ou por ocasião da prescrição, na forma legislação vigente.

Excepcionalmente, quando possuir comprovante de pagamento da obrigação, a sociedade de capitalização poderá baixar os valores correspondentes da PSP. Portanto, caso não haja comprovante de pagamento, a emissão de cheque, por exemplo, não gera a baixa da PSP, a qual, de forma geral, só deverá efetuada quando da verificação da compensação bancária.

Ressalte-se que o comprovante de pagamento da obrigação se caracteriza por recibo assinado pelo titular, atestando o efetivo recebimento do prêmio do sorteio.

3.4.9.1 Constituição das Provisões Técnicas

Constituição da Provisão de Títulos Sorteados

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3432	Variação da Provisão de Sorteios / Despesas Com Títulos Sorteados	
C	21822	Provisões Técnicas - Capitalização/Provisão para Sorteio/Provisão para Sorteios a Pagar	

Despesa com Realização de Sorteio

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3432	Variação da Provisão de Sorteios / Despesas Com Títulos Sorteados	
C	214818	Débitos de Operações com Capitalização/Outros Débitos Operacionais/Outros Débitos	

Reconhecimento da Atualização Monetária e Juros

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	362872	Despesa Financeiras/Despesas Financeiras com Provisões Técnicas-Capitalização/Provisão para Sorteios a Pagar/Atualização Monetária	
D	362878	Despesa Financeiras/Despesas Financeiras com Provisões Técnicas-Capitalização/Provisão para Sorteios a Pagar/Outras Despesas	
C	21822	Provisões Técnicas - Capitalização/Provisão para Sorteio/Provisão para Sorteios a Pagar	

Comissão sobre Provisão Títulos Sorteados

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	34418	Custo de aquisição/Despesas de Corretagem/Outras Despesas de Corretagem	
C	21421	Débitos de operações com capitalização/Agentes e correspondentes/Comissões De Corretagem a Pagar	

3.4.9.2 Reconhecimento da Baixa das Provisões Técnicas por Pagamento

Baixa da Provisão para Sorteio

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21822	Provisões Técnicas - Capitalização/Provisão para Sorteio/Provisão para Sorteios a Pagar	
C	11131	Disponível/Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País	
C	21122	Contas a Pagar/Impostos e Encargos Sociais a Recolher/Imposto de Renda Retido de Terceiros	

3.4.10 Provisão para Resgates (PR)

A Provisão para Resgate (PR) deve ser constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação devendo ser atualizada conforme previsão contratual, observadas as regulamentações específicas vigentes. A provisão deve contemplar tanto os títulos vencidos quanto os títulos antecipados.

De forma geral, o fato gerador da baixa da provisão, decorrente de pagamento, é a liquidação financeira.

Excepcionalmente, quando possuir comprovante de pagamento da obrigação, a sociedade de capitalização poderá baixar os valores correspondentes da PR.

Portanto, caso não haja comprovante de pagamento, a emissão de cheque, por exemplo, não gera a baixa da PR, a qual, de forma geral, só deverá efetuada quando da verificação da compensação bancária.

Ressalte-se que o comprovante de pagamento da obrigação se caracteriza por recibo assinado pelo titular, atestando o efetivo recebimento do valor do resgate.

3.4.10.1 Constituição da Provisão para Resgates Antecipados

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21811/22511	Provisões Técnicas – Capitalização/Provisões para Resgate/Provisão Matemática para Capitalização Circulante/Não Circulante	
C	21812	Provisões Técnicas – Capitalização/Provisão para resgates/Provisão para Resgate Antecipado de Títulos	

As sociedades de capitalização devem observar os normativos pertinentes a resgates antecipados em especial **as suas penalidades**.

O artigo 16 da Circular Susep nº 656/22 traz o regramento para o resgate, conforme transcrição a seguir:

“Art. 16. O resgate originado na liquidação antecipada do título de capitalização por sorteio ou o resgate total ao final do prazo de vigência deverá corresponder a cem por cento da

provisão matemática para capitalização e da provisão para distribuição de bônus, quando houver.

§ 1º Na hipótese de resgate antecipado, a sociedade de capitalização deverá restituir, no mínimo, os seguintes percentuais aplicados ao valor da provisão matemática para capitalização:

<i>Resgate Antecipado</i>	<i>Percentual Mínimo</i>
<i>Até ½ (metade) do prazo de vigência</i>	<i>noventa por cento</i>
<i>A partir ½ (metade) do prazo até o ¾ (três quartos) do prazo de vigência</i>	<i>noventa e cinco por cento</i>
<i>A partir ¾ (três quartos) do prazo de vigência</i>	<i>cem por cento</i>

§ 2º Para efeito de aplicação do percentual ao qual se refere o §1º deste artigo, deverá ser considerada a data em que o pagamento será efetivamente disponibilizado ao titular, qualquer que tenha sido a data de solicitação do resgate antecipado. § 3º Na hipótese de resgate antecipado ou de cancelamento dos títulos PM ou PP, a sociedade de capitalização deverá restituir ao titular o maior valor entre a provisão matemática para capitalização e cinquenta por cento do total das contribuições efetuadas.”

Constituição da Provisão Complementar de Resgate (Gatilho PM 50% das contribuições)

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3423	Variação das Provisões para Resgate /Despesa com Resgate	
C	21812	Provisões Técnicas – Capitalização/Provisão para resgates/Provisão para Resgate Antecipado de Títulos	

Transferência das Cotas Futuras de Sorteio Caso Resgate Seja por Sorteio.

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21821/22521	Provisões Técnicas Capitalização/Provisão para Sorteio/Provisão para Sorteios a Realizar Circulante Não Circulante	
C	21812	Provisões Técnicas – Capitalização/Provisão para resgates/Provisão para Resgate Antecipado de Títulos	

Transferência do Saldo da Provisão de Distribuição de Bônus Caso as Condições Estabelecidas no Plano Sejam Atendidas.

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21814	Provisão para Resgates /Provisão para Distribuição de Bônus	
C	21812	Provisões Técnicas – Capitalização/Provisão para resgates/Provisão para Resgate Antecipado de Títulos	

Reconhecimento da Atualização Monetária e Juros

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	362882	Despesa Financeiras/Despesas Financeiras com Provisões Técnicas-Capitalização/Provisão para Resgate Antecipado/Atualização Monetária	
D	362888	Despesa Financeiras/Despesas Financeiras com Provisões Técnicas-Capitalização/Provisão para Resgate Antecipado/Outras Despesas	
C	21812	Provisões Técnicas – Capitalização/Provisão para resgates/Provisão para Resgate Antecipado de Títulos	

3.4.10.2 Constituição da Provisão para Resgate de Títulos Vencidos

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21811/22511	Provisões Técnicas – Capitalização/Provisões para Resgate/Provisão Matemática para Capitalização Circulante/Não Circulante	
C	21813	Provisões Técnicas – Capitalização/Provisão para resgates/Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	

Transferência do Saldo da Provisão de Distribuição de Bônus Caso as Condições Estabelecidas no Plano Sejam Atendidas.

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21814	Provisão para Resgates /Provisão para Distribuição de Bônus	
C	21813	Provisões Técnicas – Capitalização/Provisão para resgates/Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	

Reconhecimento da Atualização Monetária e Juros

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	362862	Despesas Financeiras/Despesas Financeiras com Provisões Técnicas-Capitalização/Provisão para Resgate de Títulos Vencidos/Atualização Monetária	
D	362868	Despesas Financeiras/Despesas Financeiras com Provisões Técnicas-Capitalização/Provisão para Resgate de Títulos Vencidos/Outras Despesas	
C	21813	Provisões Técnicas – Capitalização/Provisão para resgates/Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	

Comissão pelo Resgate dos Títulos

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	34412	Custo de Aquisição/Despesas de Corretagem/Despesas De Corretagem Sobre Resgates	

		De Títulos De Capitalização	
C	21421	Débitos de operações com capitalização/Agentes e correspondentes/Comissões De Corretagem a Pagar	

3.4.10.3 Reconhecimento da Prescrição das Exigibilidades de Resgate e Sorteio

Reconhecimento pela Prescrição de um Resgate de Título Antecipado ou Vencido

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21812/21813	Provisões Técnicas – Capitalização/Provisão para resgates/Provisão para Resgate Antecipado de Títulos/Título Vencido	
C	34513	Outras Receitas e despesas Operacionais/Outras Receitas Operacionais/Receita Com Prescrição de Exigibilidades	

Reconhecimento pela Prescrição de um Sorteio a Pagar

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21822	Provisões Técnicas - Capitalização/Provisão para Sorteio/Provisão para Sorteios a Pagar	
C	34513	Outras Receitas e despesas Operacionais/Outras Receitas Operacionais/Receita Com Prescrição de Exigibilidades	

É importante destacar que as sociedades de capitalização devem observar a legislação tributária sobre o oferecimento destes valores a tributação.

Os valores referentes a Receita com Prescrição de Exigibilidades devem constar de notas explicativas como forma de atender à adequada divulgação das informações contábeis.

3.4.10.4 Reconhecimento da baixa das Provisões Técnicas por pagamento

Baixa pela Liquidação da Provisão (após retorno de confirmado pelo Banco)

Liquidação do Resgate Antecipado de Títulos (líquido da penalidade)

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21812	Provisões Técnicas – Capitalização/Provisão para resgates/Provisão para Resgate Antecipado de Títulos	
C	21122	Imposto de Renda Retido de Terceiros	
C	11131	Disponível/Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País	

Liquidação do Resgate Vencido de Títulos

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21813	Provisões Técnicas – Capitalização/Provisão para resgates/Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	
C	21122	Contas a Pagar/Impostos e Encargos Sociais a Recolher/Imposto de Renda Retido de Terceiros	

C	11131	Disponível/Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País	
---	-------	---	--

3.4.11 Reconhecimento da reativação de Título cancelado por inadimplência ou por solicitação antecipada que se encontra na provisão de resgate antecipado

Transferência do saldo provisão de resgate antecipado para provisão matemática de capitalização e para a provisão para distribuição de Bônus "se houver" pela reativação do Título de Capitalização

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21812	Provisões Técnicas – Capitalização/Provisão para resgates/Provisão para Resgate Antecipado de Títulos	
D	34512	Outras Receitas e despesas Operacionais/Outras Receitas Operacionais/Receita com Resgate de Título	
C	21811/22511	Provisões Técnicas – Capitalização/Provisões para Resgate/Provisão Matemática para Capitalização Circulante/Não Circulante	
C	2185/2256	Provisões Técnicas - Capitalização/Provisão para Distribuição de Bônus Circulante/Não Circulante	

3.4.12 Transferência De Carteira

3.4.12.1 Reconhecimento na Ótica da Cedente

Pela Transferência da Carteira

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	218 / 225	Provisão Técnica Capitalização Circulante/Não Circulante	
C	21431	Débitos de Operações com Capitalização/Transferência de Carteira – Capitalização /Transferência de Carteira – Capitalização	

Pela Liquidação da Carteira

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21431	Débitos de Operações com Capitalização/Transferência de Carteira – Capitalização /Transferência de Carteira – Capitalização	
C	11111/11131	Disponível Caixa/ Bancos Conta Depósito	

Ágio Recebido pela Transferência

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21431	Débitos de Operações com Capitalização/Transferência de Carteira – Capitalização /Transferência de Carteira – Capitalização	
C	34511	Outras Receitas e despesas Operacionais/Outras Receitas Operacionais/Outras Receitas Operacionais/Ágio Na Transferência De Carteira	

Deságio da Operação

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
-----	--------	--	-------

D	34521	Outras Receitas e despesas Operacionais/Outras Despesas Operacionais/Deságio na Transferência de Carteira	
C	21431	Débitos de Operações com Capitalização/Transferência de Carteira – Capitalização /Transferência de Carteira – Capitalização	

3.4.12.2 Reconhecimento na Ótica Cessionária

Pela Transferência da Carteira

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11378	Crédito das Operações/Créditos com Operações de Capitalização/Transferência de Carteira - Capitalização	
C	218 / 225	Provisão Técnica Capitalização Circulante/Não Circulante	

Pela Liquidação da Carteira

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11111/11131	Disponível -Caixa/ Bancos conta movimento	
C	11378	Crédito das Operações/Créditos com Operações de Capitalização/Transferência de Carteira - Capitalização	

Ágio pago pela Cessão

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	34521	Outras Receitas e despesas Operacionais/Outras Despesas Operacionais/Deságio na Transferência de Carteira	
C	11378	Crédito das Operações/Créditos com Operações de Capitalização/Transferência de Carteira - Capitalização	

Deságio pela Cessão

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11378	Crédito das Operações/Créditos com Operações de Capitalização/de Carteira - Capitalização	
C	34511	Outras Receitas e despesas Operacionais/Outras Despesas Operacionais/Ágio na Transferência de Carteira	

3.4.13 Reconhecimento de Outras Operações Relacionadas a Títulos de Capitalização Pagamento de Comissão

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21421	Débitos de operações com capitalização/Agentes e correspondentes/Comissões De Corretagem a Pagar	
C	11131	Banco conta depósitos – Movimento - País	

Reconhecimento Referente a Outras Receitas Operacionais

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	11388	Créditos das Operações/Outros Créditos Operacionais/Outros Créditos	

Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador

C	34518	Outras Receitas e despesas Operacionais/Outras Despesas Operacionais/Outras Receitas Com Operação De Capitalização	
---	-------	--	--

Reconhecimento Referente a Outros Débitos Operacionais

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	34422	Custos de Aquisição/Despesas de Custeamento de Vendas/Despesas de Cobrança	
D	34423	Custos de Aquisição/Despesas de Custeamento de Vendas/Despesas com Vendas	
D	34424	Custos de Aquisição/Despesas de Custeamento de Vendas/Despesas com Publicidade e Propaganda	
D	34428	Custos de Aquisição/Despesas de Custeamento de Vendas/Outros Custos de Aquisição	
C	2148	Débitos de Operações com Capitalização/Outros Débitos Operacionais	

Reconhecimento da Redução ao Valor Recuperável de Recebíveis

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	34522	Outras Receitas e despesas Operacionais/Outras Despesas Operacionais/Redução Ao Valor Recuperável Para Recebíveis	
C	11379/121279	Créditos das Operações/Créditos com Operações de Capitalização/Redução Ao Valor Recuperável Circulante/Não Circulante	

Reconhecimento do pagamento de Título Baixado por Prescrição

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	34528	Outras Receitas e despesas Operacionais/Outras Despesas Operacionais/Outras Despesas Operacionais	
C	11131	Disponível/Bancos Conta Depósitos/Bancos Conta Depósitos - Movimento - País	

3.5 Escrituração Contábil das Principais Operações de Securitização

A Lei nº 14.430/2022 dispõe sobre a emissão de Letras de Risco de Seguro (LRSs) por sociedades seguradoras de propósito específico (SSPEs), definidas como sociedades seguradoras que têm como finalidade exclusiva realizar uma ou mais operações, independentes patrimonialmente, de aceitação de riscos de seguros, previdência complementar, saúde suplementar, resseguro ou retrocessão de uma ou mais contrapartes. Tais operações são financiadas por meio da emissão de LRS, instrumento de dívida vinculada a riscos de seguros e resseguros.

Atualmente, as operações envolvendo LRSs encontram-se regulamentadas na Resolução CNSP nº 453/2022, que, na seção IV do Capítulo IV, apresenta as normas contábeis. Conforme ali disposto, a SSPE deverá observar as normas contábeis aplicáveis às sociedades seguradoras. A escrituração de cada operação de securitização, por sua vez, deverá ser realizada de forma segregada da contabilidade da SSPE e suas demonstrações financeiras serão compostas de demonstrativo da situação patrimonial, de demonstrativo das mutações do patrimônio da operação e das notas explicativas.

3.5.1 Escrituração na SSPE

3.5.1.1 Reconhecimento da Receita – parcela de prêmio destinada à remuneração da SSPE

O fato gerador para o reconhecimento da parcela de prêmio destinada à remuneração da SSPE é a prestação do serviço relacionado à operação de securitização, financiada por meio da captação de recursos oriundos da emissão da LRS.

Assim, à medida que os serviços forem prestados, o lançamento para o reconhecimento desta receita é:

Pelo reconhecimento do ativo e dos prêmios emitidos.

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	1113	Disponível - Bancos Conta Depósitos (A)	
	e/ou	Crédito das Operações – Outros Créditos Operacionais – Outros	
	11388	Créditos (A)	
C	31118	Prêmios Ganhos - Prêmios Emitidos – Prêmios SSPE (R)	Parcela do prêmio

			destinada à remuneração da SSPE
--	--	--	---------------------------------

Pelo reconhecimento do passivo referente às receitas a serem apropriadas ao resultado.

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	3119	Variação de Receitas Operacionais Antecipadas (R)	
C	2199211 e/ou 2289211	Receitas Operacionais Antecipadas (P)	Parcela do prêmio destinada à remuneração da SSPE

Pela apropriação da receita ao resultado, conforme os serviços forem prestados.

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	2199211 e/ou 2289211	Receitas Operacionais Antecipadas (P)	
C	3119	Variação de Receitas Operacionais Antecipadas (R)	Parcela do prêmio destinada à remuneração da SSPE

3.5.1.2 Constituição da Provisão de Garantia de Rentabilidade

A SSPE deverá constituir, ao final de cada mês, se aplicável, a Provisão de Garantia de Rentabilidade (PGR). Conforme determina o parágrafo único do art. 25 da Resolução CNSP nº 453/2022, a PGR abrange o valor presente dos compromissos assumidos pela SSPE relacionados à garantia de rentabilidade determinada na LRS e será obtida pela soma das diferenças, se positivas, entre o valor dos ativos que garantem as obrigações com os investidores titulares mensurados com base na rentabilidade garantida na LRS e o valor desses

ativos mensurados a valor justo ao final do mês de referência. A PGR deve ser constituída considerando-se cada operação de securitização separadamente.

O respectivo lançamento segue abaixo:

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	31184	Prêmios Ganhos - Prêmios Emitidos – Variações das Provisões Técnicas - Provisão de Garantia de Rentabilidade (PGR) (R)	
C	216198	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros – Provisões Técnicas – Danos - Outras Provisões – Provisão de Garantia de Rentabilidade (P) Ou	
	216294	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros – Provisões Técnicas – Pessoas - Outras Provisões – Provisão de Garantia de Rentabilidade (P)	
	Ou	Ou	
	223198	Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros – Provisões Técnicas – Danos - Outras Provisões – Provisão de Garantia de Rentabilidade (P)	
	223294	Ou	
		Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros – Provisões Técnicas – Pessoas - Outras Provisões – Provisão de Garantia de Rentabilidade (P)	

3.5.1.3 Constituição da Provisão Técnica de Insuficiência

O § 1º do art. 21 da Resolução CNSP nº 453/2022 determina que a realização dos direitos da contraparte de cada operação não ficará limitada às garantias integrantes do patrimônio independente de cada operação, hipótese em que o patrimônio da própria SSPE responderá de forma subsidiária.

Portanto, a SSPE responde subsidiariamente nos casos em que o valor total dos ativos da operação de securitização é inferior ao montante das provisões técnicas constituídas na situação patrimonial da operação. Por esse motivo, para fazer frente a essas obrigações, a SSPE deverá constituir Provisão Técnica de Insuficiência (PTI), cujo valor deverá corresponder à insuficiência patrimonial da operação.

Abaixo, apresenta-se o respectivo lançamento.

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	31185	Prêmios Ganhos - Prêmios Emitidos – Variações das Provisões Técnicas - Provisão de Insuficiência (PTI) (R)	
C	216196	Provisões Técnicas Seguros e Resseguros – Provisões Técnicas Danos – Outras Provisões – Provisão Técnica de Insuficiência (PTI) (P)	
	Ou	Provisões Técnicas Seguros e Resseguros – Provisões Técnicas Pessoas – Outras Provisões – Provisão Técnica de Insuficiência (PTI) (P)	
	216292	Ou	
	Ou	Provisões Técnicas Seguros e Resseguros – Provisões Técnicas Danos – Outras Provisões – Provisão Técnica de Insuficiência (PTI) (P)	
	223196	Ou	
	223292	Provisões Técnicas Seguros e Resseguros – Provisões Técnicas Pessoas – Outras Provisões – Provisão Técnica de Insuficiência (PTI) (P)	

3.5.2 Escrituração nas Operações de Securitização

Cada operação de securitização tem independência patrimonial em relação às outras operações e à SSPE. Assim, cada operação deve ter a sua própria escrituração contábil.

Para os fins de registro contábil das operações de securitização, considera-se que elas são financiadas totalmente por capital de terceiros, haja vista que o valor a ser resgatado pelos investidores titulares, correspondente ao patrimônio independente da operação de securitização de riscos de seguros e resseguros, após o pagamento dos sinistros devidos, custos de administração e obrigações fiscais, é a eles devido. Por conseguinte, sob a ótica da operação, tais valores são contabilizados como passivos na situação patrimonial.

3.5.2.1 Emissão de Prêmio de LRS e Constituição da PPNG

Os prêmios relacionados à operação de securitização devem ser registrados da seguinte forma:

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	1113	Disponível - Bancos Conta Depósitos (A)	

	e/ou 113111	e/ou Crédito das Operações – Prêmios a receber – Direto – Prêmios Riscos Vigentes Emitidos (A)	
C	2161111 Ou 2162111	Provisões Técnicas Seguros e Resseguros – Provisões Técnicas Danos – Provisão de Prêmios Não Ganhos – Direto – Riscos Emitidos (P) Ou Provisões Técnicas Seguros e Resseguros – Provisões Técnicas Pessoas – Provisão de Prêmios Não Ganhos – Direto – Riscos Emitidos (P)	Parcela do prêmio não destinada à remuneração da SSPE

3.5.2.2 Reversão da PPNG

À medida que os riscos decorrem, a PPNG deve ser revertida, *pro rata die*. Tais valores passam a ser devidos aos investidores titulares da LRS.

O respectivo lançamento segue abaixo:

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	2161111 Ou 2162111	Provisões Técnicas Seguros e Resseguros – Provisões Técnicas Danos – Provisão de Prêmios Não Ganhos – Direto – Riscos Emitidos (P) Ou Provisões Técnicas Seguros e Resseguros – Provisões Técnicas Pessoas – Provisão de Prêmios Não Ganhos – Direto – Riscos Emitidos (P)	
C	211533	Contas a Pagar – Financiamentos e Títulos de Dívida – Obrigações LRS – Prêmio LRS (P)	

3.5.2.3 Emissão da LRS

O registro dos recursos aplicados pelos investidores titulares da LRS deve ser feito conforme abaixo:

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	1113	Disponível - Bancos Conta Depósitos (A)	

C	211531 Ou 221431	Contas a Pagar – Financiamentos e Títulos de Dívida – Obrigações LRS – Valor Emitido (P)	

3.5.2.4 Rentabilidade dos ativos que lastreiam a LRS

Conforme a política contábil da entidade, o retorno dos ativos em que os recursos angariados foram aplicados deve ser registrado da seguinte forma:

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	112	Aplicações (A)	
C	211532 ou 221432	Contas a Pagar – Financiamentos e Títulos de Dívida – Obrigações LRS – Juros e Atualização Monetária (P)	

3.5.2.5 Resgate da LRS

O resgate solicitado por investidor titular da LRS, quando permitido, deve ser contabilizado conforme apresentado a seguir. O primeiro lançamento refere-se à reclassificação dos valores que serão resgatados, ao passo que o segundo corresponde à liquidação financeira da obrigação oriunda do pedido de resgate.

Importante ressaltar que o inciso V do art. 12 da Resolução CNSP nº 453/2022 determina que o resgate da LRS ocorrerá somente após a extinção das obrigações relacionadas ao contrato de transferência de riscos, podendo haver resgate parcial, condicionado à existência de recursos suficientes para garantir a EMR remanescente.

Na mesma linha, o § 2º do art. 22 da Resolução CNSP nº 453/2022 estabelece que, na hipótese de a obrigação com a contraparte não ter sido integralmente liquidada após a data de vencimento da LRS e a data de expiração da cobertura dos riscos de seguros e resseguros, os investidores titulares não poderão resgatar a totalidade dos recursos da LRS.

Pela reclassificação dos valores para a conta de resgates.

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	211531	Contas a Pagar – Financiamentos e Títulos de Dívida – Obrigações LRS – Valor Emitido (P)	
	E/Ou		
	211532		
	E/Ou		
	211533		
	Ou		
	221431		
	E/Ou		
C	221432	Contas a Pagar – Financiamentos e Títulos de Dívida – Obrigações LRS – Prêmio LRS (P)	
	E/Ou		
	221433		
	211539		
	Ou		
221439	Contas a Pagar – Financiamentos e Títulos de Dívida – Obrigações LRS – Resgates (P)		

Pela liquidação financeira do resgate.

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	211539	Contas a Pagar – Financiamentos e Títulos de Dívida – Obrigações LRS – Resgates (P)	
	Ou		
	221439		
C	1113	Disponível - Bancos Conta Depósitos (A)	

3.5.2.6 Aviso de Sinistro

Na ocorrência de aviso de sinistro, a estimativa referente ao valor a ser pago futuramente deve ser registrada na PSL. A ocorrência de sinistros reduz o valor devido aos investidores titulares da LRS, de modo que a constituição da PSL tem como contrapartida o lançamento em conta redutora de passivo, mais precisamente da obrigação junto aos investidores titulares da LRS.

O respectivo lançamento segue abaixo:

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	2115341	Contas a Pagar – Financiamentos e Títulos de Dívida – Obrigações LRS – Provisões de Sinistros – PSL (P)	
	Ou 2214341		
C	21615	Provisões Técnicas Seguros e Resseguros – Provisões Técnicas Danos – Provisão de Sinistros a Liquidar (P)	
	Ou 21625		
		Provisões Técnicas Seguros e Resseguros – Provisões Técnicas Pessoas – Provisão de Sinistros a Liquidar (P)	

3.5.2.7 Pagamento de Sinistro

No momento do pagamento do sinistro, deve-se baixar o respectivo valor da PSL, utilizando-se como contrapartida a rubrica na qual estão registrados os recursos usados para liquidar a obrigação.

O lançamento deve ser realizado conforme abaixo.

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	21615	Provisões Técnicas Seguros e Resseguros – Provisões Técnicas Danos – Provisão de Sinistros a Liquidar (P)	
	Ou 21625		
		Provisões Técnicas Seguros e Resseguros – Provisões Técnicas Pessoas – Provisão de Sinistros a Liquidar (P)	
C	1113	Disponível - Bancos Conta Depósitos (A)	

3.5.2.8 Estimativa de Sinistro Ocorrido e Não Avisado

A estimativa referente aos sinistros ocorridos e não avisados deve ser registrada na IBNR. Conforme já explicado anteriormente, a ocorrência de sinistros reduz o valor devido aos investidores titulares da LRS, de modo que a constituição da IBNR tem como contrapartida o lançamento em conta redutora de passivo, mais precisamente da obrigação junto aos investidores titulares da LRS.

O respectivo lançamento segue abaixo:

D/C	Código	Subgrupo/Conta/Subconta/Desdobramentos da subconta	Valor
D	2115342 Ou 2214342	Contas a Pagar – Financiamentos e Títulos de Dívida – Obrigações LRS – Provisões de Sinistros – IBNR (P)	
C	21616 Ou 21626	Provisões Técnicas Seguros e Resseguros – Provisões Técnicas Danos – Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (P) Ou Provisões Técnicas Seguros e Resseguros – Provisões Técnicas Pessoas – Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (P)	

3.5.3 Escrituração nas Operações de Securitização na cedente

As operações de securitização realizadas por meio da emissão de Letras de Risco de Seguro (LRS) constituem instrumento destinado à transferência de riscos de seguro, previdência complementar aberta, saúde suplementar, resseguro ou retrocessão para uma Sociedade Seguradora de Propósito Específico (SSPE).

Na ótica da cedente, considerando que, em essência, as operações de securitização por meio de LRS possuem características econômicas semelhantes às operações de resseguro, especialmente quanto à transferência de riscos, deve ser adotado o mesmo tratamento contábil aplicável às operações de resseguro cedido.

Dessa forma, a contabilização das operações de LRS na ótica da cedente deve observar as orientações constantes do item 3.3.2 – Escrituração do Resseguro na Ótica da Seguradora, inclusive quanto ao reconhecimento, mensuração, apresentação e baixa dos ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes da operação.